

preços. Já a segunda fase é caracterizada pela recessão (fase “b”), onde o excesso de capacidade produtiva instalada gera desequilíbrio entre as necessidades de mercado e a quantidade produzida, ocorrendo uma superprodução, diminuindo a margem de lucro.

As flutuações cíclicas da economia capitalista mundial (Ciclos de Kondratieff), os Ciclos Médios Juglarianos e a dualidade da economia e da sociedade brasileira, fazem que, na condição de formação social periférica, o país reaja de maneira singular aos ciclos de longa duração. Assim, “no caso brasileiro, a economia tem encontrado sempre meios e modos de ajustar-se ativamente à conjuntura implícita no ciclo longo”. Em especial, confrontada com o fechamento do mercado externo para os nossos produtos, “(...) resultante da conjuntura declinante dos países cêntricos, temos reagido por uma forma qualquer de substituições de importações, ajustada ao nível de desenvolvimento de nossas forças produtivas e ao estado das nossas relações de produções” (RANGEL, 1957, p. 44).

A industrialização brasileira, já iniciada por volta de 1880, segundo autores como Rangel e Caio Prado, adquiriu um impulso extraordinário desde a Revolução de 30, em conjuntura com a forte contração do comércio internacional. Como menciona Fausto (1970), citado por Mamigonian (1999, p. 45), “a revolução de 30 teve relação direta com o período depressivo do 3º Kondratieff (1920-1948) e com o final da hegemonia industrial britânica e da economia agroexportadora no Brasil, inaugurando o período de expansão da economia nacional, sob dinamismo próprio”. Segundo Pereira (1984, p. 18), “nossa indústria surgiu como um rebento da economia semicolonial, nas fissuras da atividade agrária”.

Fausto (1970, p. 19) confirma ao dizer que, “se é certo que já existe no país um processo instalado de industrialização, como tantos autores têm assinalado, a indústria se caracteriza nesta época (década de 20), pela dependência do setor agro-exportador, pela insignificância dos ramos básicos, pela baixa capitalização e pelo grau incipiente da concentração”. Muller (1989) destaca que nesse período (1880-1930), a economia caracterizava-se por um padrão de acumulação agroexportadora e relações entre latifúndios e minifúndios.

Estes setores eram formados por “uma sociedade pré-capitalista, sobretudo agrária, localizada no campo, onde predominariam relações de produção tipo feudal ou semifeudal, cuja expressão típica seria o latifúndio; e o capitalista e urbano, que teria dado origem à formação de uma burguesia industrial nos grandes centros” (Ibid, p. 12).

MAYCON NEYKIEL BASTOS

## **O MUNICÍPIO DE LAGES NO CENÁRIO ECONÔMICO-INDUSTRIAL DA REGIÃO SERRANA DE SANTA CATARINA**

Florianópolis  
2011

elementos, a análise das especificidades de cada formação social ajuda a compreender melhor as determinações que operam sobre os processos responsáveis pela construção das especificidades regionais. Por isso, o método proposto por Milton Santos é o que permite a apreensão das especificidades enquanto fruto da combinação de processos distintos.

A visão de combinações geográficas, por sua vez, está relacionada com três grandes categorias, a saber: 1) as que resultam, unicamente, da convergência de fatores físicos; 2) aquelas, já mais complexas, que são, a um tempo, de ordem física e de ordem biológica e 3) as mais complicadas e, por isso mesmo, mais interessantes, resultado da interferência conjunta dos elementos físicos, dos elementos biológicos e dos elementos humanos. É com base nesta última categoria de análise que se desenvolve o tema central da pesquisa (desenvolvimento histórico-econômico do município de Lages e a importância no cenário regional).

Como o estudo se norteia para uma apreciação econômica da Região Serrana de Santa Catarina, urge a necessidade, para a compreensão da realidade local, do uso de teorias de pesquisadores de diversas áreas das Ciências Humanas, entre as quais, merece destaque a Economia. Citamos os estudos realizados por Rangel (2005), acerca da Dualidade Brasileira, e também a teoria dos ciclos longos, idealizada pelo russo Kondratieff, na qual a economia mundial experimenta significativas variações em seu desempenho, desenvolvendo-se em ciclos de cinquenta anos, divididos em fases expansivas (fase A  $\pm$  25 anos) e fases depressivas (fase B  $\pm$  25 anos).

O princípio de funcionamento dos ciclos se apresenta da seguinte maneira: o desgaste, a substituição e a expansão de bens de capital fixos que exigem um longo período de tempo e enormes gastos para serem produzidos. A substituição e expansão desses bens não se dão suavemente, mas sim em saltos. O período de produção crescente de bens de capital corresponde à fase de expansão; reciprocamente, a desaceleração desse processo causa um movimento de elementos econômicos em direção ao nível de equilíbrio ou abaixo dele.

Na fase de expansão econômica (fase “a”) a reserva de capitais é aplicada em infra-estrutura visando o aumento da produção e a consolidação de novos projetos e tecnologias, gerando o aumento de

## **2. FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO PLANALTO SERRANO: DA GÊNESE AO CICLO DA PECUÁRIA**

A presente pesquisa tem sua base fundamentada em uma perspectiva teórica e metodológica direcionada a uma visão crítica (marxista), que através de uma análise regional, levando em consideração o conceito de Formação Socioespacial (A. Mamigonian) e as múltiplas determinações das combinações geográficas (A. Cholley), torna-se possível a concretização do objeto central da pesquisa.

Ao aproximar o paradigma da formação socioespacial da noção de combinação de A. Cholley (1964), o estudo tentará identificar a convergência dos fenômenos ocorridos, tornando a combinação destes, parte da investigação.

Mamigonian (1996), afirma que Santos (1997), estudando o conceito de formação econômica e social, percebeu que essa era a categoria de análise que melhor explica o desenvolvimento dos tipos de sociedade, nas suas mais variadas escalas (mundial, nacional, regional e local), com métodos dialéticos e tendo como resultado um estudo mais totalizador. Essa categoria tem como vantagem agrupar uma multiplicidade de determinações analíticas em combinações capazes de aproximar o teórico e o empírico.

Contudo, não podemos nos esquecer da categoria/conceito geográfico Espaço, pois segundo Santos (1977, p. 10), “a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social”. O autor em tela considerou que as relações intrínsecas que fazem do conceito de formação social, se reproduzem em determinados espaços geográficos, assim, desta maneira, logo o conceito está ligado à evolução de uma dada sociedade em sua totalidade histórico-concreta (SANTOS, 1977).

A teoria de formação socioespacial permite uma abordagem histórica e espacial, fruto de uma visão totalizadora, mais integrada, podendo ampliar as possibilidades de análise.

É imprescindível lembrar o caráter interdisciplinar da ciência geográfica, que ora se manifesta na articulação dos conceitos de formação socioespacial e de combinações geográficas. Vieira e Pereira (1996, p. 454), corroboram ao relatarmos que,

Como cada região tem também uma parcela de seu desenvolvimento ligado às suas próprias forças, decorrentes de uma trama complexa de

**Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de Geociências  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano  
Linha de Pesquisa: Formação Sócio-Espacial - Mundo, Brasil e Regiões**

MAYCON NEYKIEL BASTOS

### **O MUNICÍPIO DE LAGES NO CENÁRIO ECONÔMICO-INDUSTRIAL DA REGIÃO SERRANA DE SANTA CATARINA**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

Professor Dr. José Messias Bastos  
(Orientador)

Florianópolis  
2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária  
da  
Universidade Federal de Santa Catarina

B327m Bastos, Maycon Neykiel  
O município de Lages no cenário econômico-industrial da  
Região Serrana de Santa Catarina [dissertação] / Maycon  
Neykiel Bastos ; orientador, José Mesias Bastos. -  
Florianópolis, SC, 2011.  
243 p.: il., grafs., tabs., mapas  
  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de  
Pós-Graduação em Geografia.  
  
Inclui referências  
  
1. Geografia. 2. Ciclos econômicos - Lages (SC). 3.  
Investimentos - Lages (SC). 4. Geopolítica - Lages (SC). 5.  
Planalto catarinense - Condições econômicas. I. Bastos, José  
Messias. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa  
de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

a organização da produção, as migrações, a disponibilidade de renda, são condicionadas e condicionam os fatores envolvidos na evolução econômica, que são distintos de acordo com o intervalo de tempo histórico considerado. Portanto, há necessidade de uma consolidação histórico-geográfica dos processos ocorridos para uma efetiva compreensão de sua formação sócio-espacial (...) e para a compreensão do espaço, **faz-se necessário analisar as modificações produzidas em setores fundamentais** – econômico, social, político, cultural – na unidade da continuidade e descontinuidade do seu desenvolvimento histórico (grifo nosso).

Nesse sentido, o presente projeto de qualificação visa apreender a atual dinâmica da Região Serrana catarinense, procurando a partir de uma análise socioespacial e histórica, evidenciar quais os agentes regionais de transformações recentes, bem como indicar a provável origem destes capitais (estadual, nacional ou internacional).

setor, arrecadação de impostos, etc.), bem como visitas a propriedades rurais. O método a ser aplicado, consiste na aplicação de um questionário previamente elaborado, com perguntas e indagações referentes ao processo de aplicação de estratégias, o motivo da escolha pela instalação na cidade e origem do capital, futuros investimentos e informações complementares. Em relação aos dados estatísticos, utilizou-se de informações da Base de Dados RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego (2008). Foram consultados dados alusivos à quantidade de estabelecimentos por setores econômicos, bem como o pessoal ocupado nos referidos setores. Após a tabulação dos dados, adaptou-se a metodologia exposta por Haddad (1989), na tentativa de corroborar a hipótese de que tais centros especializaram-se em determinadas produções industriais, as quais apresentam papéis significativos regionalmente. Vem ao encontro à proposta metodológica de classificação dos centros industriais proposta por Almeida e Ribeiro (1991), que baseada no esquema tipológico de Valor de Transformação Industrial (VTI), permite medir a intensidade da diversificação/especialização, evidenciando as diferenças entre duas regiões no que concerne ao modo de industrialização. Na fase exploratória da pesquisa, recorreu-se aos dados disponíveis nos órgãos públicos como, por exemplo, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, assim como as Prefeituras Municipais;

- c) **Confecção de Mapas Temáticos e Elaboração de Gráficos:** para este fim, utilizar-se-á o *software ArcGis 9.2* e as ferramentas da base de dados RAIS/CAGED do Ministério do Trabalho. Este possui um acervo de informações compiladas e disponibilizadas, em CD-ROM, anualmente para grupos de pesquisas devidamente cadastrados, sobre os setores econômicos (primário, secundário e terciário), referentes ao número de estabelecimentos e a quantidade de pessoal ocupado. Os dados, após prévia consulta, serão organizados em tabelas, que por sua vez, servirão como base na confecção dos mapas.

Diante dos apontamentos levantados, soma-se o exposto por Santos (1982, *apud BONFATTI*, 2007, p. 11), ao propor que,

*Venho de cima da serra  
Sou serrano, sim senhor  
Sou um tigre peleador  
Guardião dessa fronteira  
Sou abridor da porteira  
Pra aqueles que vêm em paz  
Sou posteiro e capataz  
Da invernada brasileira*

*Me orgulho em ser serrano  
Pisador de geadas frias  
Domador de ventania  
Para-peito pro Minuano  
Sou gaitero veterano  
Sapegador de pinhão  
No mundo que é meu galpão  
Sou monarca soberano*

*Pra demarcar a divisa  
Plantei a velha bandeira  
Levantei esse trincheira  
Pra rebater o invasor  
Sou eterno bombeador  
Da pampa continentina  
Tive essa graça divina  
Sou Serrano, Sim Senhor!*

(Os Serranos - Serrano, sim senhor!)

complementares (comércio e serviço), fatos identificáveis na arrecadação de impostos municipais, com reflexos aparentes em suas respectivas redes urbanas.

Desta maneira, o presente trabalho busca analisar o processo de constituição e formação histórico-social do município de Lages e compreender, através da categoria de análise Formação Socioespacial, a evolução da situação econômica regional e suas principais ligações com os momentos históricos em questão. Para tal, é necessário identificar os ramos e setores de atividade que surgem como possíveis alternativas para reverter o aparente quadro de estagnação e atraso econômico e caracterizar as influências dessas atividades para com o movimento e fluxo financeiro, social e político dos municípios da região em estudo.

Para analisar a realidade sócio-espacial da área objeto deste estudo, utilizou-se como referencial teórico-metodológico o paradigma de formação socioespacial proposto por Milton Santos e aplicado, sobretudo pelo geógrafo Armen Mamigonian, na análise da realidade brasileira e, especialmente do Sul do Brasil. Aliado a este conceito chave, o trabalho se apoiará também nas ideias difundidas por A. Cholley que sugere considerar, na análise da organização espacial, a combinação de elementos físicos, biológicos e humanos responsáveis pela sua configuração ao longo do tempo.

Para a melhor compreensão e sintetização da temática abordada, as etapas metodológicas realizadas durante o desenvolvimento da dissertação foram:

- a) **Revisão Bibliográfica:** coleta de informações fundamentais ao um aporte teórico-metodológico que sirva de base na transcrição e acompanhamento do pensamento referente à temática (A. Mamigonian, I. Rangel, entre outros). Esta etapa consiste na seleção de informações e estatísticas por critérios de análises, referentes aos municípios da área de estudo, através de leituras e interpretações de livros, periódicos, dissertações, teses, artigos, jornais, entre outros, no intuito da caracterização dos elementos físicos e humanos responsáveis pela configuração socioespacial desta área do território do Estado de Santa Catarina;
- b) **Levantamento dos Dados:** o conhecimento da realidade torna-se indispensável na compreensão da dinâmica envolvida pelos setores produtivos na região de estudo. Esta etapa incide na realização de entrevistas com diretores e responsáveis pela administração municipal (quantidade de estabelecimentos por

pequena produção mercantil), no intuito de explorar e beneficiar a Araucária, atividades que de certa forma já detinham conhecimento. Concomitante a esse fato, diversas indústrias, de capital nacional e estrangeiro, instalaram-se no município de Lages e ainda distritos (Otacílio Costa e Correia Pinto). A exploração da Araucária acontece até meados da década de 60 e em decorrência do seu esgotamento há uma crise regional generalizada, onde é incessante a busca por um setor ou atividade industrial que alavancasse o cenário econômico. Foi pensando na solução deste entrave, que órgãos públicos e governamentais, como o BNDES e o IBDF, lançaram programas de apoio e subsídios a produtores com a intenção de investirem em reflorestamentos de Pinus. Tal iniciativa estava balizada por programas políticos maiores, como o PND e PNPC e o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Sendo assim, o reflorestamento com árvores de Pinus constitui o segundo ciclo da madeira (décadas de 70 e 80), o qual a região apresenta novamente perspectivas de crescimento. É neste período, caracterizado pela tecnoburocracia (SILVA, 1994) que surge, com um cunho tradicional e conservacionista, uma onda de populismo e participação popular (mutirão de obras e agricultura urbana) (ALVES, 1980).

No quarto capítulo, é realizada uma análise social e conjuntural do município de Lages, com base em dados estatísticos fornecidos por instituições de pesquisas e bibliografias do gênero. Para que a análise seja possível e tenha conteúdo plausível de ser comparado à realidade local, foram selecionados e julgados as seguintes variáveis: População, Saneamento Básico, Saúde, Educação, Produto Interno Bruto, Frota de Veículos, Eleitores, Finanças, Economia e Índice de Desenvolvimento Humano. Estes permitem identificar uma nova dinâmica, interna e externa, do município de Lages: taxas positivas de crescimento com vantagens competitivas e comparativas na atração de novos investimentos, fatores que por sua vez, acabam refletindo diretamente nos municípios de influência regional.

É justamente esta ideia a ser analisada no quinto capítulo: uma apreciação econômica do setor primário, secundário e terciário, dos municípios que fazem parte da área de estudo. Com base no Relatório Econômico Regional da AMURES, é possível perceber o dinamismo exercido por toda região, calcado por uma série de políticas públicas e privadas, tanto que se projeta, a médio e longo prazo, o surgimento de outro município pólo. É nesse sentido que procura-se entender em que grau as empresas modificam a realidade na qual encontram-se inseridas. Em sua grande maioria, essas alterações vêm acompanhadas de melhorias na infra-estrutura local e na atração de atividades

## AGRADECIMENTOS

Neste longo caminho no processo de aprendizagem acadêmico, algumas pessoas entram e passam a fazer parte da sua vida de tal maneira, a confortarem em momentos de dúvidas, indecisões e fraquezas.

Aos meus pais, José Carlos Bastos e Marli de Mattos, pelo amor, carinho e apoio sentimental, emocional e financeiro despendido ao longo do tempo.

À minha irmã Bruna, pela amizade e carinho fraternal.

À minha tia e madrinha BT, pelo incentivo e apoio incondicional ao longo desta jornada.

Ao meu primo Wendel e ao meu Tio Valcir, pelas conversas e elucidação do cenário econômico-político local e regional.

Aos meus primos Juninho e Kelly e a minha Tia Simone, pelos momentos de alegrias, risadas e descontração. Momentos únicos e que foram fundamentais para o andamento da dissertação.

Aos momentos nostálgicos da Rua Manoel Thiago de Castro, Praça Joca Neves e aos seus moradores, pelo apreço e amizades ímpares.

Aos eternos amigos, ingressantes de curso: Antônio (Bode), Bruno (Josela), Raphael (Broca), Rodrigo (Chico) e Felipe, pelos conselhos e ensinamentos de vida.

Aos irmãos Praceiros: Amanda (Chica), André (Dézão), Bernardo (Bê), Édson (Trope), Léo (Borguetinho), Lorival (Lori), Renan (Zero), Samanta (Sá), Thiagos's (Carioca e Tio) e Tiago (Negão), pelo forte sentimento de carinho, amizade e companheirismo. Pelo convívio diário e pelos momentos que ficarão gravados em minha memória. Vocês são únicos.

À minha amiga e geógrafa Renata, pelo serviço técnico e gráfico na elaboração dos mapas.

Aos professores Carlos José Espíndola (UFSC) e Maria Graciana Espellet de Deus Vieira (UDESC), pela participação na banca de qualificação, bem como pelos encaminhamentos e críticas construtivas.

Aos professores Armen Mamigonian (UFSC) e Fábio Napoleão (UDESC), pela participação na banca de defesa final e principalmente pela humildade e generosidade em compartilharem seus conhecimentos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e aos seus funcionários.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro e técnico no decorrer da pesquisa.

Ao Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LABEUR), reduto de estudo e pesquisa, bem como à Velha e Nova Guarda dos bolsistas.

Ao amigo e companheiro de luta Joel, pelos debates e parcerias geográficas.

Aos colegas de Pós-Graduação: Giselli, Thiago, Anderson e Pedrão, pela companhia inseparável em manhãs e tardes de leituras geográficas.

E por último, porém não menos importante, ao “paizão”, professor, amigo e companheiro de profissão Messias. Pela confiança depositada em minha pessoa e pela oportunidade em permitir o ingresso ao mundo da Geografia Econômica.

Mestre, o meu muito obrigado!

É com base nas questões acima levantadas que surge o anseio, e porque não dizer necessidade, de um estudo aprofundado que pudesse constatar e, ao mesmo tempo abordar, quais os problemas e possíveis soluções e/ou caminhos para o entendimento do mote regional.

A temática é, em parte contemplada, já desde o período 2005/2007, quando da participação em bolsa de pesquisa vinculada a um órgão fomentador, cuja temática girou em torno do *Desenvolvimento Comercial e Estrutura Urbana Catarinense* e suas relações diretas, o qual obteve resultados com a Monografia de Conclusão de Curso citada nas referências bibliográficas desta dissertação. A estrutura deste trabalho é dividida em seis partes, as quais correspondem, a introdução, segundo, terceiro, quarto e quinto capítulo, considerações finais e referências bibliográficas.

O segundo capítulo explicita acerca da formação socioespacial regional, com o objetivo principal de abranger aspectos referentes à consolidação e evolução dos ciclos econômicos locais (pecuária, madeira, reflorestamento, fruticultura). A primeira atividade (século XVIII e XIX) é a responsável, ao mesmo tempo, pelo nascimento do comércio inter-regional e acumulação primitiva de algumas famílias, bem como parte da estrutura técnica e reconhecimento por qual a região é dotada e também pelo desenvolvimento industrial, se assim puder ser considerado, do município de Lages. Já que a criação se dava em grandes extensões de campos, as famílias que habitavam o interior das fazendas (caboclos, peões e roceiros – excedente populacional de grande influência na formação e constituição do povo serrano – hábitos e costumes) se aproveitavam do uso e extração de outros produtos, como por exemplo, a erva-mate e a própria madeira de araucária. O primeiro assume uma importância regional significativa, como produto de troca por mercadorias vindas do litoral e principalmente como precursor da industrialização do Planalto Norte (área de migração e colonização teuto-germânica).

O terceiro capítulo versa sobre a exploração madeireira (décadas 1930-60), que trouxe à região a perspectiva de crescimento econômico (principal produtora catarinense e fornecedora nacional de auto-peças), social (relações com outras regiões do Estado — Litoral, Vale do Itajaí, Sul e Norte Catarinense - e do país - São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília – e populacional, com altos índices de êxodo rural e o surgimento de periferias, decorrentes, primeiramente na dificuldade de acesso a terrenos localizados em áreas centrais e da instalação de novos bairros). Época que ocorre uma grande migração de famílias ítalo-gaúchas, provindas de municípios da região das Velhas Colônias (de

## RESUMO

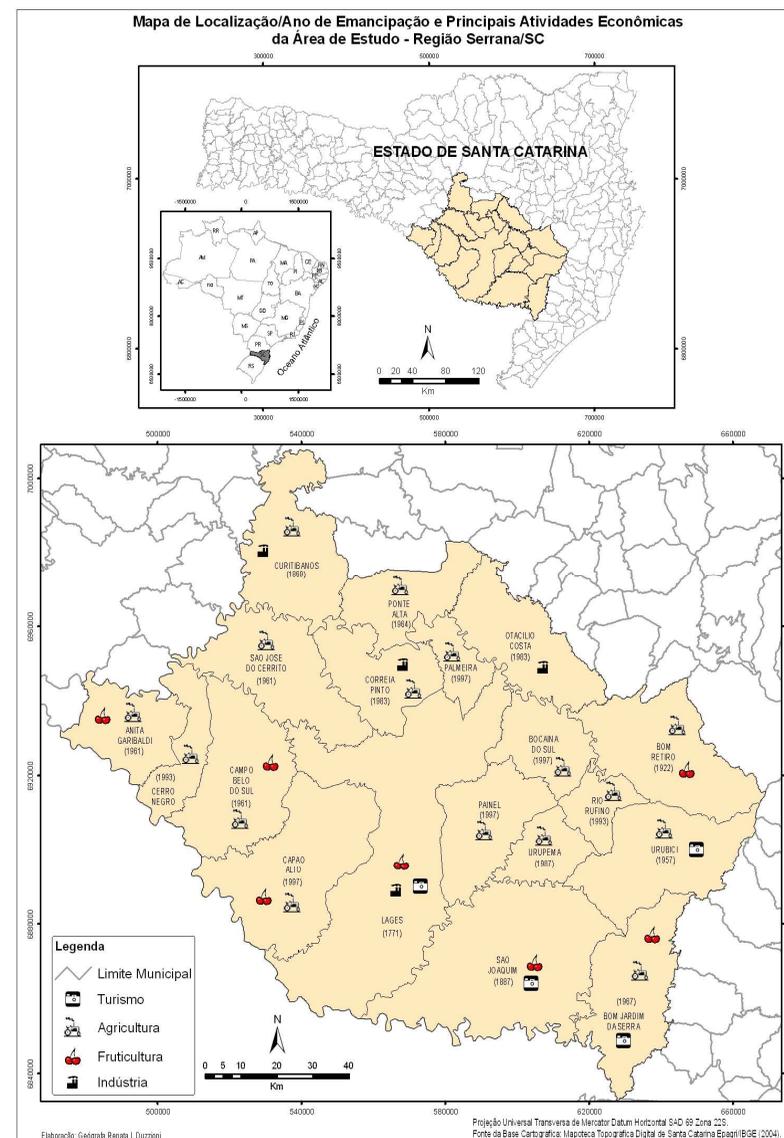
BASTOS, Maycon Neykiel. **O município de Lages no cenário econômico-industrial da Região Serrana de Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, 2011. 205p. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Desenvolvimento Regional e Urbano, UFSC.

O território que hoje compreende o município de Lages foi palco de eventos políticos e econômicos. Povoador inicialmente com a intenção de defender o território português contra o avanço espanhol, foi também, ao longo do tempo, adquirindo uma importância maior, devido a sua localização estratégica, como por exemplo, pela passagem do Caminho das Tropas, entre Viamão/RS e Sorocaba/SP, tendo como destino final abastecer de gados, cavalos e mulas a região das Minas. Desta maneira ficou configurado o primeiro ciclo econômico local: o da Pecuária. Favorecida por extensas manchas de Campos, relevo homogêneo e uma estrutura fundiária formada por grandes fazendas, essa atividade logo consolidou-se como a principal fonte de renda municipal, ao mesmo tempo levando consigo algumas atividades comerciais. Com o aumento das criações, o setor começou a se desenvolver em zonas de mata fechada, em meio a árvores de Araucárias, que aos poucos, em decorrência de sua grande quantidade e da migração de famílias de origem ítalo-gaúchas (empreendedorismo), foi se tornando o principal produto econômico. Estava consolidado o segundo ciclo econômico: o da Madeira de Araucária, entre as décadas de 1930-60. O município e a região como um todo, apresentaram taxas elevadas de crescimento populacional e político-econômico. Em meados da década de 60 esgotam-se as reservas legais de Araucária e uma nova alternativa torna-se necessária, então que surge os reflorestamentos de Pinus, constituindo o segundo Ciclo da Madeira. Nas décadas seguintes ocorre um período de crise, onde diversas empresas encerram suas atividades, com reflexos diretos na sociedade. Esta pesquisa apresenta uma proposta de estudo do município de Lages dentro do cenário econômico regional, de maneira a contextualizá-lo a fatores históricos e políticos. Para tal, se utiliza da categoria de Formação Socioespacial, articulada com a ideia de Combinações Geográficas (A. Cholley), através de uma análise crítica e dialética da realidade. Conclui-se que a Região Serrana apresenta diferenciais quanto à atração de novos empreendimentos para os municípios que a compõe. É resultado de um esforço conjunto entre

poder local e iniciativa privada o dinamismo voltado na busca de novos investimentos. Setores não tradicionais regionalmente, como o metal-mecânico e têxtil, acabam por encontrar vantagens competitivas decisivas, como subsídios do poder local, mão-de-obra abundante e barata. Os últimos estudos apontam Lages e São Joaquim como os municípios com maiores possibilidades de crescimento industrial e diversificado, via de fato, capitais com origem da pequena produção mercantil.

**Palavras-chave:** Lages; Região Serrana; Formação Socioespacial; Investimentos e Economia.

**Figura 02 – Mapa de Localização da Área de Estudo**  
Adaptado de IBGE/Sidra (2008)



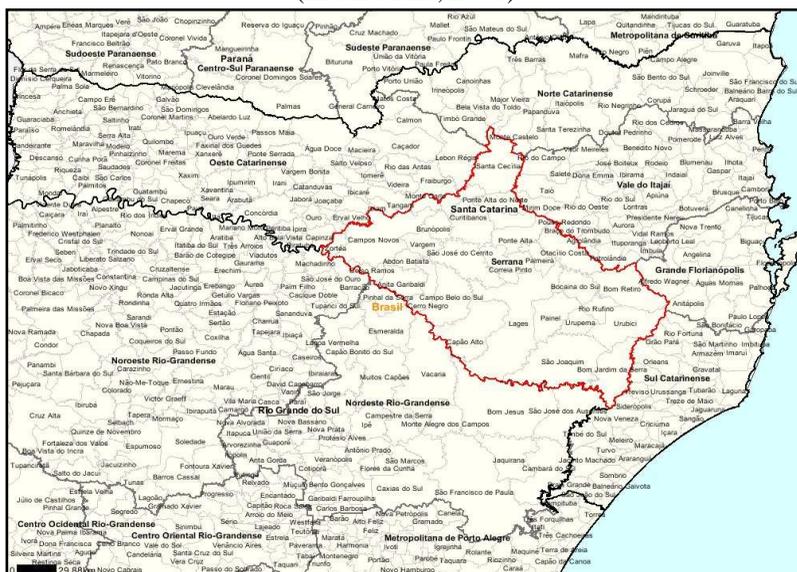
Estado, tendo como discurso corrente a alegação de uma estagnação econômica, com a ausência de atrativos financeiros e vocação alguma que pudesse reverter tal constatação.

## ABSTRACT

BASTOS, Maycon Neykiel. **The Lages in the economic-industrial in the mountainous region of Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, 2011. 205p. Graduate Program in Geography, Urban and Regional Development, UFSC.

Now a days, the territory that comprises the city of Lages was scene for politicals and economics events. Initially populated with the purpose of defending the portuguese lands against the spanish rush, was also, by the years, raising a greater importance, due it's strategic location, for example, by the accesof the Troops Way, between Viamão/RS and Sorocaba/SP, destined for supply of cattle, horses and mules to Minas Region. Thus was set the first local business cycle: the Livestock. Favoured by extensives patches of fields, homogeneous relief and land structure formed by large ranches, this activity established soon as the main source of municipal income, as carrying itself some comerciais activities. With the increase of the breeding, the sector started to develop in others zones of dense forests, amid the Araucárias tress, that slowly, due it's large amount and teh migration of italian-gaúchas families (entrepreneurship), became the main economic product. Consolidated was the second economic cycle: the Araucária Wood, between the decades of 1930-60. The city and the region as a whole, presented high rates of population, political and economic increasing. In the mid-60 sell out the legal reserves of Araucária and a new alternative become necessary, the appears the Pinus reforestation, forming the second Wood Cycle. In the following decades occurs a crisis period, where lots of companies close their activities, with directs impacts in the society. This research purpose a study of Lages city inside the regional economic scenario, in order to contextualize it in historical and political facts. To this end, will be used the category of Social Spatial Formation, articulated with the idea of Geographics Combinations (A. Cholley), through a critical and dialectical analysis of the reality. It is the resultof a joint effort between local government and private sector the dynamism focused in the search for new investments. It follows that the Região Serrana presents presents diferentials to attract new enterprises to the cities that composes. Non-traditional sectors of the region, as metalworking and textile, can find decisive comparative advantagens, as local government subsidies, abundant and cheap manpower. The recent studies indicate Lages and São Joaquim as the cities with biggest

**Figura 01 – Mapa Região Serrana de Santa Catarina (IBGE/Sidra, 2008)**



**Fonte:**  
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/lisopcmmapa.asp?z=teo=4>.  
 Acesso em 18 jun 2008.

possibilities of industrial and diversified growth, as a fact, capitals originating from petty commodity production.

**Key-words:** Lages, Mountain Region; socio Training, Investments and Economics.

## 1. INTRODUÇÃO

A evolução econômica e o conseqüente crescimento, juntamente a forma como cada região do Estado se consolidou em relação às demais e a própria capital, é o grande diferencial de Santa Catarina. Não houve a afirmação de uma única cidade (incluído seu raio de abrangência) em relação às outras como pólo centralizador econômico, industrial e comercial: outrossim a formação de regiões heterogêneas e, de certa forma, independentes ao se tratar de aspectos de poderio estritamente acumulativo. Deve-se a isso, entre outros fatos, a diversidade natural e as possibilidades oferecidas pelo meio, além é claro, da dinâmica exercida pela colonização de cada região. Mamigonian (1964), diz ser uma especialização regional, sendo que cada microrregião é especializada num determinado segmento da indústria, com uma forte inserção nacional e internacional e, em muitos casos, líder na produção nacional.

Nas últimas duas décadas, nas áreas de estudos e pesquisas em economia regional e de tecnologia, vem surgindo uma série de análises recortadas que buscam a explicação do bom desempenho econômico de uma região ou microrregião com base nas suas peculiaridades internas próprias. Estas análises destacam as vantagens competitivas locais, a flexibilidade especializada, o aprendizado tecnológico localizado e a sinergia que gira na região, entre empresas e instituições (GOULARTI FILHO, 2002, p. 4).

A área em estudo<sup>1</sup> (Figura 01), composta por dezenove municípios<sup>2</sup> (Figura 02), representada pela AMURES<sup>3</sup> – Associação dos Municípios da Região Serrana – possui como referência o município de Lages (a Figura 03 corrobora ao entendimento da divisão municipal ao longo do tempo). Durante um bom tempo, principalmente nos anos que decorreram de sua fundação (século XVIII e meados do século XIX), o município e a região como um todo, passaram a ser menosprezados por representantes políticos e, em certas situações, pelo próprio governo do

---

<sup>1</sup> A delimitação da área de estudo baseou-se na classificação regional utilizada pelo IBGE/Sidra (2008).

<sup>2</sup> Anita Garibaldi (1961), Bocaina do Sul (1997), Bom Jardim da Serra (1967), Bom Retiro (1922), Campo Belo do Sul (1961), Capão Alto (1997), Cerro Negro (1993), Correia Pinto (1983), Curitibaanos (1869), Lages (1771), Otacílio Costa (1983), Paineis (1997), Palmeira (1997), Ponte Alta (1964), Rio Rufino (1993), São Joaquim (1887), São José do Cerrito (1961), Urubici (1957) e Urupema (1989).

<sup>3</sup> Fundada em Agosto de 1968, abrange uma área correspondente à aproximadamente 17% do território catarinense.

|  |            |
|--|------------|
| <b>4. ANÁLISE SÓCIO-CONJUNTURAL DO MUNICÍPIO DE LAGES.....</b>                             | <b>80</b>  |
| 4.1 POPULAÇÃO.....   | 80         |
| 4.2 FROTA DE VEÍCULOS.....   | 87         |
| 4.3 SAÚDE.....   | 88         |
| 4.4 EDUCAÇÃO.....  | 90         |
| 4.5 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....  | 92         |
| 4.6 PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB.....   | 93         |
| 4.7 SANEAMENTO BÁSICO.....   | 97         |
| 4.8 ELEITORES.....   | 98         |
| 4.9 FINANÇAS.....  | 99         |
| 4.10 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....   | 102        |
| <b>5. CENÁRIO ECONÔMICO REGIONAL: PRINCIPAIS INVESTIMENTOS E PERSPECTIVAS FUTURAS.....</b> | <b>104</b> |
| 5.1 ECONOMIA.....  | 104        |
| 5.1.1 SETOR PRIMÁRIO.....  | 104        |
| 5.1.2 SETOR SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO.....  | 110        |
| 5.2 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....  | 164        |
| <b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>165</b> |
| <b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>  | <b>170</b> |
| <b>ANEXOS.....</b>   | <b>180</b> |
| ANEXO A: Lei de incentivo fiscal do município de Lages.....                                | 181        |

## LISTA DE QUADROS

|  |    |
|--|----|
| <b>Quadro 01</b> – Síntese e desenvolvimento do Ciclo da Pecuária.....   | 41 |
| <b>Quadro 02</b> – População e arrecadação das principais cidades (1900 a 1902).....   | 56 |
| <b>Quadro 03</b> – Prefeitos do Município de Lages e seus principais mediadores junto ao Governo Estadual e Federal (1930-1972)..... | 60 |
| <b>Quadro 04</b> – Panorama da reserva de Pinheiros (1940).....  | 66 |
| <b>Quadro 05</b> – Participação relativa da Araucária no volume de exportações de Santa Catarina no período de 1892 a 1940.....      | 68 |
| <b>Quadro 06</b> – Demonstrativo do crescimento da população urbana em Lages (1940 a 2000).....                                      | 69 |
| <b>Quadro 07</b> – Empresas instaladas no município de Lages entre as décadas de 50 a 70.....  | 71 |
| <b>Quadro 08</b> – Estabelecimentos ligados à produção madeireira - Estatísticas do Departamento Municipal (1954 e 1980).....        | 74 |
| <b>Quadro 09</b> – Demonstrativo do crescimento populacional em Lages (1940 a 2009).....   | 83 |
| <b>Quadro 10</b> – Evolução Populacional na Região Serrana de Santa Catarina.....  | 85 |
| <b>Quadro 11</b> – Frota de veículos, por tipo e com registro no Denatran, no município de Lages (1997-2009).....                    | 87 |

|  |    |
|--|----|
| <b>Quadro 12</b> – Quantidade de estabelecimento de serviços de saúdes no município de Lages (2008)..... | 89 |
| <b>Quadro 13</b> – Indicadores de Longevidade e Mortalidade para o município de Lages (1991 e 2000)..... | 90 |
| <b>Quadro 14</b> – Índices de educação e alfabetização para o município de Lages (1991 e 2000).....      | 91 |
| <b>Quadro 15</b> – Número de estabelecimento por setor de ensino para o município de Lages (2008).....   | 92 |
| <b>Quadro 16</b> – Indicadores de IDHM para o município de Lages (1991 e 2000).....                      | 93 |
| <b>Quadro 17</b> – Produto Interno Bruto (per capita) para o município de Lages (1999-2007).....         | 94 |
| <b>Quadro 18</b> – Ranking do PIB catarinense (2010).....  | 94 |
| <b>Quadro 19</b> – Produto Interno Bruto, por setores, para o município de Lages (1999-2007).....        | 95 |
| <b>Quadro 20</b> – Concentração de Renda no município de Lages.....                                      | 96 |
| <b>Quadro 21</b> – Indicadores de Pobreza no município de Lages (1991 e 2000).....                       | 96 |
| <b>Quadro 22</b> – Acesso a serviços básicos no município de Lages (1991 e 2000) Valores em (%).....     | 97 |
| <b>Quadro 23</b> – Ligações ativas de água no município de Lages.....                                    | 97 |
| <b>Quadro 24</b> – Número de consumidores de Energia Elétrica no município de Lages.....                 | 98 |

## SUMÁRIO

|   |              |
|---|--------------|
| <b>RESUMO</b> .....   | <b>IX</b>    |
| <b>ABSTRACT</b> .....   | <b>XIX</b>   |
| <b>LISTA DE QUADROS</b> .....   | <b>XIII</b>  |
| <b>LISTA DE FIGURAS</b> .....   | <b>XVII</b>  |
| <b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....  | <b>XVIII</b> |
| <b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES</b> .....  | <b>XX</b>    |
| <b>1. INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>23</b>    |
| <b>2. FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO PLANALTO SERRANO: DA GÊNESE AO CICLO DA PECUÁRIA</b> .....        | <b>32</b>    |
| 2.1 O CABOCLO NO CONTEXTO PRODUTIVO: SUA FORMAÇÃO SOCIAL E A ERVA-MATE.....                         | 47           |
| 2.2 CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA LOCAL: O COMERCIANTE E O INDUSTRIAL.....                               | 53           |
| 2.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....   | 61           |
| <b>3. O CICLO DA MADEIRA DE ARAUCÁRIA: ORIGEM, ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E LIDERANÇA ECONÔMICA</b> ..... | <b>64</b>    |
| 3.1 CRISE E ESGOTAMENTO DAS RESERVAS DE ARAUCÁRIAS: OS REFLORESTAMENTOS DE PINUS.....               | 75           |
| 3.2 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....   | 78           |

SECEX – Secretaria do Comércio Exterior  
SIMMMEL - Sindicato das Indústrias Metalúrgica, Mecânica e de  
Material Elétrico de Lages  
SPG – Secretaria do Estado de Planejamento  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral  
UD – Unidade Demonstrativa  
UH – Usina Hidrelétrica  
UDN – União Democrática Nacional  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina  
VA – Valor Adicionado  
VAF – Valor Adicionado Fiscal  
VTI – Valor da Transformação Industrial  
ZPE – Zona de Processamento de Exportação  
ZPF – Zona de Processamento Florestal

|   |     |
|---|-----|
| <b>Quadro 25</b> – Número de Eleitores no município de Lages (2009).....  | 98  |
| <b>Quadro 26</b> – Arrecadação de ICMS no município de Lages (1995-2009) (R\$).....   | 100 |
| <b>Quadro 27</b> – Receita gerada (R\$) no município de Lages (1996-2009).....  | 100 |
| <b>Quadro 28</b> – Receita por fontes no município de Lages (2007).....   | 100 |
| <b>Quadro 29</b> – Divisão das propriedades fundiárias de acordo com o tamanho (hectares) em Lages.....                                     | 105 |
| <b>Quadro 30</b> – Efetivo do número de cabeças por tipo de rebanho para o município de Lages (1990-2008).....                              | 105 |
| <b>Quadro 31</b> – Quantidade de leite produzido (mil litros) no município de Lages (1990-2008).....  | 106 |
| <b>Quadro 32</b> – Produção Agrícola Municipal (Lavouras Temporárias) para o município de Lages (1990-2008) (Área Plantada – Hectares)..... | 107 |
| <b>Quadro 33</b> – Produção Agrícola Municipal (Lavouras Permanentes) para o município de Lages (1990-2008) (Área Plantada – Hectares)..... | 108 |
| <b>Quadro 34</b> – Quantidade produzida na Silvicultura para o município de Lages (1990-2008) (Área Plantada – metros cúbicos).....         | 109 |
| <b>Quadro 35</b> – Quantidade produzida na Extração Vegetal para o município de Lages (1990-2008).....                                      | 110 |
| <b>Quadro 36</b> – Resumo das propostas.....  | 111 |
| <b>Quadro 37</b> – Distribuição das propriedades pelo seu tipo de tamanho.....  | 112 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Quadro 38</b> – Número de Empregados nos principais setores industriais (Região Serrana de Santa Catarina - 2006).....       | 117 |
| <b>Quadro 39</b> – Número de Estabelecimentos nos principais setores industriais (Região Serrana de Santa Catarina – 2008)..... | 118 |
| <b>Quadro 40</b> – Número de Estabelecimentos nos principais investimentos (Região Serrana de Santa Catarina – 2008).....       | 119 |
| <b>Quadro 41</b> – Distribuição das empresas por grupo de atividades econômicas(2005).....                                      | 120 |
| <b>Quadro 42</b> – Valor Adicionado Fiscal dos principais setores econômicos no município de Lages.....                         | 127 |
| <b>Quadro 43</b> – Balança comercial de Lages no período 2004-2008.....   | 129 |
| <b>Quadro 44</b> – Recursos dos municípios com base no Valor Adicionado (VA)*.....  | 129 |
| <b>Quadro 45</b> – Representatividade dos setores econômicos no município deLages.....  | 131 |
| <b>Quadro 46</b> – Síntese dos principais investimentos na Região Serrana de Santa Catarina.....                                | 135 |

|  |
|--|
| IDH-E – Índice de Desenvolvimento Humano de Educação               |
| IDH-R – Índice de Desenvolvimento Humano de Renda                  |
| JK – Juscelino Kubitschek  |
| MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento         |
| MDF – Médium Density Fireboard                                     |
| MTE – Ministério do Trabalho e Emprego                             |
| PAC – Programa de Aceleração do Crescimento                        |
| PDTER - Plano de Desenvolvimento Tecnológico e Econômico Regional  |
| PEA – População Economicamente Ativa                               |
| PIB – Produto Interno Bruto  |
| PCC – Papel e Celulose Catarinense                                 |
| PCH – Pequena Central Hidrelétrica                                 |
| PISC – Parque de Inovação de Santa Catarina                        |
| PND – Plano Nacional de Desenvolvimento                            |
| PNPC – Plano Nacional de Papel e Celulose                          |
| PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento           |
| PP – Partido Progressista  |
| PPS – Partido Popular Socialista                                   |
| PRODEC – Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense        |
| PROFIT – Programa de Fruticultura de Clima Temperado               |
| PROFRUTA – Programa de Desenvolvimento da Fruticultura             |
| PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira                     |
| PSD – Partido Social Democrático                                   |
| PTB – Partido Trabalhista Brasileiro                               |
| QL – Quociente de Localização                                      |
| RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais                      |
| RM – Região Metropolitana  |
| SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas |

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

|  |
|--|
| AMAP – Associação dos Produtores de Maçã e Pêra de Santa Catarina            |
| AMURES – Associação dos Municípios da Região Serrana                         |
| APL – Arranjo Produtivo Local  |
| ART – Anotação de Responsabilidade Técnica                                   |
| CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados                         |
| CAPS – Centro de Atenção Psicossocial  |
| CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica                               |
| CEPON – Centro de Pesquisas Oncológicas                                      |
| CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura                         |
| CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social                             |
| DEE – Departamento Estadual de Estatística                                   |
| DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito                                 |
| EJA – Educação de Jovens e Adultos   |
| EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina |
| FHC – Fernando Henrique Cardoso  |
| FISET – Fundo de Investimentos Setoriais                                     |
| GAPLAN – Gabinete de Planejamento  |
| GCN – Geociências  |
| GM – Guerra Mundial  |
| HEMOSC – Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina               |
| IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal                     |
| IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                       |
| ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços                    |
| IDH – Índice de Desenvolvimento Humano                                       |
| IDH-M – índice de Desenvolvimento Humano por Município                       |
| IDH-L – Índice de Desenvolvimento Humano de Longevidade                      |

## LISTA DE FIGURAS

|  |     |
|--|-----|
| <b>Figura 01</b> – Mapa Região Serrana de Santa Catarina.....  | 24  |
| <b>Figura 02</b> – Mapa de Localização da Área de Estudo.....  | 25  |
| <b>Figura 03</b> – Divisão Municipal de Santa Catarina (1728 a 1967).....                                  | 26  |
| <b>Figura 04</b> – Estrutura do relevo catarinense.....  | 37  |
| <b>Figura 05</b> – Principais rotas e caminhos antigos em Santa Catarina.....                              | 46  |
| <b>Figura 06</b> – Mapa de Fluxo dos Investimentos Nacionais na Região Serrana de Santa Catarina.....      | 133 |
| <b>Figura 07</b> – Mapa de Fluxo dos Investimentos Internacionais na Região Serrana de Santa Catarina..... | 134 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|   |     |
|---|-----|
| <b>Gráfico 01</b> – Evolução econômica do município de Lages em relação aos outros municípios catarinenses..... | 78  |
| <b>Gráfico 02</b> - Evolução populacional do município de Lages (1940-2009).....                                | 84  |
| <b>Gráfico 03</b> - Crescimento populacional da Região Serrana de Santa Catarina (1940-2009).....               | 85  |
| <b>Gráfico 04</b> - Evolução da arrecadação de ICMS no município de Lages (1995-2009).....                      | 100 |
| <b>Gráfico 05</b> - Município de Painel.....  | 125 |
| <b>Gráfico 06</b> - Município de Anita Garibaldi.....   | 126 |
| <b>Gráfico 07</b> - Município de Urubici.....   | 127 |
| <b>Gráfico 08</b> - Município de Lages.....   | 132 |
| <b>Gráfico 09</b> - Bocaina do Sul.....   | 150 |
| <b>Gráfico 10</b> - Município de São Joaquim.....   | 152 |
| <b>Gráfico 11</b> - Município de Bom Retiro.....  | 153 |
| <b>Gráfico 12</b> - Município de Campo Belo do Sul.....   | 154 |
| <b>Gráfico 13</b> - Município de Otacílio Costa.....  | 155 |
| <b>Gráfico 14</b> - Município de Correia Pinto.....   | 156 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Gráfico 15</b> - Município de Ponte Alta.....  | 157 |
| <b>Gráfico 16</b> - Município de Capão Alto.....  | 157 |
| <b>Gráfico 17</b> - Município de Palmeira.....  | 158 |
| <b>Gráfico 18</b> - Município de Rio Rufino.....  | 159 |
| <b>Gráfico 19</b> - Município de Urupema.....   | 160 |
| <b>Gráfico 20</b> - Município de São José do Cerrito.....   | 161 |
| <b>Gráfico 21</b> - Município de Bom Jardim da Serra.....   | 162 |
| <b>Gráfico 22</b> – Porcentagem das principais atividades na Região Serrana de Santa Catarina (AMURES)..... | 163 |

em 1954, composta inclusive de casas para os operários e usina hidrelétrica. Devido ao alto grau de endividamento, o empreendimento foi vendido (1958) para a norte-americana Olinkraft, especializada na fabricação de sacos e caixas de papelão para embalagem. Também nas proximidades, instalou-se a Fábrica Papel e Celulose Catarinense (PCC), iniciativa do grupo Klabin<sup>33</sup>. No mesmo período, por volta de 1948, a família Battistella, originários do Rio Grande do Sul, chega a Lages. Já em 1949 montam a serraria São João e em meados dos anos 50 detinham uma quota de 3% das exportações catarinenses<sup>34</sup> (COSTA, 2001).

O Senhor Emílio Battistella venceu a concorrência para o fornecimento de madeiras na construção da nova capital federal. A licitação exigia que todas as cargas fossem transportadas por avião, porém a frota disponível não daria conta da demanda. Foi nesse contexto que E. Battistella propôs o transporte por terra (rodovias), seguramente não recebendo o apoio necessário. Mesmo com as adversidades, comprou uma frota de caminhões iniciando o transporte das cargas. Foi o pioneiro para que o restante dos materiais chegasse à nova capital federal e também pelas melhorias das rodovias e estradas de acesso a Brasília, assim como o responsável pela vinda da concessionária Scania para o Brasil. O quadro abaixo vem ao encontro do dinamismo exercido pelo Ciclo da Madeira<sup>35</sup> na emergência de novas empresas.

---

<sup>33</sup> CELUCAT/Papel e Celulose Catarinense – instalada em 1966 (a produção iniciou em 1969) no município de Correia Pinto, nas margens do rio Canoas, pelo grupo Klabin, com a participação do Grupo Monteiro Aranha, da Corporação Financeira Internacional (IFC-BIRD) e da Adela Investment (multinacional de investimentos privados da América Latina). (LORENZONI *et al.*, 1998).

<sup>34</sup> Em 2006 previam a construção de um porto para contêineres em Itapoá, próximo a Joinville, representando um incremento aproximado de 30% na economia serrana. Inaugurado em 2010, passará a receber cargas somente a partir de março de 2011.

<sup>35</sup> Cabe aqui mencionarmos também, a modo de comparação entre o período de auge e crise de alguns ciclos, o exemplo do Cacau na Bahia, Café no Vale do Paraíba e do Gado nos Pampas Gaúchos.

A caracterização dessa sociedade figura-se no fazendeiro e/ou coronel<sup>4</sup>, que “em suas relações com os trabalhadores, era um senhor de escravo, mas, em suas relações com a Coroa Imperial, era um vassalo, no sentido medieval do termo”, que paulatinamente, “se ia convertendo em comerciante, nas relações com o capital mercantil brasileiro” (RANGEL, 1989, p. 214), em paralelo com as ideias expostas por Silva (2007).

Monteiro (1989, p. 156), “sustenta que o latifúndio seria o elemento e fator que fundamentalmente condiciona a economia rural brasileira em conjunto”. Sendo assim, relata o autor, “as origens do latifúndio residem não apenas no instituto sesmial, mas também no contexto histórico específico da expansão e do declínio da escravidão (...) regra e elemento central e básico do sistema econômico da colonização, que precisava desse elemento para realizar os fins que se destinava”.

Lopes (1981, p. 16), corrobora com o entendimento da questão latifundiária ao relatar que,

tratam-se de grandes propriedades dedicadas a uma produção mercantil, exploradas com força de trabalho não assalariada pura, para o mercado externo ou interno. A mão-de-obra é constituída pelo morador ou agregado (caboclo), para qual o dono da terra cede terras para plantar a sua roça de subsistência, com a condição de formar certo número de dias de serviço nas grandes lavouras do proprietário.

Em Silva (2007, p. 4) encontramos que, “marcada por uma história latifundiário-escravista, resultante da condição comandada pelo mercantilismo português, a formação social brasileira conheceu de início uma ordem espacial em que se destacavam poucas cidades litorâneas grandes cercadas de rural”. Mamigonian (1982) afirma relatando o caráter pouco urbanizador do sistema latifundiário (a exemplo de comparação o Nordeste brasileiro), diferente do acontecido nas áreas em que predominam as pequenas propriedades (WAIBEL,

---

<sup>4</sup> Fenômeno típico do Brasil agroexportador da Primeira República, onde: a) a economia agro-exportadora bloqueava o desenvolvimento do capitalismo de base urbano-industrial; b) o Estado vigente é o Estado oligárquico; c) a política vigente é a política dos governadores, denotando assim uma estrutura de dominação por parte dos coronéis, que detinham as principais fontes de renda, além de grandes parcelas de terras (MUNARIM, 1990, p. 22).

1979), onde a densidade da rede urbana é consideravelmente maior (MAMIGONIAN, 1964).

Para Pereira e Vieira (2007; 2009), compreender a constituição do povoamento do Brasil passa inicialmente pela identificação do clima dominante e da cobertura vegetal como fatores naturais determinantes na formação de dois meios geográficos diferenciados: o do latifúndio pastoril e o de pequena produção mercantil.

No caso do Sul do Brasil, a ocupação do território foi tardia em consequência, sobretudo, do clima subtropical dominante em toda a região. Quanto à ocupação do território que hoje corresponde ao Estado de Santa Catarina, há que se considerar uma variedade de elementos que foram, ao longo da história, dando configuração particular a todo este processo.

A ocupação do planalto sulino iniciou com pequenos contingentes populacionais coloniais do litoral açucareiro vicentista que subiram às serras em direção ao Planalto Paulista e, em direção ao Sul, alcançaram o Planalto Meridional. O planalto catarinense é parte integrante do grande Planalto Meridional do Brasil, com uma unidade geomorfológica distinta e característica, fato que influenciou de certa maneira a ocupação do território (ROCHA, 2004). De um lado, a oeste, encontram-se “uma sucessão de terrenos antigos, intercalados e capeados por extensos derrames de lavas” (MONTEIRO *et al*, 1967, p. 91).

São nestas porções do território, como resultado da ocorrência dos Planaltos, que surgem típicas formações de vegetação: os Campos, que juntamente com a estrutura de relevo, serão parte fundamental e imprescindível para o posterior processo de ocupação e colonização do território (WAIBEL, 1979). Alternados com a presença da Mata de Araucária (favoráveis condições edáficas e climáticas), associa-se uma topografia suave e difusa, que de acordo com a linguagem coloquial, são regionalmente conhecidas como Coxilhas<sup>5</sup>. Na porção sudoeste, em direção aos limites com a Argentina, o quadro natural é composto por um relevo acidentado e originalmente coberto pela mata subtropical semidecidual (caducifólia) do Vale do Rio Uruguai.

<sup>5</sup> No sul do Brasil, não só o rio Grande possui o pampa, a estepe, a savana. No planalto catarinense de Serra Acima estendem-se campos nativos a perder de vista. A maior e mais bela dessas formações é a Coxilha Rica em Lages, vasta região que parece ter sido cortada pela faca do tempo. Amplo tapete verde de capim mimoso, que lembra a solidão do mar, riscado por afloramentos de pedras ferro – as lagens – como espuma sobre as vagas, e onde as ilhas solitárias são os capões de mata araucária (DERENGOSKI, 2000, p. 65).

**Quadro 06** – Demonstrativo do crescimento da população urbana em Lages - (1940 a 2000)

| Ano  | Rural  | Urbana  | Total   |
|------|--------|---------|---------|
| 1940 | 18.768 | 8.558   | 27.326  |
| 1950 | 27.743 | 15.855  | 38.598  |
| 1970 | 28.407 | 83.577  | 111.984 |
| 1980 | 24.405 | 110.283 | 134.688 |

**Fonte:** Peixer (2002, p. 17). Elaborada a partir dos censos para as respectivas décadas.

Remonta a década de 40 o início da migração italiana<sup>31</sup> na região. Foi nesse período que a cidade passa de residencial (fazendeiros) para fornecedora de bens de serviços para a nascente indústria madeireira (SILVEIRA, 2005). Grandes parcelas desses migrantes formaram vilas operárias próximas às serrarias, da mesma forma como a população rural havia feito. Os madeireiros enfrentaram algumas dificuldades, como o embate ideológico<sup>32</sup> com a elite local.

A exploração da madeira foi possível com o arrolamento da elite rural na rede da madeira, que se fortaleceu com o uso de florestas improdutivas até então, e proporcionou a manutenção ou a recuperação do status político estadual e nacional conquistado durante o ciclo da pecuária. Mas isto não significa ausência de disputa pelo poder político, pois a madeira deu origem a novos atores com renda e patrimônio elevados, formadores de instituições legitimadas e bastante competitivas. Tão pouco impediu a disputa pela terra, alimentada pela retomada de terras doadas ou apossadas por inúmeras populações, remanescentes do tempo que tanto pessoas quanto florestas foram marginalizadas durante o ciclo da pecuária.

Época em que os senhores Irineu Bornhausen e Victor Deeke fundaram em um lugar denominado Encruzilhada (atual município de Otacílio Costa), a Fábrica de Papel Itajaí. A conclusão da instalação de toda a infra-estrutura necessária para entrar em operação ocorreu

<sup>31</sup> Já em 1899 houve a criação de uma lei de incentivo a imigração européia (alemães e italianos). A grande parcela de italianos estabelecidos em todo Planalto Serrano são originários do Rio Grande do Sul, principalmente das Colônias Velhas (Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha, Vale dos Sinos) e da Região Oeste catarinense, devido ao declínio da atividade de exploração madeireira naquela região.

<sup>32</sup> Interessante observar o aparente conflito entre fazendeiros (tradição, poder, oligarquia) e madeireiros (pioneirismo, inovação). Como resultado, os italianos assumem o poder do PTB (com a bandeira de progresso e modernismo), que logo fez rivalidade com a UDN (conservadorismo – coronéis e fazendeiros).

**Quadro 05** – Participação relativa da Araucária no volume de exportações de Santa Catarina no período de 1892 a 1940

| Ano  | Porcentagem das Exportações |
|------|-----------------------------|
| 1892 | -                           |
| 1900 | 4,9 %                       |
| 1910 | 8,4 %                       |
| 1920 | 0,7 %                       |
| 1930 | 11,2 %                      |
| 1940 | 19,2 %                      |

Fonte: Thomé (1995, p. 67)

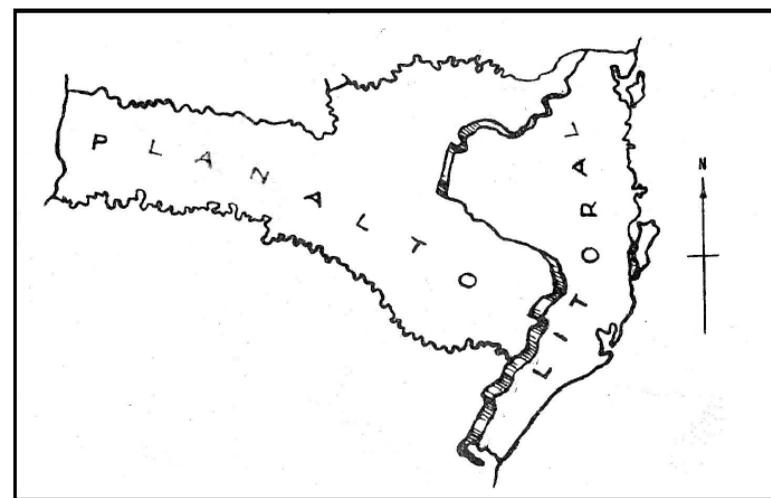
A madeira trouxe consigo uma nova configuração para a região. Além dos lucros provindos da exploração e beneficiamento do pinheiro, deve-se lembrar do processo de expansão e inchaço urbano (Quadro 06) na área periférica de Lages<sup>30</sup>, promovido pela migração populacional originária da área rural de municípios próximos e de outras cidades, que vinham em busca de oportunidades de emprego, haja vista o ramo estar em franco progresso e, portanto, necessitando de uma mão-de-obra barata e eficaz (PELUSO JÚNIOR, 1991a), situação refletida no comércio local, o qual, em 1941, contava com “37 vendas de gêneros alimentícios; casas comerciais dedicadas a fazendas, calçados, eram ao todo em número de 22; casas de bebidas e bilhares, em número de 10; além das cinco farmácias e duas ourivesarias; hotéis e pensões atingiam 18 estabelecimentos” (PELUSO JÚNIOR, 1991b). Cabe menção a Casas Pernambucanas (1934), Comercial Araldi (1940), Curtume Gurgel e Camargo (1940), Moinho Cruzeiro (1946), Lages S/A (1951) e Lojas A Barateira (1954) (COSTA, 1982).

É importante que se tenha cuidado quando da análise da importância do ciclo madeireiro para a região, principalmente no que diz respeito ao retorno econômico local. Por volta de 1940 a região de Lages já percebe reflexos da exploração da araucária, ocasionando mudanças socioeconômicas. As riquezas geradas pela madeira aqueceram diversos setores da economia, mas não resultaram em investimentos proporcionais na região. Além da fuga de capitais, outras causas para isto seriam apontadas como sendo a falta de infra-estrutura, estradas e energia elétrica, fazendo com que a região não atraísse investimentos (SILVEIRA, 2005).

<sup>30</sup> Nos anos que decorrem de 1940-70, com a expansão urbana causada pela exploração madeireira, surgem aproximadamente 25 novos bairros espalhados pela periferia do município (PEIXER, 2002, p. 116).

Diante destas afirmações, constata-se que para entender as origens e a evolução da ocupação do Planalto Catarinense faz-se necessário considerar as características do seu quadro natural, recorrer às origens do povoamento do Sul do Brasil e, em especial, do estado de Santa Catarina, cujo relevo apresenta duas seções distintas: o litoral e o planalto (PELUSO JÚNIOR, 1952), que caracterizam o território catarinense por apresentar um altiplano levemente inclinado para oeste e uma área que se desenvolve da borda do planalto até o mar.

**Figura 04**– Estrutura do relevo catarinense



Fonte: Peluso Júnior (1952)

No que se refere à relação Sociedade/Natureza, todos estes modos de produção, estas combinações, presentes na gênese da formação sócio-espacial do planalto meridional tem profundo vínculo com o quadro natural, com os seus elementos físicos e biológicos.

É sustentado nas condições naturais que o processo de ocupação humana do território catarinense, sobretudo a do Planalto, acontece.

O bandeirantismo paulista, em meados do século XVII, atraídos pelo apresamento de índios já agrupados e disciplinados ao

trabalho nas missões, seguiu as rotas campestres do planalto, para a destruição das reduções jesuíticas que os espanhóis haviam fundado a partir de 1609 (ROCHA, 2004; VIEIRA, 2000). De acordo com Souto Maior (1968, p. 17) “o ataque a estas reduções sulinas não tardou; primeiro foram as do Tape, depois, as outras. Antes de se retirarem das primeiras, os missionários soltaram o seu gado, que se dispersou pelos campos ao sul da bacia do rio Camaquã, área que se tornou conhecida como Vacaria do Mar”, dando origem ao rebanho dos campos gaúchos e conseqüentemente a exploração e venda de derivados bovinos, entre os quais o charque (charqueadas), principal produto de abastecimento ao então nascente mercado interno brasileiro.

Com o retorno dos jesuítas (fins do século XVII), o gado passa a ser reunido em uma área protegida do avanço espanhol, dando origem a Vacaria dos Pinhais (que atualmente compreende a região dos municípios de Vacaria e Lagoa Vermelha), em área de campos naturais entremeados pela mata de araucária (ROCHA, 2004). É esse gado que os tropeiros lagunistas, em suas incursões à Colônia de Sacramento (pelo litoral), vão comercializar, depois da abertura de um caminho pela Serra Geral, ligando o litoral aos referidos campos.

Esse cenário, aumento e concentração da criação de gado, ganha importância considerável quando da mudança do eixo da economia colonial brasileira, do nordeste açucareiro para o ciclo mineiro das Minas Gerais, bem como da mudança da capital para o Rio de Janeiro (Ibid, 2004; VIEIRA, 1992). Soma-se a carne de charque, as tropas de muares, criadas para o transporte e comércio na Feira de Sorocaba.

Antes dos vicentistas, as atividades bandeirantes<sup>6</sup> mineradoras, “preadoras de índios e de gado, que ocuparam os campos do Planalto Sulino e praticamente exterminaram as populações guaraníticas missioneiras jesuíticas” (VIEIRA, 2000, p. 80), fundaram uma série de vilas no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A necessidade de abastecer de gado vacum, cavalari e muar à região das Minas, propiciou a descoberta do caminho entre Viamão e Sorocaba (na época, a maior feira de animais do país - importância econômica), que antigamente era

<sup>6</sup> “O tropeirismo sulino visava, particularmente, a venda de gado muar, cavalari e bovino, encaminhando-o aos centros tradicionais de compras, que o utilizavam, ora nos serviços de campo e lavoura, ora e notadamente no tropeirismo transportador de mantimentos ou cargas aos mais longínquos rincões da Pátria” (EHLKE, 1973, p. 125).

sessenta mil cabeças, das quais são exportadas trinta mil para as povoações do litoral”, o que confirma a vocação e a força da pecuária na região.

Diversos estudos apresentam um consenso historiográfico de que as florestas não possuíam valor durante o período em que atribuía-se ao gado o mote econômico da região. Embora se diga que a pecuária determinou a ocupação do espaço territorial, a combinação de ecossistemas parece ter sido uma razão muito mais favorável para a criação dos animais. As florestas podem ter potencializado a criação de equinos e asininos durante o auge da venda de muares.

A madeira assumiu em partes o lugar da pecuária, devido a alguns fatos, entre os quais a retificação da rodovia Lages-Florianópolis no Governo de Nereu Ramos (1935-1945) e a abertura da BR-2, depois BR-116, que serviu de ligação entre a área do Rio da Prata, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e o norte do País. A importância da madeira<sup>28</sup> para a região serrana<sup>29</sup> é tal (Quadro 05), que Silveira (2005, p. 37) diz que “teve um começo enfático na década de 40, uma depressão a partir dos anos 70, e prossegue agora num ritmo eufórico, crescente e contínuo”.

Em 1930, a erva-mate foi o principal produto de exportação catarinense (cerca de 20%), em segundo a madeira (com 11%), têxteis (10%), carvão (5%) e a banha (12%). Antes do fim da década de 30 as exportações de erva-mate se reduziram e nos anos 40 a madeira aumentou sua participação nas exportações para 20%, dobrando o volume exportado em 10 anos (RIBAS JÚNIOR, 2005).

<sup>28</sup> Lages ocupou durante os anos de 1959-1970 a primeira posição na concentração estadual de indústrias de papel e papelão e nos derivados da madeira (CEAG, 1980, p. 187). Em Santa Catarina, a madeira, os têxteis e o gênero alimentício, exibiram contribuição de 72% em 1949 e 66,4% em 1959 (CUNHA, 1992, p. 45). Mamigonian (1999, p. 2), realça que em “em 1940 a indústria de transformação de Santa Catarina havia representado 1,8% do valor de produção nacional (2,9% da população), enquanto o beneficiamento da madeira representava 14,8% da produção total em Santa Catarina, alcançando o teto de 20,8% em 1960”, período em que a região serrana chegou a responder por 12% do ICM arrecadado no Estado, sendo com isso a maior produtora de madeira de Santa Catarina. Da mesma forma, Costa (1982, p. 323), corrobora ao relatar que “na década de 50, Santa Catarina concorria 64% da madeira exportada pelo Brasil; desta porcentagem, a maior parte cabia a Lages, que assim deteve, por muitos anos, o primeiro lugar no Brasil, como produtora de madeira de pinha para aquela finalidade. Essa fase (1930-1960) é caracterizada pelo processo de “substituição de importações, expansão do mercado interno e crescimento da produção manufatura-industrial e crise do padrão agrário” (MULLER, 1989, p. 180).

<sup>29</sup> Nunca é demais lembrar que a partir dos anos 30 o processo de industrialização (substituição de importações) e urbanização do Brasil se aceleraram, e que Lages é chamada a participar da Divisão Regional do Trabalho. É nesse período que a Família Ramos (aliados de Getúlio) assume o poder em Santa Catarina.

a economia agropecuária ainda era a maior fonte de renda da região. O ciclo não acabou por completo com a vocação agropastoril<sup>26</sup>, pelo contrário, veio a fortalecer através de contratos de agregação e arrendamentos<sup>27</sup> de terras e/ou lotes feitos diretamente com os grandes latifundiários (SILVEIRA, 2005).

**Quadro 04 – Panorama da reserva de Pinheiros (1940)**

| Municípios         | Nº de árvores | Área Km <sup>2</sup> | Densidade pés/Km <sup>2</sup> |
|--------------------|---------------|----------------------|-------------------------------|
| <b>Bom Retiro</b>  | 5.888.200     | 3.813                | 1.544,24                      |
| <b>Curitibanos</b> | 15.950.000    | 4.000                | 3.987,50                      |
| <b>Lages</b>       | 31.800.000    | 10.071               | 3.157,58                      |
| <b>São Joaquim</b> | 10.970.000    | 3.892                | 2.818,60                      |

Fonte: DEE/SC. In: Thomé (1995, p. 86)

Silveira (2005, p. 34) diz que “em 1942, o Departamento de Estatística e Publicidade do Estado, informava que havia, segundo apuração da Agência de Estatística de Lajes, 318.265 bovinos, 52.872 equinos, 42.128 suínos e 28.859 ovinos e outros animais de criação doméstica”. Munarim (1990, p. 20-1), ressalta que a maior parte da população ocupava-se da rendosa indústria pastoril, favorecida por extensas campinas que “dão abrigo a mais de trezentos mil cabeças de animais vacuns, cavalares, lanígeros e suínos, que produzem anualmente

<sup>26</sup> A pecuária, ao longo de seu ciclo, passou por algumas etapas: 1) Cidade dos Pecuáristas (séc. XIX a meados de 40): latifundiários voltados a atividades comerciais; 2) Após a decorrente crise advinda do furor da exploração madeireira, muitos ex-agregados emergem da velha estrutura fundiária como comerciantes e pequenos fazendeiros; 3) Novíssima Pecuária (Década de 90): fazendas onde há o consórcio entre madeira e rebanho bovino. Há de ressaltar em relação a esse período, os altos investimentos em engenharia genética (seleção e melhoramento de raças); 4) É mais recentemente, com o desmembramento dos antigos latifúndios, surgiram as denominadas Casas ou Hotéis Fazendas, com a utilização do Turismo Rural como fonte de renda. Rangel (1989, p. 223-4), já havia elaborado tal raciocínio ao dizer que “surge ao lado do velho latifúndio feudal, outro tipo de latifúndio que, em vez de distribuir terras e lotes entre os agregados, empreendeu, ele próprio, a atividade agrícola, a exemplo do que antes haviam feitos os senhores de escravos, mas usando mão-de-obra assalariada e aplicando tecnologia moderna, com máquinas, insumos químicos e orientação agrônômica avançada”. Atualmente, o rebanho bovino local é formado por aproximadamente 315.000 cabeças das raças de elite genética Flamengo, Simental, Normanda, Angus, Devon, Hereford, Limousin, Charolês, Holandês e Jersey, além da raça naturalizada Crioula Lageana, sendo desta forma, a maior concentração estadual.

<sup>27</sup> Para Hoff e Simioni (2004, p. 34), “os arrendamentos eram feitos a partir do estabelecimento de uma participação do proprietário da terra no faturamento final da floresta. Em sua maioria, os contratos destas primeiras décadas determinavam que 30% da floresta seria entregue ao proprietário como forma de pagamento pelo arrendamento. Toda a atividade de plantio, desbaste e retirada da floresta ficavam sob responsabilidade das empresas”.

realizado por cabotagem, do Porto de Laguna até São Vicente ou Santos (Ibid, p. 75).

São esses povoados e/ou vilas fundadas durante o Caminho das Tropas em direção a região das Minas, que estruturam toda uma rede de defesa ao território português contra ao avanço espanhol. Até cerca de 1740 esta estrada pertencerá ao percurso arterial de tropas, ligando Viamão, Laguna, Lages, Curitiba e Sorocaba. A partir de então o litoral catarinense volta a se desarticular das terras de Serra Acima, mas ao contrário de Laguna, Lages permanece no circuito arterial das tropas, fortalecendo a atuação da corrente planáltica de ocupação. Esta mudança de percurso, permanecendo Lages como ponto de passagem obrigatório, agora não mais ligada ao litoral, mas sim ao planalto e planícies riograndenses, imporá uma preocupação de cunho estratégico, que resultará na sua edificação como vila em 1771 (VIEIRA, 2000).

Neste íterim se encaixam os campos catarinenses de Cima da Serra (Nossa Senhora dos Prazeres das Vilas de Lajens) (BASTOS, 2006). Sob a jurisdição de Rio Grande, os campos de Lages passaram ao domínio dos paulistas, através da bandeira de colonização para a fundação dirigida de Lages, do abastado Antônio Correia Pinto em 1766 (fundando oficialmente a Póvoa em 1771), para resguardar o caminho de Viamão a São Paulo, fixando, assim, mais um ponto de defesa (contra os espanhóis) na colônia meridional. Peluso Júnior (1991b, p. 256) destaca que “os paulistas procuravam, no planalto de Lages, tornar-se criadores de gado, mas por parte do governo português a política era a mesma que o levara a incentivar o povoamento do litoral. Era, ainda, a guerra para fixação da fronteira meridional da colônia que fazia Portugal povoar os campos de Lages”<sup>7</sup>.

Surge então o primeiro ciclo econômico de Lages: Ciclo da Pecuária (Quadro 01). Em 1895 João Quintino Pereira traria a primeira tropa de gado Zebú, que se espalhava por todo o Brasil. Em 1907, um tropeiro chamado João Leite traria novos animais da Índia, seguido por um mineiro em 1911 e em 1925 uma nova tropa foi espalhada pela

<sup>7</sup> “O tratado de 1750 entre a Espanha e Portugal malograra, substituído pelo de 1761. Desta forma, Portugal voltou a dominar a Colônia de Sacramento, e a Espanha, as missões jesuíticas. Em 1761, Portugal perdia Sacramento, recuperando-a em 1764, porém a Espanha passara a dominar o Rio Grande. Esta situação política projetava-se, com grande força, no interior da colônia. Ordenou o governo português, por isso, que fossem criadas povoações ao longo da estrada que de Viamão demandava São Paulo, passando pelo Morro dos Conventos, e, daí, galgando o planalto, atravessava os campos de Lages, caminho aberto entre 1728 e 1730. Para o Conselheiro Manuel da Silva Mafra, Lages foi fundada para fazer frente às missões espanholas e fortificar o rio Pelotas” (PELUSO JÚNIOR, 1991b, p. 256-57).

região. Em algum tempo, “a maioria da criação bovina em Lages era possuidora de sangue de boi de biba”. Por isto, no início do século XX, José Maria Ramos importou um lote de vacas e alguns reprodutores machos das raças Holandesas e Simmenthal. Vidal Ramos um touro Hereford. Em 1905, criou-se em Lages, com apoio do Governo Estadual, um Campo de Experimentação, que possuía um touro Hereford e um garrote meio sangue indiano. Recebeu também um Cavalo “muito disputado”. Contudo, a introdução de raças melhoradas de gado foi lenta. Manoel dos Santos Pereira trouxe um lote de touros Holandeses, mas sem encontrar compradores, vendeu em Vacaria. Pouco depois, em 1910, um lote de touros Holandeses trazido do Uruguai foi comprado ‘entre amigos’ por Caetano Ribeiro da Silva, João Rosa e Honorato Ramos (ARRUDA, 1960).

Segundo Peluso Júnior (1991a, p. 99), a Fazenda do Cedro, localizada no planalto de São Joaquim, é expressão da intensa atividade econômica do latifúndio pastoril no planalto catarinense. Para este autor,

no planalto de São Joaquim é a Fazenda Rio do Cedro a maior propriedade pastoril. Em 1942, entre 1.859 fazendas de criação, somente 67 mediam mais de 1.000 hectares, ressaltando entre essas a Fazenda Rio do Cedro, com sua área superior a 7.000 hectares. [...] ela impõe-se como ponto de partida de qualquer estudo sobre a exploração pastoril da região. Conservada afastada das vias de comunicações, mantém, tanto quanto possível, a tradição dos primeiros povoadores do planalto. Os hábitos do fazendeiro abastado, em suas relações com os demais membros da família e com os subordinados são aproximadamente os mesmos. O Coronel Manoel Pinto de Arruda, atual proprietário da Fazenda Rio do Cedro, é a expressão genuína do fazendeiro tradicional: hospitaleiro, afável, enérgico, administra a propriedade continuamente preocupado com sorte de filhos, genros, agregados e rendeiros. Foi de fazendas desse tipo que se originaram as demais que se espalharam pelo planalto de São Joaquim.

da cobertura vegetal dos Estados de Santa Catarina e Paraná, rivalizando em potencial com a Mata Atlântica, característica da faixa litorânea e encostas. Os registros mais antigos do Brasil distribuem os pinhais em 40% para o Paraná, 32% para Santa Catarina, restando 25% para o Rio Grande do Sul e 3% para São Paulo.

Antônio Correia Pinto de Macedo, logo na sua chegada aos imensos verdes campos cobertos por pastagens, admirado com a grande quantidade de pinheiros e prevendo a vocação econômica da década de 1930-40, indagou que “além dos diferentes ramos do commercio que d’hali se podem tirar, como nos breus, resinas e alcatrões que se podem extrair de uma quantidade tão prodigiosa de pinheiro” (SILVEIRA, 2005, p. 26).

O autor em tela, em passagem posterior, informa que antes mesmo da fundação do município, a área era uma sucessão de capões e grandes manchas florestais em que o pinheiro nativo dominava, “sobressaindo suas imensas copas redondas, cobrindo um conjunto riquíssimo de madeiras de lei, como cambarás, canela, cedro, cabreúvas, perobas e imbuías” (Ibid, p. 27).

Simioni e Santos (2004, p. 26), “identificaram que as primeiras atividades correlacionadas ao uso da madeira no Estado datam do século XVI, época em que se utilizava a madeira para reparos em embarcações e para provisão de lenha (energia), porém sem grande volume de consumo”. O início da atividade de exploração da madeira na região<sup>23</sup>, “foi em 1910 quando na conhecida localidade de Chapada, próximo ao povoado de Índios, o Sr. Pedro José Werner, montou uma serraria movida à eletricidade hidráulica” (COSTA, 2001, p. 52).

Em meados da década de 30<sup>24</sup>, o ciclo da madeira<sup>25</sup> de araucária ensaiava os seus primeiros e acanhados passos em direção à explosão socioeconômica que se seguiria (Quadro 04). Nesse intervalo,

<sup>23</sup> Ressalta-se que esse período se caracterizou pela transição entre os estágios de predominância das indústrias artesanais para as fábricas de pequeno porte, principalmente as indústrias têxteis do Vale do Itajaí, ganhando posteriormente destaque nacional (CUNHA, 1992).

<sup>24</sup> Em 1934 tem-se a primeira fábrica de pasta mecânica da Serra Catarinense, instalada no município de Santa Cecília, de propriedade de Lugindo Dall’Asta.

<sup>25</sup> É imprescindível recordar que, o ciclo apresentou algumas semelhanças com a atividade do Oeste., a começar pelo produto a ser explorado; mão-de-obra abundante mais com baixa formação; preferência por estabelecimentos de origem italiana e de baixo valor agregado ao produto e instalação de algumas unidades multinacionais. Os municípios de Lages e Caçador são exemplos clássicos destas atividades.

### 3. O CICLO DA MADEIRA DE ARAUCÁRIA: ORIGEM, ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E LIDERANÇA ECONÔMICA

O Planalto Sul brasileiro, caracterizado pela variedade de espécies, é o que se pode chamar, em todos os sentidos, de grande floresta. Parte dele era coberto pela “mata de araucária, o pinheiro brasileiro de grande porte que marcou a paisagem do Paraná e de Santa Catarina com sua presença imponente, dominando as copas das árvores e abaixo delas estavam os cedros, canelas, imbuías, perobas, cabreúvas, entre outras” (DERENGOSKI, 2000, p. 47) (grifo nosso).

Os primeiros relatos da Floresta com Araucárias foram representações idílicas e até poéticas. Em 1858, Lallemand relatava uma “floresta negra” rica em “pinheirais”, tinha cor “escura” era “silenciosa e grave”, estavam nos “profundos desfiladeiros”, “trepam as mais íngremes encostas até aos píncaros das empinadas coxilhas” (SILVEIRA, 2005, p. 34).

A descrição de Souza Faria sobre as matas do Sertão das Lagens não se limitou ao potencial da criação bovina, mas para o conjunto de atributos essenciais para o povoamento, incluindo recursos florestais,

Subida a Serra se comoem aquellas terras d’uma aprazível vista com campos mui dilatados ... há também nelles muitas madeiras, bons mattos, e grande numero de pinhaes. Além do referido com que a natureza formou e creou aquellas teras tem admiraveis paragens para creações de gados, .... São também muito farta de todo o genero de caça, mel e pinhão e mui ferteis para todo o genero de plantas como eu experimentei nos campos de Coritibanos, onde tive alguma demora (OLIVEIRA, 1996).

Thomé (1995, p. 28), agrega ao relatar que,

ocupando cerca de 20 milhões de hectares, a Floresta Ombrófila Mista, incidente no planalto, representava no início deste século a maior parte

Quadro 01 – Síntese e desenvolvimento do Ciclo da Pecuária

| 1650  | 1727                                       | 1770   | 1850  | 1910   | 1920   | 1930   |                                    |
|---|--|--|---|--|--|--|------------------------------------|
| Povoamento Certão de Coritiba, Província de São Paulo | Caminho de tropas Entre o Pampa e Sorocaba | Povoado de Nossa Senhora dos Prazeres dos Campos de Lagens                     | A vila de 1771 toma-se Catarinense  | Lei das terras Redução da criação de muare         | Ascensão politica de Lages   | Valorização da Carne Bovina durante I Grande Guerra                            | Esgota modelo político e econômico |
| Trânsito de animais                                   | Formação de Sesmarias,                     | Criação Local de animais. Ampliação das Fazendas (campos novos, curitibanos..) | Consolidação das Fazendas   | Introdução de novas raças de bovinos e forrageiras | Industrialização da Carne; Charqueada de Tito Bianchini<br>Realização de obras públicas e Jokey Club | Crise comercial 1929. Divisão de grandes Fazendas (ex. Guarda Mor)             |                                    |
| Campos ocupados por Indios Guaranis                   | Expulsão de indígenas dos campos           | Escravidão negro, Disputas com indígenas                                       | Produção de asininos e eqüinos, mas pouca produção de mulas, menos ainda de animais mansos. | Expansão de suínos em florestas da região          | Privatização do melhoramento genético  | Expansão de agricultura de subsistência.<br>Degradação dos solos de pastagens. |                                    |

Fonte: Floriani (2007, p. 56)

Vieira (2000, p. 05) diz que a formação pastoril, que então se gesta, tem como objetivo inicial “abastecer de gado a formação mineradora. Esta atividade, ainda impregnada de espírito nômade, aos poucos passa a se sedentarizar, formando vilas, povoados e estâncias coloniais, transformando o meio de produção fundamental de móvel (homens e depois gado) em fixo – a terra.”

Neste período, o território planaltino vivencia, em suas manchas de campos, o nascimento de uma formação social feudal-mercantil. Esta, por sua própria estrutura e funcionamento, se expande para além dos limites dos campos, adentrando as matas que misturam araucárias e ervais, sob a forma da pequena produção posseira cabocla (VIEIRA, 1992).

A situação elevada do planalto, sua caracterização de pequenas montanhas e colinas, aliadas ao clima temperado e aos campos e florestas compostos de associações mistas em que domina a araucária, conferem ao planalto de Lages a individualidade de região natural, que coincide com a região histórica onde se processou o aproveitamento econômico do vasto quadro em que nasceu a cidade de Lages (PELUSO JÚNIOR, 1991a, p. 34).

É justamente a partir das constatações acerca da propriedade agrária e de fatores estratégicos, que nas palavras de Costa (1982), na década anterior à fundação da povoação seriam já numerosos os que se

apossassem de terras devolutas, grandes latifúndios, que com o tempo, sem qualquer pressa, trataram de regularizar suas posses. Segundo Costa (2001, p. 17), a fundação do município teve como ponto inicial,

o ato de 9 de Julho de 1766, em que Dom Luiz Antonio de Souza Botelho e Mourão, Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo, nomeou o sertanista Antonio Correa Pinto de Macedo, Capitão-Mor Regente do Sertão de Curitiba, com a incumbência de fundar no extremo Sul da Capitania, uma povoação que até pela sua própria existência, desestimulasse os castelhanos de tentarem, como vinham fazendo, invadir áreas pertencentes a Portugal.

Já Goulart (2004, p. 64-5), relata que,

a Coroa determinou a Dom Luiz Antonio de Souza Botelho e Mourão, Morgado de Mateus, a ocupação de terras que se prolongavam para o Sul do que era chamado Sertão de Curitiba, Capitania de São Paulo. As ordens provinham diretamente do rei Dom José I, de Portugal e aprovadas pelo seu poderoso ministro, Conde de Orives, depois Marques de Pombal (...) porquanto tenho determinado em virtude das ordens de S. Majestade argumentar as povoações desta Capitania, e tenho notícia que na paragem chamada Lajens, esta no Sertão de Curitiba, há terras suficientes para estabelecer uma boa povoação (...) ordeno ao Capitão-Mor Regente do dito Antonio Correia Pinto de Macedo, sirva de fundador e administrador da dita povoação, pois me concorrem na sua pessoa capacidade e legitimidade para dirigir os povos della.

Peluso Júnior (1991a, p. 40; 45), ressalta que a fundação da Vila esteve condicionada a três tentativas, nas quais somente à última obteve êxito.

Antonio Correia Pinto de Macedo, a quem Dom Luiz Antonio de Sousa Botelho e Mourão,

modernização conservadora. O interior do município, em especial a região da Coxilha Rica, é o retrato fidedigno desta realidade.

partir do momento que a então Vila das Lajens vive os reflexos de um fraco avanço urbano, aliado ao início da crise do Ciclo da Pecuária e a Lei de Terras (1850), que impedia o acesso a terra por meio da posse, boa parte dessas famílias, antes protegidas em uma relação de suserania e vassalagem, pelos seus chefes (fazendeiros), passam a mão-de-obra barata e sem qualificação na cidade, já nas primeiras serrarias localizadas na periferia de acesso ao município. Andrade (1996, p. 19), colabora com a discussão e afirma que

O operário da madeira, por sua vez, não possuía nenhuma especialização. A maior parte não era alfabetizada e sua proteção – antes garantida pelo coronel nas grandes fazendas ou pelo dono das madeireiras – deixa de existir. A cidade, sem economia voltada para a industrialização, não oferece empregos suficientes à grande demanda de migrantes que chega. Estes passam a morar nas periferias, invadindo áreas verdes e construindo seus barracos sem nenhum planejamento.

E de outro lado, balizado por sua condição financeira e poder político, está à figura do fazendeiro, aqui representado pela estirpe do Coronel. Este, no momento que as condições no campo começam a se mostrar desfavoráveis, passam a arrendar terrenos e suas árvores (Araucárias) para migrantes de origem italiana, com o intuito do corte e processamento da madeira. Já outra parte, possui uma segunda residência na cidade, exercendo um importante papel de poder, seja por sua influência nominal ou familiar<sup>22</sup>, seja pelos estabelecimentos comerciais e industriais (armarinhos, secos e molhados, casas de fazenda), na época ainda não era possível certa distinção.

Configura-se então a seguinte situação: de um lado, um rural caracterizado por poucos, porém amplos, latifúndios e um urbano por uma sociedade projetando um avanço na economia local (migrantes de origem ítalo-gaúcha). Da mesma forma que em outras regiões do Brasil, a exemplo do Nordeste, o que aconteceu foi um processo de

<sup>22</sup> “O coronel, antes de ser um líder político, é um líder econômico, não necessariamente, como se diz sempre, o fazendeiro que manda nos seus agregados. O vínculo não obedece a linhas tão simples, que se traduzem no mero prolongamento do poder privado na ordem pública. Segundo esse esquema, o homem rico – o rico por excelência, na sociedade agrária, o fazendeiro, dono da terra – exerce poder político, num mecanismo onde o governo será o reflexo do patrimônio pessoal (FAORO, 1997, p. 622)

Morgado de Mateus, governador da Capitania de São Paulo, concedera a patente de Capitão-Mor Regente do Sertão de Curitiba (...) com a ordem de fundar uma vila, iniciando-a no lugar Taipas, na chapada do Cajuru. A deficiência de materiais de construção obrigou-o retroceder sobre a margem do Rio Canoas, onde grande enchente lhe destruiu o trabalho de sete meses. Vagou pelo campo em procura de melhor local, encontrando-o na vertente norte da colina do Rio Carah (...) nas suaves vertentes de suas coxilhas.

A área em referência eram os Campos das Lajens, por onde cruzava a Estrada dos Conventos, depois denominada Estrada Real, “aberta por Francisco de Souza Faria e retificada por Christóvão Pereira de Abreu, sendo entregue ao uso entre 1729 e 1730” (COSTA, 2001, p. 23).

Além dos fatos acima citados, a fundação da povoação de Lages tinha entre outros objetivos,

1) aumentar o domínio português, protegendo o território da invasão espanhola, 2) fortificar o Rio Pelotas (ao Sul), 3) natureza político-militar, 4) caráter social: decorrente da situação dos latifúndios paulistas, onde era fácil encontrar material humano para as bandeiras colonizadoras, desafogando os domínios rurais paulistas e 5) natureza econômica: criação de gado (Caminho das Tropas) (PELUSO JÚNIOR, 1991a, p. 53).

O Caminho dos Conventos / Caminho das Tropas (Figura 05) foi a rota de maior importância na história do Brasil, pois sem ela não teria ocorrido o ciclo do ouro, do café nem a unidade nacional levada a cabo. O desenvolvimento da Região Serrana, no que se relaciona ao seu comércio e, em parte, com sua indústria, no primeiro século de sua existência, “está profundamente ligado à famosa estrada, pois executando a precária via marítima, foi à única rota de circulação das suas riquezas” (COSTA, 2001, p. 24). Esses caminhos possibilitaram o surgimento de diversos núcleos agropastoris no decorrer dos seus trajetos.

De acordo com Costa (1982; 2001), muitos tropeiros começaram a estabelecer-se desde então e o próprio Capitão-Mor,

fundador do principal município da região, recém nomeado, foi um deles. Como era de se esperar, algumas famílias foram selecionadas na intenção de povoar essas áreas. Em relação a estas, Correa Pinto teria escolhido elementos indispensáveis para o levantamento da povoação, “como pedreiros, carpinteiros, ferreiro e um mestre de obras (...)” (COSTA, 1982, p. 53), que vinham empregar suas atividades em negociações, quer como tropeiros que já eram, quer como criadores de gado, muares e equinos, da mesma forma como “(...) foragidos da justiça e alguns marginais, atraídos pela anistia concedida aos que fossem morar na nova povoação, no seu primeiro decênio após a formação” (Ibid, p. 54). Há indícios que Correia Pinto teria reservado a profissão de comerciante a si mesmo: entre suas posses, possuía “um engenho de farinha, uma ferraria e uma olaria” (Ibid, p. 441). Produzia ele, numa ferraria que montara ao estabelecer a localização da Póvoa, ferramentas rústicas tais como pás, machados, facões, foices, enchadas. Também fabricava, para vender, farinha de milho e de trigo, num manjolo montado à margem do Rio Carahá, onde instalara, ainda, uma olaria que produzia tijolos e enormes telhas goivas e portuguesas, vendidas à população local e exportado o excedente para Curitiba e Sorocaba. Consta também que um joalheiro de nome Muniz, tronco de uma família grande e de relevo como fazendeiros, fazia parte da delegação de Correia Pinto.

Com a impossibilidade de uma utilização direta dessas vias de escoamento, toda a produção restringia-se desta maneira ao consumo interno. Praticamente, o desenvolvimento do frágil comércio, decorreu ao Caminho dos Conventos (COSTA, 2001). Foi essa situação de entreposto de venda de gado (preços favoráveis) que permitiu a sobrevivência de Lages e região nas suas primeiras décadas de existência, em que isolada da orla marítima catarinense já povoada, não teria uma área favorável para expandir seus incipientes negócios<sup>8</sup>, do mesmo modo em relação à estrutura latifundiária<sup>9</sup>, influenciando na origem e iniciativa de produtores diretos/empreendedores. No censo de

<sup>8</sup> O desenvolvimento de Santa Catarina, em comparação com outras praças do Brasil-colônia, teve início retardado e manteve-se na condição de subsistência até meados de 1850 (com exceção de Florianópolis que já exportava farinha de mandioca), situação modificada com a entrada de imigrantes europeus, sobretudo alemães e italianos.

<sup>9</sup> Essa formação pastoril, cuja ausência de uma pequena produção mercantil explica a “fraqueza da industrialização até recentemente das áreas de pecuária extensiva” (MAMIGONIAN, 1986, p. 105), permaneceu praticamente inalterada até meados do século XX, não obstante a entrada reduzida de elementos oriundos das colônias (germânicas e italianas), gaúchas e catarinenses, e o conseqüente início de atividades fabris ligadas, principalmente, à madeira.

fim em 1930, porém, em Lages, no que se refere à política de governos municipais, terá uma maior duração, estendendo-se até 1972, com a eleição de Juarez Furtado, responsável pelo rompimento de uma longa hegemonia dos coronéis, com base de sustentação econômica na pecuária.

## 2.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A formação sócio-histórica do Planalto Catarinense é marcada por acontecimentos e fatos, ao mesmo tempo, únicos e relevantes, a começar pelas condições naturais (climáticas e geomorfológicas). Estas, por sua vez, influenciaram diretamente nas condições econômicas e políticas da população local. Foram àquelas que proporcionaram o abastecimento das primeiras fazendas e famílias quando da ocupação das terras ao sul da província de São Paulo: possível graças aos rebanhos, sobretudo bovinos, locados nos extensos campos e pastagens. Auras (1997, p. 27), entende que as “amplas e boas pastagens naturais, aliadas ao seguro comércio nas feiras paulistas – serviam de entrepostos comerciais para as regiões das Minas -, e tornaram possível e necessária à atividade pastoril”. Desta atividade, cabe destacar o couro, produto de valor agregado e utilizado como moeda de troca no comércio com outras cidades (Florianópolis e Laguna, por exemplo). É nesse momento, que fazemos menção ao Ciclo da Pecuária, favorecido e condicionado especialmente pelo Caminho das Tropas (Viamão – Sorocaba), rumo ao comércio das minas.

Fruto desta diversidade, estrutura-se toda uma base social, fortemente vinculada as atividades pastoris: de um lado os fazendeiros e/ou coronéis (proprietários dos meios de produção) e os caboclos (força produtiva), responsáveis por praticamente toda lida e atividade braçal. A autora (1997, p. 27-8) em tela ainda menciona que

Nas grandes propriedades havia os agregados, que ali residiam com suas respectivas famílias. A lida com o gado (embora esse não fosse de maiores cuidados) era a tarefa básica. Arrebanhar os animais, criados soltos pelos campos, dar-lhes sal, marcá-los, etc., consistia o dia-a-dia desses homens.

Este contingente configura todo o modo de vida regional. A

**Quadro 03** - Prefeitos do Município de Lages e seus principais mediadores junto ao Governo Estadual e Federal (1930-1972)

| PERÍODO   | PREFEITO                                  | MEDIADORES  |
|-----------|---|---|
| 1930-1932 | Interventor Octávio Inácio da Silva Filho | Vidal Ramos, Aristilianos Ramos, Nereu Ramos, Cândido de Oliveira Ramos                     |
| 1932-1937 | Henrique Ramos Junior                     | Vidal, Aristilianos (Governador até 1935), Nereu Ramos (Governador)                         |
| 1938-1941 | Indalécio Domingues Arruda                | Nereu Ramos (Governador)  |
| 1941-1945 | Vidal Ramos Junior                        | Nereu Ramos (Governador)  |
| 1945-1946 | Indalécio Domingues Arruda                | X   |
| 1946-1947 | Vidal Ramos Junior                        | Nereu Ramos (Senador). Aderbal Ramos da Silva   |
| 1947-1950 | Vidal Ramos Junior                        | Aderbal Ramos da Silva (Governador), João Ribas Ramos                                       |
| 1951-1956 | Osni de Medeiros Regis                    | Nereu Ramos (Senador, Presidente da República, Presidente da Câmara)                        |
| 1956-1961 | Vidal Ramos Junior                        | Nereu Ramos (Ministro da Justiça), Celso Ramos (Senador)                                    |
| 1961-1966 | Wolni Della Rocca                         | Celso Ramos (Governador)  |
| 1966      | Valdo da Costa Ávila                      | X   |
| 1966-1968 | Nilton Rogério Neves                      | Celso Ramos (Senador), Áureo Vidal Ramos (Deputado Estadual), Osni Regis (Deputado Federal) |
| 1968-1972 | Áureo Vidal Ramos                         | Celso Ramos (Senador)   |

Fonte: Costa (1982)

Como se observa, essa prática social e de políticas governamentais que caracterizou o Brasil, enquanto políticas de governo e práticas sociais, segundo muitos historiadores e intelectuais teve seu

1801, consta haver na Vila quatro comerciantes, para uma população de 715 moradores.

Cabral (1994, p. 211), corrobora a discussão ao demonstrar que

no planalto as condições de vida exigiram a manutenção da grande propriedade, do latifúndio, sem o qual seria impossível a existência da economia pastoril. Não exigindo esta atividade as dispendiosas instalações da agrícola, pode ser mantido o domínio e estruturar uma sociedade de tipo patriarcal [coronelista]. A conservação do domínio pastoril intacto salvou-o da ruína, pois, sem o latifúndio, o pastoreio condenava-se ao desaparecimento.

Nesse ínterim, os fazendeiros<sup>10</sup> assumiram a frente do desenvolvimento da nascente Vila, já que eram considerados os responsáveis pela comercialização, beneficiamento e venda da carne de gado (COSTA, 1982; VIEIRA, 2000). O comércio lageano nasceu antes mesmo da povoação e com ela se desenvolveu no setor da pecuária. Não apenas o comércio, mas também as indústrias. Não se pode distinguir, nas primeiras décadas, o industrial, em questão o fazendeiro, do comerciante, pois a mesma pessoa exercia as duas funções.

<sup>10</sup> De um lado os coronéis garantiram o desenvolvimento de uma política articulada, sob o ponto de vista da manutenção do modelo de desenvolvimento econômico e social da época, onde permaneciam no poder sem grandes dificuldades, ocupando ou com representações nos cargos e posições estratégicas nos poderes executivo, legislativo e no judiciário. Por outro lado, as disputas políticas eram sempre realizadas entre as tradicionais famílias oligárquicas e, conseqüentemente, preenchidas por elas mesmas (LEAL, 1997, p. 44).

## Figura 05

que trabalhou intensamente pelo seu município, pelo Estado e pelo Brasil, cuja oligarquia não pode ser vista pelo ângulo pejorativo da palavra, uma vez que demonstrou desempenhos notáveis, além da propriedade e competência administrativa.

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o ‘coronel’, que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto. Leal (1997, p. 42) diz que

a força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Dentro da esfera própria de influência, o ‘coronel’ como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfatizam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que frequentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados ou capangas.

O auge do poder da Família Ramos na esfera política (décadas 30-60) coincide com o início do esgotamento das reservas de pinheiros de araucárias na Região Oeste catarinense, provocando a migração de uma grande parcela de famílias, inicialmente vindas do Rio Grande do Sul (Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Antônio Prado, etc.), incentivadas por empresas colonizadoras, chegam à Região Serrana na perspectiva da retomada das atividades com as quais já mantinham conhecimento das técnicas (PELUSO JÚNIOR, 1991a).

em geral, de Clarício Ribeiro e um grande varejo de mercadorias do empresário Mário Grant (COSTA, 1982, p. 123).

Munarim (1990) e Peixer (2002) lembram da realização das feiras, na então Praça do Mercado, fazendo referência àquela como um importante local de encontro entre os tradicionais e conservadores fazendeiros, consolidados na figura dos coronéis<sup>21</sup>, e a classe trabalhadora, formada principalmente por negros e caboclos.

Munarim (1990, p. 23-4), destaca que membros de importantes e renomadas famílias da região (Ramos, Costa, Ávila, Córdova, Bianchini) detinham tais patentes devido ao fato que,

após terminada a Guerra do Paraguai, foram vendidas grande número de patentes, que davam direito a quem as comprasse, de assumir o título militar. Estas geravam renda tanto para o Governo Imperial como para o Republicano, somando ao exército nacional um grande número de Coronéis e Tenentes-Coronéis, os títulos mais almejados e caros.

Apesar de todas as críticas aos grupos familiares ou grupos que se sucediam no poder, denominados de oligárquicos, o município de Lages floresceu e destacou-se no cenário estadual e nacional graças à liderança da Família Ramos, que se constituiu num dos maiores grupos políticos do Sul brasileiro e cujos descendentes, alternando-se no poder (Quadro 03), atuaram na política brasileira por mais de 50 anos. Costa (1982, p. 1249), caracteriza-os como

o mais derradouro grupo político que registra a história dos Estados do Sul do Brasil, ou provavelmente de todo o Brasil. Foi uma família

<sup>21</sup> Toma-se o uso do conceito não pela forma pejorativa como comumente é empregado. Ao contrário do acontecido no restante do país, em que com a Revolução de 30 o poder dos coronéis e suas relações caem em importância, na Região Serrana de Santa Catarina o mesmo não acontece. A Família Ramos, por exemplo, foi a responsável pela modernização da cidade, no momento em que assumem o poder em Santa Catarina (década de 30 – Terceira Dualidade), como aliados de Getúlio Vargas e influenciados pela nascente industrialização (sócio menor do pólo interno), conforme exposto por Rangel (1957). A utilização do termo se refere à questão da permanência da estrutura social e fundiária (latifundiários/elite local), vide o caso de crise da Hoepcke nas mãos e gerência de Aderbal Ramos da Silva.

## 2.1 O CABOCLO NO CONTEXTO PRODUTIVO: SUA FORMAÇÃO SOCIAL E A ERVA-MATE

Na busca de carnes (charque), sal, couro, erva-mate e principalmente o gado, na província de Rio Grande do Sul, a então Vila das Lajens devido as suas características físicas no que diz respeito à quantidade e qualidade de seus campos e pastagens, era considerada ponto de descanso (6 a 12 meses) aos tropeiros<sup>11</sup> e seus rebanhos que tinham como ponto de destino à famosa Feira de Sorocaba (COSTA, 2001).

É justamente nesta passagem, que a referência ao Caboclo<sup>12</sup> (resultado da miscigenação entre o elemento europeu-português ou descendente de português, o colonizador da região, mais o negro, escravo que acompanhava o bandeirante, e o índio, que já habitava a região), com importante papel na constituição sócio-histórico regional e sua relação direta com o fazendeiro, ganha destaque.

Em estudo acerca da formação do trabalhador serrano, Jesus (1991) argumenta que a forma de concessão de terras através das sesmarias, grandes parcelas de terras doadas pelo governo àqueles que tinham prestado serviços relevantes ou simplesmente tinham boas relações políticas, foi o início da formação da atual estrutura fundiária<sup>13</sup>.

<sup>11</sup> Costa (1982, p. 151), enumera em três os tipos de tropeiros: Vaqueiro, Comboeiro e o Tradicional. O primeiro era o vendedor de mulas e cavalos, que formava sua tropa nos Campos do Rio Grande de São Pedro e Uruguai, mesmo do outro lado do Rio da Prata e com ela viajava durante meses e meses, com longas paradas para invernar e outras para domar a animalada xucra – que era a totalidade – até atingir a famosa Vila Paulistana, centro redistribuidor das tropas, fato mencionado por Pereira (2000) e Vieira (2000). Quanto ao segundo tipo, sua importância aumentava à proporção que Lages crescia: o tropeiro transportador de mantimentos e sal – o comboeiro. Aliás, não se tratava de fenômeno restrito à área lageana, pois tão importante foi ele para o Brasil, que é considerado pelos historiadores como o consolidador da obra do Bandeirante. E o terceiro tipo, que começa sua existência com o século XIX, era o condutor de bois de corte, o boiadeiro, como muitos o chamam no Brasil Central. Nos seus primeiros tempos levava a boiada de Lages para o Norte, chegando a Sorocaba, com as indispensáveis e várias paradas de semanas em quatro ou cinco pontos tradicionais. Depois, também para o Rio Grande saíam tropas e, finalmente, desde a abertura das modestíssimas estradas para Blumenau e Florianópolis, passavam eles a ser abastecedores do mercado litorâneo.

<sup>12</sup> Ao fazer referência ao tipo social do Caboclo Serrano, é importante mencionar e correlacionar a sua formação com a dos Caboclos da região do Contestado, no Oeste. Ambos, além de uma formação étnica praticamente igual, possuem características (fidelidade ao padrão, relações trabalhistas e sociais) semelhantes. O grande, e talvez único, motivo de diferenciação, se dá no aspecto religioso, muito mais arraigados nos caboclos do Oeste.

<sup>13</sup> A região dos Campos de Lages compreende 25% das propriedades com área de 2000 hectares ou mais em Santa Catarina, com 39 de um total de 156 propriedades. O município de

A partir da Lei de Terras de 1850, a posse da terra ainda devoluta pelo pequeno produtor foi dificultada, visto que se proibiu a doação, de forma que só quem possuía capital pôde adquiri-las. Isso serviu também para garantir suficiente mão-de-obra aos fazendeiros. A relação de dependência quase completa do peão para com o fazendeiro ficou profundamente marcada na estruturação da sociedade serrana. Nessa época o peão sequer era assalariado, vivia na fazenda cuidando do gado e recebia do patrão os víveres necessários, um pequeno pedaço de terra para agricultura e o direito de lá estabelecer sua residência, raras vezes recebendo alguma soma em dinheiro pelo seu trabalho.

Embora afirmem que o emprego de negros e pardos livres resultasse às vezes em pequenos proprietários de terras, ou de pequenas casas comerciais e botequins, a mobilidade social no período foi reduzida, independente do caráter humano. Pois,

o homem livre pobre, fosse ele descendente de africano, indígenas, mestiço e até mesmo português, e que desempenhava funções como peão de estância ou agregado, estava preso ao poder dos grandes fazendeiros por uma série de obrigações, sendo uma característica do século XIX, de que a maior parte da força de trabalho era fixa, nascia e morria sob os mesmos patrões (MACHADO, 2004).

Mesmo libertos, entravam em situação de miséria se deixassem a casa do senhor: nelas continuavam como domésticos, mesmo sem ganho algum, salvo o alimento, a roupa escassa e o teto, sendo poucos os que iam tentar a vida fora. Os peões dormiam nos galpões e ajudavam na época em que a lida de gado era maior. No exercício da pecuária o escravismo teria sido substituído por formas de parceria, no qual o gaudério (peão) recebia uma parte da produção em uma relação feudal de propriedade e trabalho (RANGEL, 2005). No entanto, era grande o número de cativos negros presentes desde a fundação da vila de Lages, que atuavam como domésticos e no apoio ao desenvolvimento

---

Lages sozinho contém 16 propriedades com área superior a 2000 hectares, o que significa mais de 10% do total de Santa Catarina, evidenciando a peculiaridade da estrutura fundiária da região.

grande departamento de máquinas nacionais e internacionais, material de construção, material elétrico e seção de fazendas, além de uma representação de carros e caminhões da marca Chevrolet” (COSTA 2001, p. 67). Por mais de sessenta anos, até o encerramento das atividades em 1978, o estabelecimento foi a principal referência no comércio regional.

Houve também tentativa, em meados da década de 20, da filial André Wendhausen (Florianópolis) de abrir uma agência em Lages, não obtendo êxito. Foi durante essa época, mais especificamente em 1919, que se instala na cidade o primeiro estabelecimento bancário, a agência do Banco Nacional do Comércio, de Porto Alegre (BASTOS, 2006). É nesse nascente progresso comercial e econômico, que se consolida a primeira Associação Comercial e Industrial do município, fundada em 7 de maio de 1921 (COSTA, 2001). Teve uma trajetória efêmera, devido à ausência de um significativo comércio e de uma forte base industrial.

Entre as décadas de 1920 e 1940, os estabelecimentos comerciais de Lages se restringiam a poucos atacadistas, como Camilo Vicente e Joça Duarte, os dois maiores estabelecimentos, predominando a comercialização de gêneros alimentícios em geral. Estevão Cândido de Freitas, entreposto de produtos coloniais e moinho de milho; Urgel Camargo, curtume, entreposto de couro, cera de abelha e produtos coloniais; Tito Bianchini, Charqueada Bianchini, e outros mais, em virtude da enorme extensão do município com seus inúmeros distritos (COSTA, 2001).

Sobressaiam ainda dezenas de comércios, de médio e pequeno porte,

como armarinhos, de João Cruz Júnior; panificadoras de Hermelino Ribeiro e Vergílio Godinho; calçados, de Pedro Della Rocca; A Bota de Ouro, de Antonio Adolfo Waltrick; A Bota de Ferro, de Joaquim Melim Filho; a Sapataria Moderna, e Tecidos e Confecções em geral de Veríssimo Galdino Duarte; livraria e papelaria, de Sílvio Pereira Elles; armazém de secos e molhados, de Indalício Pires; máquinas, motores e ferragens, na filial de Carlos Hoepcke S.A, Farmácia e Manipulação de Medicamentos, de José Boanerges Lopes; a Farmácia Phlora, de Cícero Neves; a Farmácia América e tecidos finos nacionais e importados de Francisco May; Bicicletas e Rádios, de Arnoldo Heidrich; tecidos

muito mais do que centros impulsionadores de transformações.

Segundo Costa (2001, p. 39), em ofício datado de agosto de 1872, o presidente da Câmara de Vereadores, em carta direcionada ao presidente da Província, relata,

(...) he lamentável pela decadência em que se acha. Existem poucas casas de fazenda e de retalhos essas mesmo negociam a crédito com a capital da Província. E a única indústria he a criação de gado que vai sendo escassa pela divisão das grandes fazendas e que sofrem grandes flagelos pelo continuado furto de gado.

Costa (2001, p. 46), reforça que “até fins do século XIX, havia poucas referências sobre o comércio lageano, sendo restritas a algumas poucas casas de fazendas, armarinhos, secos e molhados”. Nas três primeiras décadas de 1900, com o baixo crescimento populacional, a situação do comércio regional não apresentou muitas mudanças em relação ao que vinha acontecendo no século anterior, sendo representado basicamente por armarinhos, armazéns, secos e molhados e algumas casas de fazenda (COSTA, 1982). O quadro abaixo demonstra as principais cidades catarinenses da época tratada com as respectivas arrecadações financeiras.

**Quadro 02** – População e arrecadação das principais cidades (1900 a 1902)

| Municípios    | Habitantes (1900) | Arrecadação (1902) |
|---------------|-------------------|--------------------|
| Blumenau      | 34.472            | 89:254\$540        |
| Florianópolis | 32.759            | 133:228\$607       |
| Tubarão       | 23.389            | 29:828\$412        |
| Joinville     | 19.670            | 66:903\$25         |
| Lages         | 18.872            | 44:939\$576        |

Fonte: Peixer (2002, p. 77)

A situação somente direcionou-se a bons ares, quando em 1918, a maior firma comercial do Estado, a Casa Carl Hoepcke (sede em Florianópolis), abriu sua filial em Lages. A loja contava com “um

da pecuária nas fazendas. Assim, os grupos indígenas<sup>14</sup> teriam abandonado o planalto, empurrados para as bordas da serra e daí para a floresta<sup>15</sup> que cobria estas encostas e vales.

É importante notar que esse processo de formação histórica do trabalhador, subalterno ao fazendeiro, é fundamental quando se analisam, no presente, as condições para o surgimento do empreendedorismo entre esses trabalhadores. Não é possível, pois compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (LEAL, 1997, p. 40).

Consequentemente é de se esperar que o caboclo serrano encontre maior dificuldade em empreender, visto que só encontra exemplos no passado de trabalho onde predomina a total dependência para com o patrão, completa imobilidade social e onde sempre foi valorizado apenas o trabalho braçal e não a criatividade ou inovação.

Da mesma forma o fazendeiro, acostumado à relação de mandonismo com os peões e acomodado no sistema de exploração extensiva do gado sem necessidade de maiores investimentos ou inovações tecnológicas para garantir sua competitividade, está na origem de uma elite, ainda presente e importante na região, extremamente conservadora quanto a investimentos em novas atividades ou mesmo sem a cultura da busca incessante por melhores resultados na atividade principal, característica essencial para gerar uma dinâmica

<sup>14</sup> A região de campos e florestas na Serra Geral era habitada por Xoklengs e Kaingangs, Tribos de 50 a 300 pessoas essencialmente nômades e dependentes da caça e da coleta, ocupavam campos embora se diga que habitavam florestas. Praticavam alguma agricultura e tinham no pinhão um alimento básico.

<sup>15</sup> Os indígenas que ora habitavam essas florestas, se aproveitavam do que fosse necessário para sua sobrevivência. Assim descreveu Dom Alvar Núñez Cabeza de Vaca: “galinha, batata, pato, mel, farinha de milho e farinha de pinheiro, que produzem em grande quantidade, porque há pinheiros tão grandes por ali que quatro homens com os braços estendidos não conseguem abraçar um. São muito bons para a construção de barcas e mastros de navios. As pinhas deles são enormes e a casca semelhante à da castanha. Os índios as colhem e fazem grande quantidade de farinha para a sua manutenção... há muitos porcos montanhese e macacos que comem aqueles pinhões. Os macacos costumam subir nos pinheiros e derrubar tantas pinhas quanto conseguem, para depois descerem e comê-las junto ao solo. Muitas vezes acontece que os porcos montanhese ficam aguardando os macacos derrubar as pinhas para então irem comê-las, afugentando os macacos. Assim, enquanto os porcos montanhese ficam comento, os gatos [macacos] ficavam dando gritos trepados nas árvores. Também há muitas frutas, de diversas qualidades que dão duas vezes ao ano. Em outra comunidade, “os índios semeiam mandioca, milho e batata, sendo que estas produzem de três tipos, branca, amarela e rosa. Criam patos e galinhas e extraem mel do oco das árvores” (SANTOS, 1973. p. 71).

empreendedora que promova o desenvolvimento econômico da região (JESUS, 1991).

Munarim (1990, p. 29), em sua dissertação sobre a práxis dos movimentos sociais na região serrana, menciona a existência

do Caboclo Peão, Caboclo Roçador e o Caboclo Agregado: “o caboclo-peão mora e trabalha como empregado na fazenda de criação de gado; já o caboclo-roceiro vive embrenhado nos fundos dos campos, nas barrancas dos rios, nos pés-de-serra, enfim, nas regiões mais íngremes, ou seja, é o produtor autônomo, livre, que pratica uma agricultura de subsistência; e o agregado, que mora no interior da fazenda, cultiva uma agricultura de subsistência, cujo excedente é comercializado através do fazendeiro.

Martendal (1980, p. 33; 39), em detalhada descrição, pormenoriza as características, hábitos e costumes de tais personagens, ao relatar que,

há, pois, um caboclo peão acostumado às lidas da fazenda, e, conseqüentemente, influenciado por hábitos gaúchescos e há outro tipo, o caboclo roceiro, embrenhado em regiões mais íngremes, que leva outro tipo de vida, decorrente principalmente do tipo de trabalho que leva (...) não há um tipo físico homogêneo; há caboclos de diversas estaturas e de outras características corpóreas também diferenciadas. A pele, geralmente, é morena. Mas há caboclos bem claros e outros bem escuros. O que se pode dizer é que apresenta uma compilação bastante resistente, afeita às rudezas do clima, geralmente frio, da região e ao trabalho que exerce (...) acostumado a simples necessidade de subsistir, o caboclo roceiro, em seu hábitat, era avesso ao expansionismo econômico e ao progresso. Conformado com a sua realidade econômica, permanecia em seu destino de sobrevivência, realizando as tarefas absolutamente necessárias. (...) o grande tempo que lhe sobrava, pelo pouco

da fronteira gaúcha com a Argentina. Possuíam um vastíssimo sortimento de produtos: “artigos religiosos, livros, ferramentas, sapatos, roupas, armas, artigos para selaria, produtos de higiene, entre outros” (COSTA, 2001, p. 33). O seu ciclo foi de curta duração em razão de alguns fatos: o baixo poder aquisitivo dos fazendeiros lageanos e a concorrência com as casas de fazendas instaladas na cidade. Posteriormente, já em meados da década de 1940, a atividade é retomada pelos imigrantes de origem libanesa<sup>19</sup>, que se estabelecem no município em 1948 (Ali Sale - pós 2º GM).

Nota-se que o fluxo econômico e comercial, oscilava ora por momentos de acumulações, ora por estagnações: tendência igualmente observada a nível estadual e nacional. Ao período que transita entre meados de 1850 ao início do século XX<sup>20</sup>, este se caracteriza por crises e certo marasmo no mercado local, agravado com o fim da atividade mineradora (Sorocaba-Minas Gerais), concomitantemente ao surgimento de outras áreas produtoras (concorrentes), porém havia uma boa exportação de tijolos e telhas goivas. Nesta mesma época alcançava importância a venda de couros curtidos, depois que Leonardo Koeche instalou na vila um curtume. Também merece menção a Sociedade Lageana para Beneficiar Erva-Mate, fundada em 1853 e que durante muitos anos, além de suprir o mercado local, exportava sua produção para o Rio Grande do Sul (COSTA, 1982).

Vem ao encontro à colaboração de Janotti (1987, p. 45) que, com base na estrutura fundiária (latifúndios), esclarece a situação regional, onde os municípios,

sem atividades econômicas diversificadas, não desenvolveram funções eminentemente urbanas. O fraco comércio, o limitado mercado de consumo, em reduzidas exigências das necessidades do cotidiano, a ausência quase que absoluta da produção industrial, conferiam-lhe uma fisionomia rural. Ponto de incentivos entre proprietários e comerciantes, onde lavradores vinham vender ou trocar seus produtos, estas cidades foram reprodutoras das relações agrárias,

<sup>19</sup> Atualmente, são aproximadamente 50 famílias de origem libanesa fixadas no município.

<sup>20</sup> A Abolição da Escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889): acontecimentos chaves da Segunda Dualidade. O presente momento passa a ser representado pelos comerciantes *export / import* (capital comercial e industrial Inglês – sócio maior do pólo externo) e por comerciantes/latifundiários (capital comercial/feudalismo – sócio menor do pólo interno), este último ligado a Família Ramos (interior da Coxilha Rica) (RANGEL, 1957).

povoar terras longínquas. Com estes rigores, 45 famílias deixaram a nascente Vila mudando-se para Viamão, no Rio Grande do Sul (COSTA 2001, p. 30).

Foi um golpe quase mortal para Antonio Correia Pinto de Macedo. A salvação veio com a abertura da Estrada Nossa Senhora do Desterro-Lages (atual BR-282). Aliás, Lages e toda a Região Serrana encontraram, no decorrer de sua história, alguns conflitos e embates burocráticos com Desterro, no que diz respeito aos impostos cobrados sob os rebanhos bovinos originários de Porto Alegre (COSTA, 2001). Para se ter uma ideia, “em 1884 a Assembléia Legislativa restaurou os impostos sobre cargueiros, fixando-os em 40\$000 (...)”. Defendendo-se de tal atitude, a Câmara de Vereadores do município, decidiu-se por: “ (...) 1) Não comprar nas casas do Desterro que promoveram a aprovação da Lei; 2) Fazer suas compras no Rio de Janeiro; e 3) Fazer todo possível para, legalmente separar este município de Santa Catarina e ligá-lo ao Rio Grande do Sul ou Paraná” (Ibid, p. 38-9).

Costa (1982, p. 134), afirma que das 42 casas comerciais que há na cidade, somente duas se surtem em Porto Alegre. Uma delas, a mais moderna, “estabelecida em 1882, nunca negociou com a capital (Desterro) e outra que é antiga, desde 1877 que compra ora na Corte (Rio de Janeiro), ora no Desterro e nestes últimos anos entabou relações com o Rio Grande. Mas desde que tenhamos boas estradas todas irão negociar com Desterro”.

Fator fundamental para a consolidação e incremento do comércio lageano/regional, através de fortificadas relações internas com importantes municípios litorâneos (Florianópolis e Laguna), deu-se quando então a Vila de Lages deixou de pertencer à capitania de São Paulo em 1820<sup>18</sup>. O principal motivo foi a grande distância da Vila à capital paulista, o que dificultava seu auxílio com providências mais eficazes (COSTA, 1982).

Até então, a obtenção de produtos não comercializados no comércio local, a exemplo do sal para o gado vinha de Laguna/SC e Torres/RS, em difícil acesso pela Serra Geral. Surge então a figura do(s) Mascate(s), originário(s) principalmente de Curitiba/PR, Viamão/RS e

---

<sup>18</sup> Em paralelo com a desvinculação de Lages, agora pertencente à Capitania de Santa Catarina, à Capitania de São Paulo, ocorre, nas palavras de Rangel (1957), a nível nacional, estadual e regional, a constituição da Primeira Dualidade, com o sócio maior/pólo externo representado pelos vassallos senhores de escravos (feudo – Coroa Brasileira) e o sócio menor/pólo interno pelos comerciantes *export/import* (capital comercial e industrial Inglês).

trabalho a que se submetia, era ocupado nas relações sociais de compadrio, nos tragos da bodega, em festividades religiosas (missas, terços), em velórios e em bailes rotineiros nos finais de semana. (...) observa-se que a vida cabocla conserva algumas heranças da cultura indígena. Seu artesanato é uma demonstração disso: as cestas de taquara, as bruacas de couro, os laços feitos de couro cru, as cordas trançadas de fibras vegetais (...) a sua medicina está fortemente ligada a ervas, folhas e raízes de vegetais.

Jesus (1991, p. 77), salienta que,

a divisão de trabalho na região girava em torno, direta ou indiretamente, da atividade agropastoril, destacando-se principalmente as funções de campeiro, roceiro e tropeiro, que consistiam em desempenhar toda a rotina da lida com o gado, como levá-lo para as diferentes pastagens, capturar as reses fugitivas, castrar os novilhos, construir açudes, dar sal, curar bicheiras, construir currais e galpões, fazer marcação com ferro quente, construir muros de taipa, caçar onças e pumas, tosquear ovelhas, conduzir os animais até os locais de venda ou abate, plantio de gêneros de subsistência como também à preparação e cuidados com os pastos de internadas (queimar as pastagens secas no final do inverno). Além destas funções, também tinham destaque a de ferreiro, pedreiro, servente, marceneiro, sapateiro e serviços domésticos (cozinheira, lavadeira, mucama, etc.

A relação de trabalho entre o fazendeiro e o peão se dava de forma direta, onde este começava a lidar com o gado sempre antes de o sol nascer e só terminava após o sol se pôr, e recebia por pagamento não muito mais que a roupa que vestia, a comida que comia, a casa ou galpão onde morava, sem estabilidade e sem segurança no trabalho (PELUSO JÚNIOR, 1991b). Na relação com o comércio ou com o dono da terra, o lavrador ou peão-roceiro era explorado na venda ou na troca de seu pequeno excedente, quando dispunha. Esse contingente de

explorados constituía-se quase que exclusivamente de caboclos ligados à criação de gado nas grandes fazendas ou à agricultura de subsistência (MUNARIM, 1990).

A expansão do domínio pastoril sobre todas as manchas de campo nativo do planalto catarinense acaba por dificultar a reprodução do latifúndio pastoril. A fazenda - que comportava no século XVIII e XIX, escravos e agregados, e no XX, agregados e arrendatários - para reproduzir as relações de produção ali existentes, necessitava de um controle populacional. O excedente, fruto do crescimento demográfico daquele domínio, era expelido. Para o agregado e sua família, o sertão era a alternativa (VIEIRA, 1992; 2000).

Concomitantemente com a criação de gado, no interior das fazendas, a indústria continuava vendendo charque, promovido pelo processo de industrialização e beneficiamento da carne (Tito Bianchini) para Laguna, couro<sup>16</sup> para o Paraná, fumo para Itajaí, milho, feijão e batata para o litoral (COSTA, 1982). No campo<sup>17</sup>, como fonte de renda secundária, a agricultura teve na extração da erva-mate o principal expoente comercializado no mercado interno.

Na verdade, conforme constata Vieira (2000, p. 08)

ao se espalharem as fazendas de gado ao longo e para fora das Estradas de Tropas, a erva começou a ser colhida nas matas vizinhas e preparada mais para atender as necessidades locais do que para venda. Os fazendeiros permitiam aos agregados e peões prover-se com a planta por acaso encontrada dentro da propriedade ou nas vizinhanças, à qual não atribuíam maior valor. É possível que os

<sup>16</sup> O principal negócio foi a princípio a produção de couros, que se exportavam em grande quantidade. A carne era desprezada, pois não havia quem a consumisse; a parca população local e o pequeno mercado de Santa Catarina não davam conta dos imensos rebanhos. A exportação de gado em pé não ia, ainda em princípios do séc. XIX, além de 10 a 12.000 por ano que se destinavam a Santa Catarina e Curitiba. Abatiam-se as reses para tirar-lhes o couro, e abandonava-se o resto. Não havia mesmo organização regular alguma, e o gado ainda semibravio e vivendo à lei da Natureza era antes “caçado” que criado. Dono dele era aquele em cujas terras se encontrava.

<sup>17</sup> Cabe destacar, como salientado por Vieira (2000), a importância dos Caboclos no processo de constituição e formação social da sociedade na Região Sul. Em seu clássico artigo – *Planalto de São Joaquim* (Fazenda do Cedro - 1991) - Victor Antônio Peluso Júnior, destaca a relação mantida entre agregado/caboclo/peão/capataz e fazendeiro, de certa forma, servil e/ou feudal, intermediada por compadrios, como forma de suavizar as diferenças sociais e econômicas, bem como “legitimar a autoridade do coronel; este, padrinho, tem o compromisso de dar proteção aos afilhados; os afilhados têm a obrigação de respeitar e de seguir os padrinhos” (PELUSO JÚNIOR, 1991b, p. 28).

excedentes fossem então mercadejados, sem que representassem importância de vulto.

Aqueles ervais que eram vizinhos às áreas de campo foram sendo apropriados pelos próprios senhores das terras através de seus peões e agregados. Os que se situavam em plena floresta eram utilizados pelos posseiros, camponeses caboclos - excedente populacional dos latifúndios, índios, negros, mestiços, que já haviam sido escravos e agregados – que se embrenham mata adentro e vão ocupando as terras florestadas do planalto (Ibid, 2000).

Os peões excedentes precisavam buscar novos sertões, ou migravam para terras sem interesse dos fazendeiros ou que pertenciam ao governo, provavelmente florestadas. Esses posseiros realizavam pequenos roçados, criavam animais que não exigiam campos, extraíam erva-mate e principiavam oferecer serviços na indústria madeireira. Muitas famílias tiveram seu sustento inicial totalmente dependente do pinhão, frutas nativas e do porco criado solto sob as matas. As pessoas e os animais se alimentavam de pinhão, semente da araucária e de butiá, uma palmeira que ocorre em reboleiras (JESUS, 1991).

## 2.2 CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA LOCAL: O COMERCIANTE E O INDUSTRIAL

A estrutura socioeconômica, formada pela pecuária, uma relação patrão-empregado de completa subordinação, uma estrutura fundiária extremamente concentrada, o comando político centrado na mão dos poucos fazendeiros e a economia com pequena circulação de dinheiro, gera poucas oportunidades de negócios. Mesmo as melhorias tecnológicas que foram feitas na criação de gado, com a introdução de raças melhoradas a partir da década de 30 não foram capazes de promover maior dinamismo na economia serrana.

Sobretudo, havia a necessidade de expandir a produção. Tudo ia andando razoavelmente bem, até que,

em 1783 assumi o Governo da Capitania de São Paulo, o General Martins Lopes Lobo de Saldanha, que drasticamente cancelou a isenção de pagamento dos quintos à Real Fazenda, assim como os indutos a quem fosse ajudar

|             |        |     |         |        |       |
|-------------|--------|-----|---------|--------|-------|
| <b>2006</b> | 96.510 | 420 | 26.480  | 7.400  | 7.750 |
| <b>2007</b> | 96.550 | 400 | 160.000 | 10.562 | 8.128 |
| <b>2008</b> | 85.032 | 450 | 163.100 | 11.200 | 9.064 |

**Fonte:** Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2009)

Destaque para a criação de frangos (2007-08), com o aumento representado pela expansão de mercado da Vosso e da instalação de um abatedouro no Distrito de Índios.

O setor de laticínios, em virtude dos aspectos naturais e físicos – relevo e clima, configura-se como um dos mais relevantes e importantes do setor primário no município. A produção concentra-se nas mãos de pequenos produtores localizados no interior do município (Distrito de Índios, Macacos, Pessegueiros). Aqueles destinam boa parte da produção a Lactoplasa (laticínio regional e de boa aceitação) que comercializa o produto em forma de leite em saquinho, nata, queijo e iogurtes. São produzidos cerca de 100 mil litros de leite por dia.

O ano de 1996 ficou marcado pela queda, de 7 mil litros, na produção local, em função da abertura econômica no início da década de 90, da tecnologia vulgarizada e o surgimento de pequenas e médias empresas concorrenciais em outras regiões do estado (SOUZA, 2009).

No começo do ano 2000, a Lactoplasa entrou em processo de falência, passando ao controle do laticínio Cedrense. Em 2008, a Cooperativa Rio do Peixe (Cooperio – Joaçaba) assumiu a administração da empresa.

**Quadro 31** – Quantidade de leite produzido (mil litros) no município de Lages - (1990-2008)

|             | <b>Quantidade de Litros (mil)</b> |
|-------------|-----------------------------------|
| <b>1990</b> | 15.000                            |
| <b>1991</b> | 15.100                            |
| <b>1992</b> | 13.770                            |
| <b>1993</b> | 15.301                            |
| <b>1994</b> | 15.400                            |
| <b>1995</b> | 15.200                            |
| <b>1996</b> | 12.700                            |
| <b>1997</b> | 5.910                             |
| <b>1998</b> | 5.715                             |
| <b>1999</b> | 5.843                             |
| <b>2000</b> | 5.846                             |
| <b>2001</b> | 6.661                             |

**Quadro 07** – Empresas instaladas no município de Lages entre as décadas de 50 a 70

| <b>INDÚSTRIA</b>                    | <b>RAMO DE ATUAÇÃO</b>                    |
|-------------------------------------|---|
| Pandolfo Madeiras (1951)            | Madeira bruta e beneficiamento de madeira |
| Madeira Schimidt (1952)             | Madeira beneficiada                       |
| Madeira Germano (1955)              | Beneficiamento de madeira                 |
| Pisani Ind. Com. Export (1955)      | Beneficiamento de madeira, palets, obras  |
| Cia Novosul Ind. e Com. (1956)      | Chapas compensadas                        |
| Sofia Industrial Exportadora (1972) | Prendedor de roupa, madeira serrada       |

**Fonte:** Adaptado de Rocha (2004, p. 73)

O ciclo da madeira permitiu a diversas famílias acumulem quantia significativa de capital. Com o esgotamento das reservas de araucárias, muitas destas famílias abandonaram suas serrarias e partiram em busca de outras regiões onde o potencial de exploração fosse favorável ou retornaram aos seus municípios de origem. Silveira (2005, p. 245) cita exemplos clássicos de tais práticas,

O período do ciclo da madeira de araucária da região serrana lançou as bases econômicas de grandes empresas brasileiras, em especial as do Sul do país. A Sibisa era a Sirotsky e Birmann. No fim da década de 50, as famílias de origem judaica, partiram para caminhos diferentes: os Birmann voltaram para Porto Alegre investindo no ramo financeiro; já os Sirotsky foram para o ramo de comunicação que gerou o conhecido grupo RBS.

Muitas serrarias, oriundas do Rio Grande do Sul e posteriormente com filiais em Lages, transferiram-se para a Região Norte (Gethal, Pisani e Novo Sul) ou para o Mato Grosso (Mapil, Giroto

e Dal Pisol). Outras trocaram de ramo, indo para o setor de alimentos ou simplesmente fecharam (GOULART FILHO, 2002). A Gethal<sup>36</sup> (maior empresa madeireira do Amazonas), atualmente pertencente ao sueco Johan Eliasch, possui bases e serrarias espalhadas pelo interior da floresta amazônica, sobretudo na região de Manicoré (AM), com a exploração e comercialização de madeiras nobres. A Novo Sul, com sede em Belém (PA), iniciou suas atividades na década de 40, quando a família Paese investiu fortemente na exploração madeireira, primeiramente no interior do Rio Grande do Sul (Paim Filho) e logo em seguida no município de Lages.

É justamente neste contexto que nasce o forte e dinâmico empresariado local (Parizotto, Marin, Bampi, Araldi, Thomazi, Polese, Vedana, Waltrick, Schwalb, Schmaedecke, Ivanov), via de fato famílias ítalo-gaúchas, de origem europeia, que anteriormente povoaram áreas de pequena produção mercantil, passando a estabelecer atividades do setor madeireiro.

Rocha (2004, p. 71), ao tratar da pujança do setor madeireiro, logo ao início da exploração da mata de araucária, alega que há uma

proliferação de pequenas fábricas de pasta mecânica que se espalharam pelo planalto, favorecidas: a) pela presença abundante de madeira de vantajosa fibra longa (encontrada no pinheiro araucária extraído diretamente da floresta ou adquirido nos refugos das várias serrarias); b) pela possibilidade de utilizar a energia de origem hidráulica de baixo custo, com equipamentos relativamente mais simples e, portanto, de “modestos capitais iniciais”; c) pequeno porte das indústrias e baixo nível tecnológico, que utilizavam pouca quantidade de mão-de-obra e, ainda, não especializada.

<sup>36</sup> Em 2006, Johan Eliasch se apresentou como dono de 160 mil hectares de floresta no Amazonas compradas da madeireira Gethal Amazonas. As terras são controladas pela empresa Floream – Florestas Renováveis da Amazônia Ltda., com sede em Caxias do Sul (RS), e tem como sócios a Brazil Forestry Fund Investment, com sede nos Estados Unidos, e a empresa Nilory Sociedad Anonima, com sede no Uruguai

perus e avestruz), responsáveis pelo crescimento exponencial nos de 2007 e 2008.

As atividades do setor primário (extração, agricultura, silvicultura) são consorciadas em pequenas, médias e grandes propriedades, conforme as informações dos quadros a seguir.

**Quadro 29** – Divisão das propriedades fundiárias de acordo com o tamanho (hectares) em Lages

| Estratos em ha. | Proprietário |
|-----------------|--------------|
| 6 - 10          | 282          |
| 11 - 20         | 146          |
| 20 - 50         | 245          |
| 50 - 100        | 190          |
| 100 - 200       | 127          |
| 200 - 500       | 151          |
| 500 - 1000      | 33           |
| + 1000          | 36           |
| <b>TOTAL</b>    | <b>1210</b>  |

Fonte: IBGE

**Quadro 30** – Efetivo do número de cabeças por tipo de rebanho para o município de Lages (1990-2008)

|             | Bovinos | Caprinos | Frangos | Ovinos | Suínos |
|-------------|---------|----------|---------|--------|--------|
| <b>1990</b> | 184.000 | 650      | 63.000  | 31.000 | 23.500 |
| <b>1991</b> | 179.500 | 500      | 62.000  | 28.000 | 22.000 |
| <b>1992</b> | 177.320 | 530      | 61.930  | 26.380 | 22.200 |
| <b>1993</b> | 180.100 | 560      | 60.000  | 28.100 | 23.110 |
| <b>1994</b> | 180.000 | 590      | 60.000  | 26.500 | 32.200 |
| <b>1995</b> | 182.000 | 590      | 60.000  | 26.500 | 32.200 |
| <b>1996</b> | 169.967 | 226      | 48.000  | 22.802 | 24.467 |
| <b>1997</b> | 81.000  | 80       | 20.500  | 16.400 | 12.000 |
| <b>1998</b> | 82.000  | 200      | 21.000  | 14.000 | 11.300 |
| <b>1999</b> | 81.500  | 180      | 20.800  | 13.500 | 11.700 |
| <b>2000</b> | 81.500  | 190      | 20.840  | 13.800 | 11.700 |
| <b>2001</b> | 90.000  | 250      | 20.840  | 7.000  | 12.000 |
| <b>2002</b> | 90.500  | 250      | 27.070  | 6.260  | 6.890  |
| <b>2003</b> | 88.970  | 235      | 25.920  | 6.840  | 7.865  |
| <b>2004</b> | 93.124  | 416      | 26.473  | 7.424  | 7.890  |
| <b>2005</b> | 93.140  | 440      | 26.450  | 7.460  | 7.840  |

## 5. CENÁRIO ECONÔMICO REGIONAL: PRINCIPAIS INVESTIMENTOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

A Região que, historicamente foi a menos prestigiada por políticas e programas do Governo Estadual, reverteu o papel, passando a apresentar uma alta expectativa de crescimento (vantagem do atraso, mão-de-obra barata), haja vista aos empreendimentos (em trâmites burocráticos, confirmados e em operação) localizados pelos municípios que compõe a AMURES.

Para tanto, torna-se necessária uma análise dos setores da economia (primário, secundário e terciário) para a investigação de origem desses capitais, nacionais ou estrangeiros, e dentro desta questão se são de pequena produção mercantil, e principalmente quais os principais reflexos nos respectivos municípios onde encontram-se instaladas(os).

A origem dos municípios que pertencem à região de estudo está intimamente relacionada à gênese do planalto catarinense e à sua ocupação. É possível, entretanto, identificar aspectos distintos e particulares em cada um dos municípios hoje emancipados, tanto no quadro natural quanto no quadro humano. Estes elementos diferenciados certamente contribuíram para a definição dos novos rumos da organização social e econômica.

### 5.1 ECONOMIA

#### 5.1.1 SETOR PRIMÁRIO

Historicamente, a região como um todo foi dotada de excelentes rebanhos, com destaque principal para o de bovinos (Coxilha Rica - Crioulo Lageano), raça certificada recentemente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), como forma de agregar valor a carne e couro da raça. Nota-se um significativo decréscimo, para todas as cabeças de rebanhos, após 1995, fruto das políticas adotadas nos Governos Collor e FHC.

Os rebanhos de caprinos e de ovinos, localizados essencialmente no Distrito de Índios, destinam-se principalmente a comercialização da carne, tosqueamento e venda da lã. Já os rebanhos suínos e de aves (Índios e Macacos), são basicamente, de propriedade da Perdigão e da Vosso (especializada em cortes especiais de frangos,

Porém, é somente a partir da década de 1950, época em que o Ciclo da Madeira atinge seu auge, que algumas propriedades passam a abrigar alguns grandes estabelecimentos produtivos, sobretudo na fabricação de celulose à de papel, mas de capitais externos à região (nacional e internacional) – porque a estrutura pastoril não tinha gerado as condições necessárias para a ascensão de iniciativas fabris de origem local (Ibid, 2004). Os investimentos foram atraídos, sobretudo, pela farta disponibilidade de terras (as grandes propriedades) e de recursos florestais, determinando seu relativo baixo preço. Como bem relata Mamigonian (1986, p. 105), “as vantagens de localização ecológica para o reflorestamento (pinus exóticos, araucária e eucalipto), o preço da terra, aproveitamentos hidrelétricos baratos, permitiram o gradativo domínio dos grupos multinacionais americanos (Manville, Rigesa, Bates), além do maior grupo nacional do ramo, a Klabin.”

Igualmente contribuiu para a ascensão de grupos empresariais o Plano de Metas<sup>37</sup> do Governo Kubitschek, que objetivando alcançar a auto-suficiência brasileira na produção de papel e celulose, deu continuidade à política de substituição industrial de importações, incentivando nacionalmente a integração da fabricação de celulose à de papel (ROCHA, 2004). Cabe destacar neste momento o papel das agências de fomento e financiamento, a exemplo do BNDES e do IBDF, e o esforço do Governo em medidas protecionistas, como a ampliação e oferta de infra-estruturas em setores estratégicos (energia e transporte) e a proteção tarifária para a produção local. É concomitante a este período a entrada de empresas de capital estrangeiro (LORENZONI *et al.*, 1998, p. 19).

Desta forma, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, o BNDES atuou como um dos instrumentos que garantiram a tríplice aliança do desenvolvimento industrial brasileiro, entre estatais, multinacionais e capital privado nacional (JUVENAL e MATTOS, 2003), ou seja, o “BNDES não se restringiu a ser agente financiador. Foi também planejador e indutor de investimentos, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, e sua atuação pode ser entendida como um dos alicerces para a expansão da indústria de celulose e papel no país” (Ibid, 2003, p. 55).

<sup>37</sup> Em 1952 o Brasil produzia anualmente 262 mil toneladas de papel, mas ainda importava 200 mil toneladas com um gasto de US\$ 59 milhões. Por isto, o Plano de Metas de 1956 estabelecia como meta a produção de 200 mil toneladas de celulose e 450 mil de papel.

Nessa transição, a população urbana aumenta em torno de 189% e a rural diminui em 36%, ocasionando o adensamento populacional em áreas periféricas (PEIXER, 2002; SANTOS, 2005). Com o ciclo da madeira<sup>38</sup>, a Região Serrana passou de uma “ilha isolada” economicamente para pontes com o resto do Estado e país (Quadro 08). Foi durante o referido ciclo que Lages tornou-se um pólo de produção e fornecimento de autopeças no Estado (CUNHA, 1992). É neste ínterim que o setor metal-mecânico, com respaldo e apoio público, estrutura-se como setor econômico. Cita-se como exemplo as mecânicas de conserto Araldi e Davi (década de 50), a primeira como complemento à sua concessionária de caminhões e transportes, bem como de empresas, com origem de famílias ítalo-gaúchas, de manutenção e fornecedoras de peças para a indústria madeireira, como é o caso da Poccari Sechi. O setor somente apresentará um novo fôlego a partir de meados da década de 80, onde ocorre certa diversificação produtiva local e regional (segundo ciclo da madeira – Pinus), com a instalação de diversas empresas, concomitante a criação do Distrito Industrial (final dos anos 70), somada a grande concentração de concessionárias de caminhões, fruto da iniciativa da família Battistella (Ediba Caminhões) e do Grupo Minusa (tratores).

**Quadro 08 - Estabelecimentos ligados à produção madeireira - Estatísticas do Departamento Municipal (1954 e 1980)**

|                                   | <b>1954</b> | <b>1980</b> |
|-----------------------------------|-------------|-------------|
| <b>Serrarias</b>                  | 157         | 64          |
| <b>Fábricas de móveis</b>         | 6           | 34          |
| <b>Fábricas de caixas</b>         | 1           | 10          |
| <b>Fábricas de laminados</b>      | 2           | 4           |
| <b>Fábricas de compensados</b>    | 3           | 4           |
| <b>Fábricas de pasta mecânica</b> | 3           | 3           |

**Fonte:** Costa (2001, p. 55); Hoff e Simioni (2005)

<sup>38</sup> Hoff e Simioni (2004) classificam em 1º Ciclo da Madeira (extração da araucária) e em 2º Ciclo da Madeira (atual período – pós 1970). Nessa época o Porto de Itajaí, devido ao intenso movimento ocasionado pelos depósitos de madeiras, foi considerado o maior da América do Sul. Recentemente, reportagem veiculada em um meio de comunicação regional, apontou para o início de um 3º Ciclo da Madeira, através de um melhoramento genético do *Eucalyptus benthamii*: a nova espécie apresentaria uma fase de crescimento, maturação e corte final em média de 10 anos, enquanto o *Pinus elliotti* na faixa de 15 a 17 anos. Mattos e Valença (1999) justificam que, o Brasil e, em especial Santa Catarina, dispõe de vantagens climáticas, extensão territorial e tecnologia florestal evoluída, fatores que lhe permitiram passar, no início dos anos 70, de uma insignificante participação no cenário mundial de papel e celulose para uma posição relativa no final da década de 80.

Ensino Superior, como resultado de novas instituições que instalaram-se recentemente na região, com destaque as unidades do IFSC em Lages e Urupema. Talvez o índice que maior foi cuidado da administração municipal, foi o de saneamento básico. O município é considerado como o que apresenta uma das melhores redes de saneamento e tratamento de esgoto do Estado, com praticamente 100% das unidades familiares, ou não, atendidas.

|  |                       |
|--|-----------------------|
| Operação de Crédito – Empréstimos              | 2.418.642,01          |
| Alienação de Bens                              | 12.256,88             |
| Amortização de Empréstimos                     | -                     |
| Transferências de Capital                      | 4.307.500,00          |
| Transferências de Capital (Intragovernamental) | -                     |
| Outras Receitas de Capital                     | -                     |
| Receita Intraorçamentária Corrente             | 4.738.716,18          |
| Receita Intraorçamentária Capital              | -                     |
| <b>Total da Receita Arrecadada</b>             | <b>182.305.390,98</b> |

Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2009)

#### 4.10 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Os dados que em questão se apresentaram servem de base para uma real noção do comportamento social do município de Lages na Região Serrana. Não são fontes únicas que terminam por completo a temática do assunto, muito pelo contrário, são apenas alguns apontamentos iniciais para uma longa discussão.

A análise dos dados nos permite chegar às seguintes conclusões: em relação a população, que se esperava um crescimento acima da média (pra mais de 170 mil habitantes), repousou na faixa entre 150 e 160 mil, ocorrendo um decréscimo em relação a expectativa. Entre os motivos levantados como responsáveis, elencamos a busca por oportunidades em outras regiões do Estado (litoralização) e o não retorno de estudantes recém formados em universidades públicas.

Como era esperado, algo comum também em outras cidades de porte médio espalhadas pelo país, a frota de veículos aumentou ao mesmo passo da melhoria da qualidade de vida e de consumo per capita. Tática do governo em vigência, tal medida possibilitou o acesso à classe média de inúmeras famílias, fato refletido na movimentação de impostos e nas finanças municipais.

Ora, se um lado da balança funciona, os reflexos serão sentidos no outro: saúde, educação, saneamento e IDH. O acesso a bens de uso comuns de saúde, como hospitais, unidades de tratamento e postos de saúde apresentaram um aumento relativo. O índice Educação, apesar de manter a média dos alunos matriculados no Ensino Médio, mostrou um aumento na taxa de estudantes do

### 3.1 CRISE E ESGOTAMENTO DAS RESERVAS DE ARAUCÁRIAS: OS REFLORESTAMENTOS DE PINUS

Em meados dos anos 60<sup>39</sup> e início de 70, o setor entra em crise. Diante da iminente escassez da matéria-prima nativa decorrente dos desmatamentos e amparada pelos incentivos governamentais disponíveis na década de 1970, pelo Programa de Desenvolvimento da Indústria de Papel e Papelão de Santa Catarina<sup>40</sup> e do Programa Florestal (visava suprir a demanda de matéria-prima necessária para acompanhar o esperado desenvolvimento da indústria), diversas empresas iniciaram com espécies *pinus elliottii* e *pinus taeda*.

É necessária a busca de uma nova vocação econômica que conduza os setores na perspectiva de um novo eixo condutor de desenvolvimento. Leão (2001) cita o esgotamento das reservas de araucárias em detrimento com o fim do ciclo da madeira e o aumento da população urbana. A cultura do reflorestamento<sup>41</sup> a base de Pinus

<sup>39</sup> No governo de JK, ocorre uma proliferação das “múltiplas filiais” pelo país, devido à consolidação das indústrias de bens duráveis (automobilismo e eletrodomésticos). Mamigonian (1999, p. 2), afirma que em 1950 a indústria catarinense havia alcançado 2,0% (3,0% da população); em 1960 havia subido a 2,1% (3,0% da população), após o período Juscelino Kubitschek que beneficiou o Brasil-Sudeste.

<sup>40</sup> O programa catarinense visou acompanhar o II Plano Nacional de Desenvolvimento, referendando o lançamento do I Plano Nacional de Papel e Celulose (1974), que objetivou alcançar a auto-suficiência na produção de celulose com respectivos excedentes exportáveis.

<sup>41</sup> Cunha (1992, p. 121) reforça que “as vantagens comparativas das regiões dotadas de grandes áreas com florestas nativas e passíveis de reflorestamento conduziram à forte concentração da oferta estadual na microrregião dos Campos de Lages, cuja representatividade cresceu de 48,6% para 78% entre 1959 e 1970”. Em 1970 a indústria madeireira atingiu 2,6% (3,1% da população) e 3,9% em 1980 (3,0% da população). Assim, de 2º ramo industrial em 1960, caiu para 4º em 1980. Paralelamente, nota-se que na mesma área do Estado cresceu o ramo do papel e papelão, que em 1940 representava 1,2% do conjunto industrial catarinense e ultrapassou o patamar dos 5% em 1960 (MAMIGONIAN, 1999, p. 2-3). O início dos reflorestamentos deve-se a três importantes fatores: 1. Promulgação do Código Florestal Brasileiro (1965); 2. Instituição do incentivo fiscal para reflorestamento (1966); e 3. Criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF (1967) (BRDE, 2004). Entre os primeiros grandes ciclos de investimentos, contribuíram os lançamentos do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento (1974) e o I PNPC (Plano Nacional de Papel e Celulose), durante o Governo Geisel (1974-79) (LOPES, 1998). Nas décadas de 70 (Milagre Econômico) e 80 ocorre à implantação do Fiset (Fundo de Investimento Setorial), com o propósito de alavancar diferentes segmentos industriais no país e a vigência do II PNPC (MATTOS; JUVENAL, 2002). Agostini (2001, p. 62-63), relata que “o Governo Federal, visando aumentar o plantio de florestas da década de 60, criou incentivos fiscais através da Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966 e do Decreto-Lei nº 1.134, de 16 de setembro de 1970, utilizando como mecanismo o abatimento do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas, favorecendo a liderança de grandes empresas privadas (...) recentemente, a Lei Estadual nº 10.169, de 12 de junho de 1996, aprovou a ZPF – Zona de Processamento Florestal, instituindo ICMS diferenciado sobre

possibilitou a cidade respirar bons ares, entretanto não deveras suficiente para assumir a posição de destaque na economia lageana. Em 1965, o então presidente do IBDF, General Silvio Pinto da Luz, cria a lei de incentivos através de subsídios para áreas com reflorestamentos de Pinus<sup>42</sup> (SILVEIRA, 2005).

Na década de 1980, a madeira serrada que até então liderava as exportações catarinenses com 85% em 1967 e 61,6% em 1970, foi praticamente eliminada da pauta de vendas, computando menos de 1% em 1983 (CUNHA, 1992), em contraposição com o ramo de papel, papelão e celulose que, de acordo com Munarim (1990, p. 114), graças ao programa de incentivo do Governo Estadual, “em 1970, conforme o valor da produção representava para Santa Catarina 5,9% da produção industrial; em 1980, no município de Lages, o ramo representou 51,1% da produção regional e 63,8% da produção catarinense”.

Rangel (1981), quando da caracterização dos anos 80, retratam o aprofundamento da crise, aumento da dívida externa, esgotamento do modelo de desenvolvimento e perda da capacidade de intervenção do Estado, assim como a “expansão do mercado interno e externo e a modernização do padrão agrário (produção intensiva) (MULLER, 1989, p.180). Munarim (1990) e Silva (1994) destacam como o período da tecnoburocracia.

Embora se atribua ao fim da madeira à crise econômica, no início da década de 1980, Lages possuía uma posição de destaque no

---

todos os produtos que compõe a cadeia industrial da madeira na região da AMURES. Esta lei viabiliza a agregação de valor ao produto florestal, fazendo com que a região deixe de ser apenas exportadora de matéria-prima, mas passe também a produzir e vender móveis, artefatos de madeira e outros”.

<sup>42</sup> O ritmo de reflorestamento anual cresce à razão de 6,8%, isso significa que o volume extraído ao longo da história do ciclo da madeira da serra catarinense já foi há tempos superado (SILVEIRA, 2005). De acordo com o relatório Programa de Suprimento Florestal para a Cadeia Produtiva da Madeira (2004), a cadeia produtiva de base florestal catarinense é representada por 4.639 empresas, empregando diretamente 82.322 trabalhadores. Da madeira consumida, 86% são oriundas de florestas de Pinus e, somente 6,87% de Eucalipto, o que confere a região serrana o status da maior concentração de maciço florestal do gênero Pinus do Brasil. A atividade abrange 57% da extensão territorial do Estado. O Eucalipto aparece, com base em dados de 2005, com 61.166 mil hectares, enquanto o Pinus com 527.079 hectares (MATTOS; JUVENAL, 2002). A porcentagem da área reflorestada em Santa Catarina corresponde a 1,05% ou, em números mais plausíveis, a 110 mil hectares (LOPES, 1998). Em 2003, a Região de Lages possuía 276 indústrias de base florestal que geram 6900 empregos diretos e mais de 15870 indiretos. Em salários circulam R\$ 3,38 milhões mensalmente. Para a economia regional a madeira ultrapassa 50% de toda a movimentação financeira. A região possui 17% da área do Estado, possui cerca de 225 mil ha de florestas plantadas, 14% da região (ICEPA, 2002).

Atenta-se para o biênio 1997-98, onde há uma queda geral resultante das medidas neo-liberais sobre o câmbio.

A arrecadação de ICMS acaba por refletir diretamente nas receitas geradas pelo município, conforme retratado no quadro a seguir.

**Quadro 27 – Receita gerada (R\$) no município de Lages (1996-2009)**

|             | <b>Lages</b> |
|-------------|--------------|
| <b>1996</b> | 69.451.859   |
| <b>1997</b> | 80.344.917   |
| <b>1998</b> | 78.244.292   |
| <b>1999</b> | 60.798.599   |
| <b>2000</b> | 74.751.565   |
| <b>2001</b> | 76.218.616   |
| <b>2002</b> | 80.478.054   |
| <b>2003</b> | 109.771.269  |
| <b>2004</b> | 136.361.398  |
| <b>2005</b> | 166.088.192  |
| <b>2006</b> | 183.169.383  |
| <b>2007</b> | 204.289.600  |
| <b>2008</b> | 215.166.238  |
| <b>2009</b> | 173.330.399  |

**Fonte:** Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2009)

Ademais, é possível especificar estes valores por setores e identificar qual(is) são responsável(is) pelas fontes monetárias municipais.

**Quadro 28 – Receita por fontes no município de Lages (2007)**

| <b>Itens</b>              | <b>Receitas (R\$)</b> |
|---------------------------|-----------------------|
| Receita Tributária        | 20.593.739,42         |
| Receita de Contribuições  | 9.028.504,73          |
| Receita Patrimonial       | 1.358.499,14          |
| Receita Agropecuária      | -                     |
| Receita Industrial        | -                     |
| Receita de Serviços       | 17.063.713,92         |
| Transferências Correntes  | 112.033.619,89        |
| Outras Receitas Correntes | 10.750.198,81         |

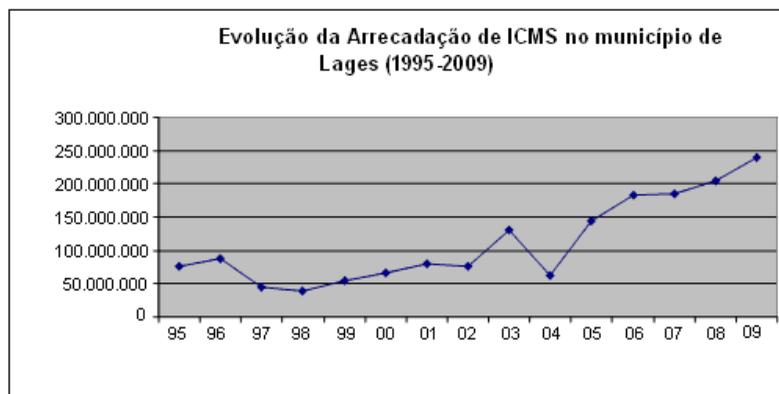
**Quadro 26** – Arrecadação de ICMS no município de Lages (1995-2009) (R\$)

|      | Lages          |
|------|----------------|
| 1995 | 76.821.331     |
| 1996 | 87.694.904     |
| 1997 | 45.771.424     |
| 1998 | 39.121.638     |
| 1999 | 53.666.057     |
| 2000 | 65.527.279     |
| 2001 | 80.836.621     |
| 2002 | 76.328.116     |
| 2003 | 131.027.693    |
| 2004 | 62.870.494     |
| 2005 | 144.566.073    |
| 2006 | 183.526.383    |
| 2007 | 184.897.527,25 |
| 2008 | 204.523.152,67 |
| 2009 | 238.849.283,12 |

Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2009).

No gráfico abaixo, é possível perceber a oscilação dos valores.

**Gráfico 04**



Estado, ocupando a terceira posição entre os municípios, revelando que a crise social era decorrente do processo de concentração de renda do capitalismo industrial brasileiro e não do esgotamento das reservas de araucária.

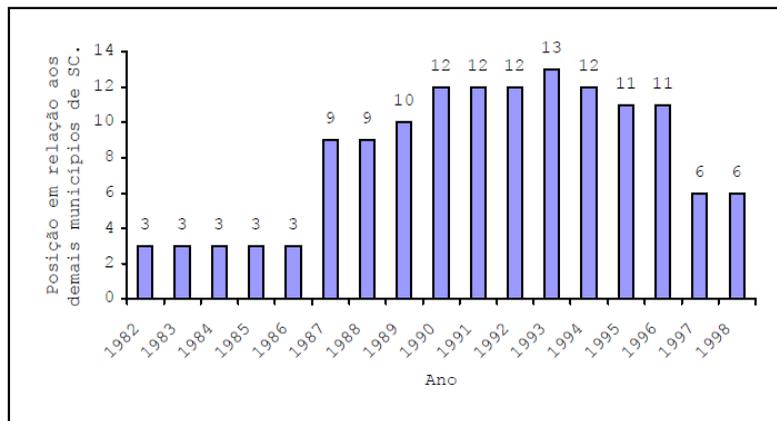
Neste cenário, a Klabin (Otacílio Costa, Correia Pinto e Lages), domina quase que praticamente a atividade produtiva regional, tanto no que confere a matéria-prima – já que é a única, entre as instaladas na Região Sul, que possui reflorestamentos próprios para a produção de papéis tipo *tissuê*, quanto em relação às inovações tecnológicas e agregação de valor aos produtos finais, com destaque aos papéis do tipo sanitários (22% do mercado nacional), papel para embalagem (16%) e papel cartão (24%) (MATTOS; VALENÇA, 1999).

Em contraponto com as décadas de 40 a 70, onde um grande número de industriais madeireiras e de outros segmentos instalaram-se por toda a região, os anos 80 e 90 são caracterizados pela baixa atratividade: Madepar Indústria e Comércio de Madeiras (1977 – cavacos de pinus e portas); Fruticultura Malke (1979 – maçãs); Klabin (1986 – sacos multifoliados e sacos de papel).

É entre as décadas de 70 e 80 que o município de Lages ganha destaque nacional, com o Governo de Dirceu Carneiro (MDB – 1977/1982), populista e como uma tentativa de implantar o regime socialista. Seu mandato foi caracterizado, via de fato, pela grande e intensa participação popular, com sub-prefeituras espalhadas pelos bairros, as quais atendiam as demandas sociais e atuavam como uma espécie de intermediadora junto ao prefeito. Fatos marcantes aconteciam com os mutirões de obras (construção de casas populares, infra-estrutura local, energia elétrica, entre outras formas de contribuir para o desenvolvimento da cidade) e pela prática da agricultura urbana (ALVES, 1980). Seu mandato não teve sequência por questões internas de seu partido (SILVA, 1994).

A conjuntura nacional se agrava nos anos 90 com a abertura comercial ao mercado estrangeiro e o câmbio sobrevalorizado, promovidos pelos Governos Collor/FHC, no qual vários estabelecimentos industriais e comerciais desapareceram ou foram vendidos para capitais estrangeiros, ocorrendo um intenso processo de fusões e aquisições (CORREIA, 2005), que na Região Serrana e no município de Lages não foi diferente, a exemplo da Alcoa, produtora de peças plásticas, alegando como motivo do encerramento da sua produção, a distância dos principais centros consumidores (Região Sudeste). Cita-se também como referência algumas múltiplas filiais (HM, Arapuã, Zomer).

**Gráfico 01** – Evolução econômica do município de Lages em relação aos outros municípios catarinenses



**Fonte:** Agostini (2001)

Nos 10 anos de 1987 a 1997, Lages reduz sua participação econômica, repetindo uma depressão econômica e um desnoriteio, superado somente com o surgimento de novos ramos, tais como a instalação da cervejaria, responsável no final da década de 1990 em 37% da arrecadação do município (AGOSTINI, 2001).

### 3.2 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A atividade de exploração madeireira somente foi manifestar-se como ramo econômico em meados da década de 1920, como resultado da expansão já em franco funcionamento da Região Oeste. Favorecida por uma quantidade incontável de pinheiros, migrantes de origem ítalo-gaúcha, sobretudo de segunda geração e de áreas das Colônias Velhas. Com a atividade agrícola esgotada em suas antigas localidades, diversas famílias rumam em direção ao Oeste, ainda inexplorado e passível de ser povoado, que da mesma forma como no Vale do Itajaí, foi através da iniciativa privada (Porto Alegre).

Com o esgotamento das reservas de araucárias nestas localidades, inicia-se a marcha com o objetivo de descobrir novas áreas e foi no Planalto onde a atividade atinge seu auge: Primeiro Ciclo da Madeira. A atividade, mais especificamente, tem início por volta de

|             |         |
|-------------|---------|
| <b>2006</b> | 110.699 |
| <b>2007</b> | 111.435 |
| <b>2008</b> | 113.601 |
| <b>2009</b> | 114.723 |

**Fonte:** Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2009) – baseados nos dados divulgados TSE-SC.

As áreas rurais do município (Índios, Coxilha Rica, Salto, Pessegueiros, Macacos) são atendidas, em épocas de eleições, por comarcas locais, no intuito de evitar o deslocamento para a área urbana.

### 4.9 FINANÇAS

O referido quadro ressalta a variação na arrecadação de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) no município de Lages, para o período de 1995 à 2009. Nota-se, logo no primeiro quinquênio, os baixos índices registrados (com destaque especial para o ano de 1998), em função do recesso e crise decorrente da abertura econômica promovida pelo Governo Collor/FHC. Somente a partir do ano 2000 em diante, que a economia local, representada pelo setor de bebidas e alimentício (concomitantemente a instalação da Vosso), retoma uma nova fase de crescimento, refletida no triênio 2007-2009, com um aumento de 29,5% na arrecadação de impostos. Tal cenário é fruto da atual tendência de diversificação industrial, a qual o setor Madeireiro-Papel-Celulose passou a exercer um papel de coadjuvante, em decorrência da importância assumida por outros setores, entre os principais, o de alimentos e bebidas, metal-mecânico, fruticultura e têxtil.

tinham suas residências atendidas pelo sistema elétrico. Já no campo, a grande maioria das famílias não são contempladas e acabam em optar por soluções alternativas.

**Quadro 24** – Número de consumidores de Energia Elétrica no município de Lages

| Ano                  | 1999   | 2000   | 2001   | 2002   | 2003   | 2004   | Evol.  |
|----------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| <b>Resid.</b>        | 40.894 | 41.914 | 42.291 | 43.438 | 44.328 | 45.334 | 16,4%  |
| <b>Ind.</b>          | 857    | 937    | 944    | 884    | 893    | 895    | -2,8%  |
| <b>Com.</b>          | 3.449  | 3.481  | 3.498  | 3.427  | 3.527  | 3.722  | 8%     |
| <b>Rural</b>         | 1.136  | 1.182  | 1.276  | 1.442  | 1.445  | 1.454  | 44,2%  |
| <b>Poder Público</b> | 323    | 325    | 332    | 341    | 354    | 372    | 21,6%  |
| <b>Pública</b>       | 1      | 1      | 1      | 1      | 2      | 2      | 100%   |
| <b>Serv. Pub.</b>    | 28     | 28     | 28     | 27     | 28     | 30     | 42,9%  |
| <b>Uso Próprio</b>   | 12     | 12     | 12     | 12     | 12     | 12     | -36,8% |
| <b>Total</b>         | 46.700 | 47.880 | 48.382 | 49.572 | 50.589 | 51.821 | 16%    |

Fonte: Lages em Núm3ros (2010, p. 56)

#### 4.8 ELEITORES

Concomitantemente ao aumento da população, o número de eleitores apresentou um significativo avanço: de 98 mil eleitores em 1998 para 114 mil em 2009, marcando 16%. Atualmente a Prefeitura Municipal é administrada por Renato Nunes de Oliveira (PP) e Luiz Carlos Pinheiro (PSDB) como vice, eleitos com 42.634 votos ou 46,89% da preferência dos eleitores. A Câmara de Vereadores é chefiada pelo edil Antônio Arcanjo Duarte (PPS) e composta por mais 11 (onze) vereadores.

**Quadro 25** – Número de Eleitores no município de Lages (2009)

|             | Número de Eleitores |
|-------------|---------------------|
| <b>1998</b> | 98.703              |
| <b>1999</b> | -                   |
| <b>2000</b> | 100.906             |
| <b>2001</b> | 101.279             |
| <b>2002</b> | 104.391             |
| <b>2003</b> | 103.671             |
| <b>2004</b> | 106.989             |
| <b>2005</b> | 108.067             |

1915, com a utilização da madeira em embarcações e em pequenas edificações. Desde então, o seu uso cresceu exponencialmente.

É com a exploração da Araucária que todo o complexo urbano, econômico e em partes, político, se estrutura. Foi com o ciclo madeireiro que a região obteve um crescimento populacional nunca visto antes, local (do interior do município), regional (de outras cidades catarinenses) e até nacional (de outros estados); famílias de classe baixa, média e alta que vêm em busca de oportunidades pessoais. No ramo econômico, menciona-se a quantidade de indústrias de auto-peças, fruto da necessidade de manutenção e reposição para novas aquisições. E dentro do quesito político, pode-se dizer que foi neste momento que lideranças locais assumiram os mais importantes cargos nas esferas estaduais e nacionais (Ávila, Costa, Ramos, entre outros).

Como já dito anteriormente, o que se sucedeu regionalmente foi um processo de modernização conservadora, logo, é de se esperar dos antigos fazendeiros uma certa repulsa à adoção de uma nova fonte de renda, entretanto, como a atividade pecuária estava em crise, a solução era consorciar os ramos, através de contratos de arrendamentos. A construção da nova capital federal (Brasília), o Plano de Metas de JK e a expansão rodoviária Brasil afora, contribuem em muito para a consolidação financeira do ciclo.

É concomitante a esta época o esgotamento das reservas de pinheiro e a procura incessante por um outro tipo de madeira. É com o apoio governamental, através da constituição do IBDF e da lei de incentivos e subsídios, que investidores autônomos confiam no sucesso do reflorestamento de Pinus, ramo presente até os dias atuais. Recentemente têm-se investido recursos no estudo e aplicação genética de uma nova espécie que apresente crescimento até a maturidade-corte com um maior custo-benefício.

## 4. ANÁLISE SÓCIO-CONJUNTURAL DO MUNICÍPIO DE LAGES

Os indicadores da situação econômica de uma região geralmente envolvem fatores como renda e emprego, taxa de desemprego, salário médio, poder de compra, PIB per capita, distribuição das faixas de renda (indicadores de desigualdade social), e outros. Porém, se o objetivo é entender a evolução do bem-estar da população, esses indicadores podem apenas dar pistas, mas não retratar os aspectos não econômicos de uma dada população.

Pensando nisso, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desenvolveu um índice que reflete as condições sociais e econômicas de uma sociedade o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), este dividido em: IDH por município (IDH-M), que por sua vez engloba três variáveis (Longevidade - através da expectativa de vida ao nascer; Educação - através da taxa de analfabetismo de adultos e taxa de matriculados nos ensinos fundamental, médio e superior; e Renda, pela renda per capita).

Além do índice ponderado, o IDH propriamente dito, cada uma dessas variáveis também representa um índice próprio, chamados respectivamente de IDH-L (Longevidade), IDH-E (Educação) e IDH-R (Renda). Dessa forma é possível observar as variações no decorrer do tempo nas diferentes variáveis e assim constatar, por exemplo, o impacto de políticas públicas ou simplesmente entender melhor as diferenças regionais.

Para a análise do diagnóstico que ora segue, consideram-se os seguintes itens: População, Frota de Veículos, Saúde, Educação, Índice de Desenvolvimento, Produto Interno Bruto (PIB), Saneamento Básico, Eleitores, Finanças e uma análise conjuntural econômica da Região (Setor Primário, Secundário e Terciário).

### 4.1 POPULAÇÃO

Até meados de 1960, Santa Catarina era vista como mero território de passagem entre São Paulo e Rio Grande do Sul (fato igualmente notado na Região Serrana). Tal situação se reforçava ainda mais com a posição da capital do Estado, isolada dos principais centros econômicos e populacionais catarinenses, cujos acessos não eram pavimentados. Todavia, Porto Alegre e Curitiba, já eram grandes

## 4.7 SANEAMENTO BÁSICO

**Quadro 22** – Acesso a serviços básicos no município de Lages (1991 e 2000)  
Valores em (%)

|                         | 1991  | 2000  |
|-------------------------|-------|-------|
| <b>Energia Elétrica</b> | 96,99 | 99,16 |
| <b>Água Encanada</b>    | 91,79 | 97,53 |
| <b>Coleta de Lixo</b>   | 76    | 96,77 |

**Fonte:** Diagnóstico Regional AMURES (2007)

Nota-se que praticamente as três categorias estão atendidas por quase 100%, para o ano de 2000, realidade já diferente no corrente ano. O saneamento básico, item de análise da qualidade e condições de vida uma sociedade, foi contemplado (2000) com 97,5%, para áreas urbanas e bairros periféricos. Situação diferente da encontrada na área rural, onde grande parte da população residente sofre com a falta ou incipiência do sistema de água e esgoto, com a solução paliativa de fossas e patentes.

**Quadro 23** – Ligações ativas de água no município de Lages

| Lages        | Resid. | Com.  | Industrial | Utl. Públ. | Pod. Publ. | Total  |
|--------------|--------|-------|------------|------------|------------|--------|
| <b>2005</b>  | 44.213 | 3.111 | 142        | 0          | 550        | 48.016 |
| <b>2006</b>  | 45.311 | 3.147 | 139        | 0          | 558        | 49.155 |
| <b>2007</b>  | 46.225 | 3.213 | 129        | 0          | 564        | 50.131 |
| <b>2008</b>  | 47.034 | 3.305 | 120        | 0          | 523        | 50.982 |
| <b>Evol.</b> | 6,4%   | 6,2%  | -15,5%     | 0,0 %      | - 4,9%     | 6,2%   |

**Fonte:** Lages em Números (2010, p. 59)

Outro índice do aspecto social, nortea-se com o número de consumidores que possuem acesso a energia elétrica. Para o ano de 2000, aproximadamente 99,2% da população do município de Lages,

**Quadro 20 – Concentração de Renda no município de Lages**

| % da renda apropriada pelos | 1991  | 2000  |
|-----------------------------|-------|-------|
| ... 10% mais ricos          | 44,4% | 49,8% |
| ... 20% mais pobres         | 3,1%  | 2,5%  |
| ... 20% mais ricos          | 60,6% | 64,5% |
| ... 40% mais pobres         | 9,8%  | 8,5%  |
| ... 80% mais pobres         | 39,4% | 35,5% |

**Fonte:** Lages em Núm3ros (2010, p. 77)

Com observação nos dados acima, principalmente no que se refere à renda, apesar da melhoria do índice e do aumento do poder aquisitivo das classes menos favorecidas, ingressando assim na Classe Média, ainda há uma concentração de renda nas mãos de poucas famílias locais/regionais, conforme os valores apresentados a seguir.

Para o ano de 1991, segundo os dados coletados pela Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (SPG), o percentual da população total classificada como indigente foi de 11,9%, valor que caiu para 8,11% no ano de 2000. Já em relação aos índices de pobreza, em 1991 cerca de 31,48% da população ocupava tal faixa, caindo bruscamente para 22,04% em 2000.

**Quadro 21 – Indicadores de Pobreza no município de Lages (1991 e 2000)**

|                                   | Valores Referenciais (%) |
|-----------------------------------|--------------------------|
| Intensidade de Indigência* (1991) | 33,72                    |
| Intensidade de Pobreza **(1991)   | 40,8                     |
| Intensidade de Indigência (2000)  | 50,01                    |
| Intensidade de Pobreza (2000)     | 40,93                    |

**Fonte:** Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2009)

\* *Indigência:* pobreza completa, miséria, falta do indispensável.

\*\* *Pobreza:* estado do que ou de quem é pobre.

Há no município, programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social e pelo CAPS*i* no intuito de inserir socialmente este contingente populacional.

capitais e a economia de seus respectivos estados estava em franco progresso (MAMIGONIAN, 1999).

O anseio por uma infra-estrutura para o escoamento da produção, com destino as principais cidades portuárias (Imbituba, Itajaí e São Francisco do Sul) e orientadas para as praças portuguesas, como também as ferrovias e rodovias em direção a São Paulo, fez com que o Estado atuasse com uma maior participação na economia como um todo. Resultados e frutos desta iniciativa foram os projetos e programas municipais de incentivos e subsídios fiscais na instalação de pequenas, médias e grandes empresas (capital local e regional); em contrapartida o governo estadual ficou responsável pela instalação e melhoramento do sistema logístico primário, possibilitando assim, uma maior integração entre as regiões catarinenses.

Entretanto, a Região Serrana, o motivo pelo qual é incerto, acabou prejudicada neste processo. Há tempos que a população local reivindica por melhores condições rodoviárias, já que atua na divisão inter-regional do trabalho, como saída dos principais produtos alimentares do Oeste Catarinense e pólo das principais indústrias madeireiras, de papel, papelão e celulose.

Mas a maior dificuldade foi a estrutura fundiária e social que se consolidou: de um lado os grandes proprietários pecuaristas, e no extremo oposto à classe trabalhadora (BASTOS, 2002), diferentemente do Vale do Itajaí (Blumenau, Brusque, Gaspar, Itajaí, Navegantes, Rio do Sul) e da Grande Florianópolis (São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz), por exemplo, onde há a formação homogênea de uma teia urbana entre os municípios e a percepção do processo de conurbação, resultado do típico processo de colonização (pequenas propriedades – pequena produção mercantil). Na Região Serrana há uma baixa densidade de cidades, onde Lages concentra a teia de relações (MAMIGONIAN, 1964), da mesma forma como os vazios populacionais são aparentes, já que tratam-se de pequenas cidades, com baixa população e recentes datas de emancipação (BASTOS, 2006).

Cunha (1992, p. 126) corrobora ao afirmar que,

o grande espaço da mesorregião serrana continua pouco denso e com baixo ritmo de crescimento demográfico, perdendo, pois, participação no efetivo populacional catarinense, com queda de população. É classificado como “espacialidade de esvaziamento” em face do fechamento de vagas de empregos em suas atividades econômicas básicas.

Assim, Peixer (2002, p. 272), colabora ao entendimento do espaço urbano local ao relatar,

o que se configura em Lages e região, analisando-se o padrão de produção da cidade é um processo multidimensional, que traz em si elementos de uma modernidade tardia, inconclusa ou lenta. De uma cidade marcada pela “história lenta”, caracterizada por uma produção urbana hierarquizada, centralizada e definida por um pacto territorial que privilegia os interesses de grupos economicamente fortes.

Soma-se a discussão, o exposto por Goulart (2004, p. 69), ao relatar que o motivo da dispersão populacional se deve

em grande parte a que, zona dedicada quase que exclusivamente à indústria pastoril, não viu crescer dentro de seus limites centros urbanos capazes de apresentar o mínimo exigido para sedes municipais, bem como a exígua população dos seus distritos, muito dispersa por todo o território.

A razão da baixa densidade urbana tem relação direta com a estrutura fundiária regional, inserida no contexto de uma industrialização capitalista oligopolizada que favoreceu em muito as cidades de nível superior da hierarquia urbana brasileira.

No que diz respeito à evolução populacional no município de Lages, percebe-se uma tendência um tanto quanto incomum: uma rápida passagem da população rural para urbana (êxodo rural – Quadro 09). Entre as décadas de 50 a 70, a população rural cresce, ao mesmo tempo em que a urbana praticamente quadruplica, em razão do auge do Ciclo Madeireiro, como já relatado anteriormente.

Abaixo, divisão do produto interno bruto por setores, que nos auxilia no entendimento da dinâmica econômica local.

**Quadro 19** – Produto Interno Bruto, por setores, para o município de Lages - (1999-2007)

|             | <b>Agricultura<br/>(R\$)</b> | <b>Indústria<br/>(R\$)</b> | <b>Serviços<br/>(R\$)</b> | <b>Adm.<br/>Pública<br/>(R\$)</b> | <b>Impostos<br/>(R\$)</b> |
|-------------|------------------------------|----------------------------|---------------------------|-----------------------------------|---------------------------|
| <b>1999</b> | 17.948                       | 191.475                    | 434.634                   | 79.291                            | 97.513                    |
| <b>2000</b> | 20.801                       | 250.148                    | 472.007                   | 92.881                            | 114.622                   |
| <b>2001</b> | 23.888                       | 278.453                    | 532.275                   | 100.155                           | 133.966                   |
| <b>2002</b> | 26.627                       | 322.412                    | 612.613                   | 136.732                           | 142.303                   |
| <b>2003</b> | 35.076                       | 396.234                    | 712.023                   | 157.246                           | 186.751                   |
| <b>2004</b> | 31.715                       | 512.712                    | 802.634                   | 168.781                           | 210.093                   |
| <b>2005</b> | 32.228                       | 556.117                    | 934.768                   | 191.817                           | 241.274                   |
| <b>2006</b> | 31.770                       | 649.941                    | 1.040.920                 | 211.256                           | 264.549                   |
| <b>2007</b> | 37.582                       | 661.882                    | 1.068.511                 | 245.856                           | 271.016                   |

**Fonte:** Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2009)

A População Economicamente Ativa (PEA) do município totalizava em 2000 cerca de 71.091 habitantes, ou seja, 45,1% da população do município. O salário médio com CTPS era de R\$ 696,54 e o índice de desemprego era de 16,5%. Situação dispare da encontrada na área rural: geralmente as famílias se mantêm com culturas de subsistência e de trabalhos temporários, mal remunerados e explorados, em fazendas de tradicionais famílias (peão/caseiro e na manutenção e cuidado de árvores de pinus e de maçãs - empresas Klabin e Malke, respectivamente). Na análise do quadro a seguir, encaixa-se estas famílias entre os 40% mais pobres.

**Quadro 17** – Produto Interno Bruto (per capita) para o município de Lages - (1999-2007)

|             | Valor (R\$) |
|-------------|-------------|
| <b>1999</b> | 5.093       |
| <b>2000</b> | 5.406       |
| <b>2001</b> | 6.044       |
| <b>2002</b> | 6.825       |
| <b>2003</b> | 8.139       |
| <b>2004</b> | 9.433       |
| <b>2005</b> | 10.582      |
| <b>2006</b> | 11.801      |
| <b>2007</b> | 12.619      |

**Fonte:** Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2009)

A nível estadual, o município ocupa a 11ª posição no ranking cidades com os maiores PIB's, sendo superada, no último ano, por Brusque.

**Quadro 18** – Ranking do PIB catarinense (2010)

|            |   |
|------------|---|
| <b>1º</b>  | Joinville (R\$ 11,47 bilhões)           |
| <b>2º</b>  | Itajaí (R\$ 7,98 bilhões)               |
| <b>3º</b>  | Florianópolis (R\$ 7,1 bilhões)         |
| <b>4º</b>  | Blumenau (R\$ 6,68 bilhões)             |
| <b>5º</b>  | Jaraguá do Sul (R\$ 4,19 bilhões)       |
| <b>6º</b>  | Chapecó (R\$ 3,52 bilhões)              |
| <b>7º</b>  | São José (R\$ 3,15 bilhões)             |
| <b>8º</b>  | São Francisco do Sul (R\$ 2,96 bilhões) |
| <b>9º</b>  | Criciúma (R\$ 2,54 bilhões)             |
| <b>10º</b> | Brusque (R\$ 2,06 bilhões)              |
| <b>11º</b> | <b>Lages (R\$ 2,03 bilhões)</b>         |

**Fonte:** Correio Lageano (2010, p. 17) (grifo nosso)

**Quadro 09** – Demonstrativo do crescimento populacional em Lages (1940 a 2009)

| Ano    | Rural  | Urbana  | Total   |
|--------|--------|---------|---------|
| 1940   | 18.768 | 8.558   | 27.326  |
| 1950   | 27.743 | 15.855  | 38.598  |
| 1970   | 28.407 | 83.577  | 111.984 |
| 1980   | 24.405 | 110.283 | 134.688 |
| 1990   | 12.660 | 138.575 | 151.235 |
| 2000   | 4.100  | 153.582 | 157.682 |
| 2007*  | -      | -       | 161.583 |
| 2009** | -      | -       | 167.805 |
| 2010   | 1.791  | 153.944 | 156.737 |

**Fonte:** Censos Demográficos IBGE – 1940; 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000.

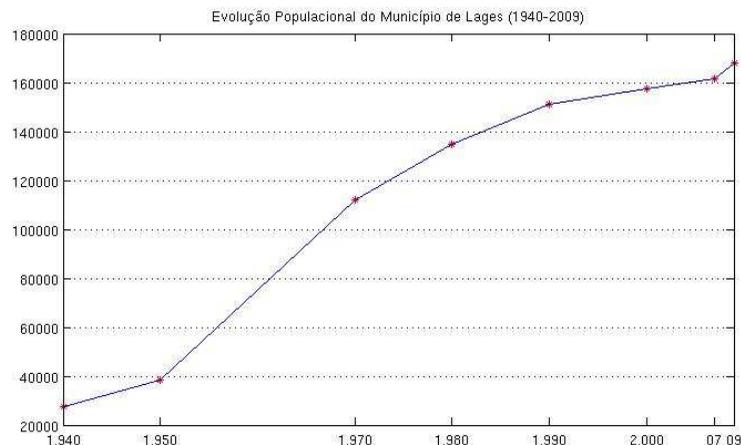
(\*) Estimativas com base na Contagem Populacional – IBGE/2007.

(\*\*) Valores com base na Estimativa Populacional IBGE/2009.

Há um consenso, que o município e a Região Serrana como um todo, têm empreendido esforços no sentido a reverter o papel anteriormente assumido (dispersão populacional) para centros de atração populacional. Porém, com os resultados do Censo 2010, o que se observou foi uma redução, de certa forma significativa, da população do município de Lages e da Região Serrana, contrariando as expectativas de crescimento. Da mesma maneira, Lages ainda concentra boa parte da população serrana, com aproximados 55,5% dos habitantes.

Recentemente, houve um debate em trâmites políticos quanto à transformação de Lages em uma Região Metropolitana (RM), que não vingou pelo motivo que os municípios da Região Serrana não se enquadram em um dos principais requisitos, que é o de uma cidade e seus subúrbios ou cidades reunidas, constituírem uma sequência sem se confundirem. A intenção da criação de uma Região Metropolitana seria benéfica para com todos os municípios, uma vez que possibilitaria a injeção de recursos e novos investimentos para suas respectivas economias.

**Gráfico 02**



**Fonte:** Censos Demográficos IBGE – 1940; 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000.

(\*) Estimativas com base na Contagem Populacional – IBGE/2007.

(\*\*) Valores com base na Estimativa Populacional IBGE/2009.

A Densidade Demográfica no município de Lages, com registro nos dados de 2008, foi de 61 hab/km<sup>2</sup> e apoiado no mesmo ano, a população se distribuiu em 1,8% no setor rural, 98,2% no urbano, sendo 51,3% mulheres e 48,7% homens, com crescimento de 0,9% no período de 2000-2007, em contraponto com o valor registrado pelo Estado, taxa de 1,5% e o Brasil, com 1,4% ao ano.

Da mesma forma, na Região Serrana observa-se a mesma tendência: um *boom* populacional (Quadro 10) aliado a novas oportunidades de investimentos.

(0,744), com um alto valor para o ano de 1980 (0,901), provável resultado advindo dos reflorestamentos de Pinus, iniciados em meados de 70 e 80. Longevidade e Educação, com 97% e 51,6% respectivamente, apresentaram resultados satisfatórios, sendo o último um dos mais altos do Estado de Santa Catarina.

**Quadro 16** – Indicadores de IDHM para o município de Lages (1991 e 2000)

|                                  | <b>Indicadores (0 – 1)</b> |
|----------------------------------|----------------------------|
| <b>IDHM (1970)</b>               | <b>0,466</b>               |
| <b>IDHM (1980)</b>               | <b>0,687</b>               |
| <b>IDHM (1991)</b>               | <b>0,731</b>               |
| <b>IDHM (2000)</b>               | <b>0,813</b>               |
| <i>IDHM – Renda (1970)</i>       | <i>0,399</i>               |
| <i>IDHM – Renda (1980)</i>       | <i>0,901</i>               |
| <i>IDHM – Renda (1991)</i>       | <i>0,671</i>               |
| <i>IDHM – Renda (2000)</i>       | <i>0,744</i>               |
| <b>IDHM – Longevidade (1970)</b> | <b>0,397</b>               |
| <b>IDHM – Longevidade (1980)</b> | <b>0,508</b>               |
| <b>IDHM – Longevidade (1991)</b> | <b>0,699</b>               |
| <b>IDHM – Longevidade (2000)</b> | <b>0,782</b>               |
| <i>IDHM – Educação (1970)</i>    | <i>0,603</i>               |
| <i>IDHM – Educação (1980)</i>    | <i>0,652</i>               |
| <i>IDHM – Educação (1991)</i>    | <i>0,822</i>               |
| <i>IDHM – Educação (2000)</i>    | <i>0,914</i>               |

**Fonte:** Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2009)

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

0 a 0,499 – Baixo

0,499 a 0,799 – Médio

0,799 a 1 – Alto

#### 4.6 PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB

Em menos de 8 (oito) anos, o poder aquisitivo da população lageana dobrou, bem como o nível e qualidade de vida. Em outras palavras, houve uma passagem significativa para a classe média, com reflexo direto na economia local, principalmente no comércio varejista (lojas de vestuário, revenda de veículos, supermercados, entre outros estabelecimentos).

**Quadro 15** – Número de estabelecimentos por setor de ensino para o município de Lages (2008)

| Ano          | Ed. Infantil | Fund. | Médio | EJA  | Superior | Total |
|--------------|--------------|-------|-------|------|----------|-------|
| 1999         | 141          | 118   | 23    | 15   | 3        | 302   |
| 2000         | 145          | 121   | 23    | 16   | 5        | 312   |
| 2001         | 154          | 118   | 22    | 17   | 2        | 315   |
| 2002         | 162          | 114   | 20    | 23   | 8        | 330   |
| 2003         | 162          | 110   | 19    | 23   | 8        | 325   |
| 2004         | 167          | 109   | 18    | 20   | 9        | 326   |
| 2005         | 163          | 130   | 20    | 20   | 9        | 346   |
| 2006         | 167          | 126   | 20    | 18   | 9        | 344   |
| <b>Evol.</b> | 18,4 %       | 6,8 % | -13 % | 20 % | 200 %    | 14 %  |

Fonte: Lages em Núm3ros (2010, p.46)

De acordo com dados do Anuário 2010/2011 – Lages em Desenvolvimento, o Governo do Estado mantém 23 escolas, com aproximadamente 20 mil alunos matriculados no ensino fundamental e médio. São 14 escolas particulares, 32 escolas municipais na área urbana, atendendo 8.800 alunos do ensino fundamental; 73 centros de educação infantil, com 6.641 alunos de 0 a 5 anos; 16 escolas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com 350 alunos matriculados; 40 escolas na área rural, sendo 107 alunos presentes no ensino médio; 3.000 alunos com frequência nos cursos técnicos e 10.800 acadêmicos distribuídos nas instituições de ensino superior.

Há que se ressaltar os 18 projetos sociais, extra-curriculares e esportivos desenvolvidos pelo poder local em comunidades carentes.

#### 4.5 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

O município em 2000 ocupava a 73ª posição no IDH – Municipal do Estado de Santa Catarina e a 316ª posição entre os municípios brasileiros. Caso mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 10 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor índice do Brasil (0,919) e 6 anos para alcançar Florianópolis (SC), o melhor IDH-M do Estado (0,875).

O IDHM municipal, de 1970 a 2000, obteve um avanço considerável, atingindo o índice de 0,813 (alto), corroborando aos esforços empreendidos pelo governo local, evoluindo 74,5%. Em relação à Renda, com um crescimento de 86,5%, manteve-se na média

**Quadro 10** – Evolução Populacional na Região Serrana de Santa Catarina

|        | Região Serrana | Santa Catarina |
|--------|----------------|----------------|
| 1940   | 121.717        | 1.178.340      |
| 1950   | 120.985        | 1.560.502      |
| 1960   | 203.545        | 2.129.252      |
| 1970   | 324.298        | 2.901.660      |
| 1980   | 349.638        | 3.628.292      |
| 1990   | 375.121        | 4.541.994      |
| 2000   | 400.951        | 5.357.864      |
| 2009*  | 421.210        | 6.118.743      |
| 2009** | 319.170        | 6.249.682      |

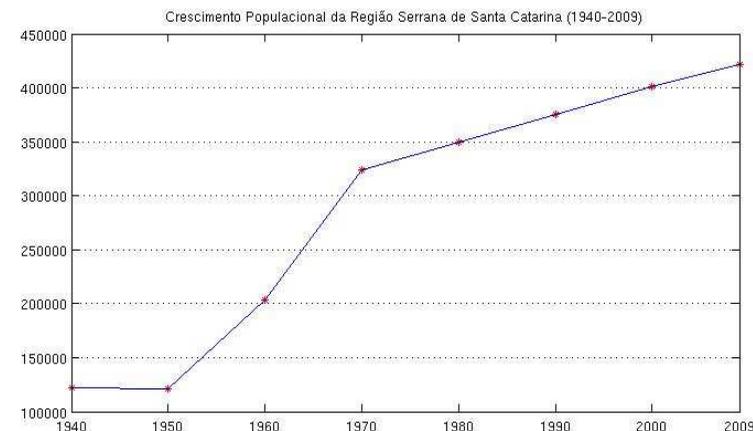
Fonte: Censos Demográficos IBGE – 1940; 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000.

(\*) Valores com base na Estimativa Populacional IBGE/2009.

(\*\*) Resultado final do Censo IBGE/2010.

O Gráfico 03 ilustra as afirmações expostas.

**Gráfico 03**



Fonte: Censos Demográficos IBGE – 1940; 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000.

(\*) Valores com base na Estimativa Populacional IBGE/2009.

A Serra Catarinense avançou apenas 1,47% no período e assistiu sua participação na composição populacional catarinense diminuir de 7,49%, em 2000, para 6,51% em 2010.

É interessante observar que os números populacionais *versus* dados econômicos são conflitantes. Ao mesmo tempo em que o município e a Região apresentam ótimas perspectivas de investimentos industriais e crescimento econômico, os valores demográficos decaíram: 16,75% em Lages e 15,3% em Santa Catarina. Vários são os motivos elencados para tal cenário: monocultura do Pinus (concentração nas mãos de quem detém renda), impossibilitando uma diversificação produtiva; poucas vagas de emprego no comércio e na industrial local/regional; oportunidades de emprego e estudo em outras regiões, como Vale do Itajaí e o Litoral, entre outros.

Em relação às atuais tendências dos aspectos urbanos no município de Lages, é imprescindível salientar algumas questões: 1) crescimento no sentido Oeste, ao longo da BR-282 e nos bairros de acesso a cidade (Vila Mariza, Guarujá, Aeroporto, Tributo, Jardim Cepar); 2) Construção de viadutos, no total de 4 (quatro), em pontos de entroncamento da BR-282; 3) Condomínios e loteamentos destinados a população de alto e baixo poder aquisitivo (ao longo da BR-282 e em bairros localizados na borda da área central, tais como Popular, Habitação, Várzea, Vila Nova, entre outros); 4) Construção de anéis viários em volta dos limites do município, na intenção de otimizar o fluxo do trânsito e 5) Término da retificação do Rio Ponte Grande e posterior ligação/pavimentação deste trecho, obra financiada com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. Esta obra, prioridade do poder local, além de possibilitar uma melhoria do tráfego viário, promoverá a ligação no sentido oeste-leste (futuro anel viário), possibilitando a melhoria da qualidade de vida de uma grande parcela da sociedade.

O que se pode observar, através de uma análise do panorama urbano, é que mesmo com a redução da população e participação no contexto catarinense, as potencialidades regionais como um todo, continuam exercendo um dinamismo econômico-industrial, resultado de uma ação conjunta entre o setor público (Prefeituras Municipais e instâncias representativas do poder local) e privado (empresários), na elaboração de programas e medidas para atração de novos investimentos.

estas instituições. O quadro abaixo vem ao encontro, demonstrando a melhoria, na comparação entre os anos de 1991 e 2000, nos indicadores de frequência nos ensinos fundamental, médio e superior, bem como na taxa de alfabetização.

**Quadro 14** – Índices de educação e alfabetização para o município de Lages 1991 e 2000)

|  | Indicadores (%) |        |
|--|-----------------|--------|
|  | 1991            | 2000   |
| Taxa de Alfabetização                      | 89,06           | 92,79  |
| Taxa Bruta – Frequência Ensino Fundamental | 102,65          | 121,73 |
| Taxa Bruta – Frequência Ensino Médio       | 50,96           | 83,46  |
| Taxa Bruta – Frequência Ensino Superior    | 16,71           | 36,52  |

**Fonte:** Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2009)

Em relação às famílias que habitam as áreas rurais do município, o nível educacional e de alfabetização cai: são membros de famílias semi-analfabetas ou que não concluíram o Ensino Fundamental, muitos dos quais somente até a 4ª Série. Os mais jovens, são atendidos por creches locais e por unidades de ensino (1ª – 4ª Série – Ensino Fundamental I). Logo, pode-se concluir que, como as condições de renda são baixas, os filhos se ocupam em atividades voltadas a terra (agricultura), se configurando como membros responsáveis pelo sustento da família. Raras são as oportunidades de continuação do estudo (Ensino Fundamental II – 5ª a 8ª Série e Ensino Médio) na cidade.

Na década de 90 o município de Lages conseguiu aumentar em 131,7% o número de crianças de 5 a 6 anos na escola; passou de 32,8% em 1991 para 76% em 2000. Eram 12,2 % das crianças de 7 a 14 anos analfabetas em 1991 e 6,1% para o ano de 2000. Observa-se também, fato presente atualmente, o crescimento constante dos números de alunos matriculados e frequentes no Ensino Técnico. Ao traçar um comparativo educacional da população adulta de Lages, percebe-se os seguintes valores: 6,63 anos (Média de anos de estudo); 8,5% de analfabetos; 23,5 % com menos de 4 anos de estudos; 57,5 % com menos de 8 anos de estudos; 11,1 % com mais de 12 anos de estudo e 2,9 % frequentando o ensino superior.

No ano de 2006, a taxa de mortalidade infantil no município de Lages era de 19,8 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos, enquanto as médias estaduais e brasileiras, respectivamente, eram de 12,6 e 16,4 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos. Em menos de uma década, devido ao trabalho conjunto da Prefeitura Municipal e a Secretaria da Saúde, através de programas sociais de cuidado a mãe gestante e ao recém nascido, o índice diminuiu 76%. No mesmo ano, a taxa de mortalidade infantil no estado era de 12,6 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos, enquanto que a média brasileira era de 16,4 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos.

**Quadro 13** – Indicadores de Longevidade e Mortalidade para o município de Lages (1991 e 2000)

|                                       | Indicadores |            |
|---------------------------------------|-------------|------------|
|                                       | 1991        | 2000       |
| Esperança de vida ao nascer           | 66,95 anos  | 71,92 anos |
| Mortalidade até 1 ano de idade        | 34,13 %     | 20,71 %    |
| Expectativa de vida acima dos 60 anos | 75,41 anos  | 83,91 anos |

**Fonte:** Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2009)

Esses resultados são frutos de investimentos setoriais (saneamento básico) na qualidade de vida (reforma e ampliação da emergência no Hospital Nossa Senhora dos Prazeres e Maternidade Geral Tereza Ramos; modernização no setor de queimaduras – referência estadual –, CEPON e HEMOSC, melhoramento das instalações internas do Hospital Infantil Seara do Bem e a instalação de novas unidades de saúde em bairros periféricos e de baixa renda).

## 4.4 EDUCAÇÃO

Em termos educacionais, há uma grande massa de crianças no ensino fundamental. Em valores numerais, para o ano de 2008, o Ensino Fundamental registrou 25.651 alunos, enquanto o Ensino Médio e Superior, respectivamente, 5.921 e 15.237 alunos. Corroborando com os indicadores supracitados, atentamos para a renda per capita para o ano de 1991, com o valor de R\$ 216,95, que em 2000 alcançou o valor de R\$ 335,45, demonstrando um relativo aumento do poder aquisitivo da população local. Houve um aumento considerável no ingresso de jovens ao Ensino Superior, favorecido pelas condições financeiras expostas por

## 4.2 FROTA DE VEÍCULOS

Nos últimos anos, mais especificamente de 2003 em diante, as principais vias de acesso ao município (Avenida Luiz de Camões, Duque de Caxias, Dom Pedro II, Presidente Vargas, Rua Correia Pinto, Nereu Ramos, Coronel Córdova, Marechael Deodoro e Marechal Floriano) tornaram-se eixos de engarrafamento. Isso se explica pelo aumento do número de automóveis por habitante, duplicado em 10 anos, e o de motocicletas (veículo com baixo custo de manutenção), que quintuplicou neste período. No ano de 2000, cerca de 46,8% da população tinha acesso a automóveis.

Além da saturação na área central da cidade, as Avenidas Duque de Caxias e Dom Pedro II enfrentam problemas similares. Esta com o intenso tráfego de caminhões, que acaba por reduzir seu tempo de vida de 15 para 7 anos, enquanto àquela praticamente não suporta o movimento (com apenas duas vias em cada lado) que, somada a ausência de acostamentos, resulta no congestionamento em determinados horários.

**Quadro 11** – Frota de veículos, por tipo e com registro no Denatran, no município de Lages (1997-2009)

|      | Auto   | Pesados | Camionetas | Motos | Ônibus | Total  |
|------|--------|---------|------------|-------|--------|--------|
| 1997 | 23.221 | 2.898   | 3.275      | 1.596 | 250    | 32.722 |
| 1998 | 24.631 | 2.976   | 3.383      | 1.780 | 260    | 34.600 |
| 1999 | 25.817 | 3.089   | 3.609      | 2.044 | 276    | 36.476 |
| 2000 | 26.940 | 3.290   | 3.825      | 2.401 | 297    | 38.631 |
| 2001 | 27.593 | 2.340   | 3.500      | 2.513 | 220    | 40.076 |
| 2002 | 28.971 | 2.494   | 3.235      | 2.955 | 231    | 42.675 |
| 2003 | 30.425 | 2.722   | 3.122      | 3.507 | 226    | 45.392 |
| 2004 | 32.376 | 2.843   | 3.172      | 4.200 | 245    | 48.918 |
| 2005 | 34.353 | 3.063   | 2.913      | 5.068 | 287    | 52.782 |
| 2006 | 36.163 | 3.181   | 2.795      | 6.111 | 293    | 56.905 |
| 2007 | 38.498 | 3.218   | 2.394      | 7.509 | 313    | 61.799 |
| 2008 | 40.998 | 3.226   | 1.565      | 8.496 | 314    | 66.039 |
| 2009 | 43.980 | 3.251   | 1.634      | 9.354 | 331    | 70.696 |

**Fonte:** Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2009)

O aumento registrado no acesso a veículos automotores, principalmente automóveis e motocicleta, vem ao encontro da melhoria significativa do nível de vida da população em geral, onde famílias, anteriormente consideradas classe baixa, passam a integrar e a fazer parte da classe média, como fruto de políticas governamentais de acesso facilitado ao crédito. Segundo dados do Anuário 2010/2011 – Lages em Desenvolvimento (2010) são aproximadamente 300 novos veículos por mês circulando nas vias do município.

Para dinamizar o fluxo viário e evitar problemas de congestionamento em vias centrais e de acesso aos principais bairros do município, uma equipe da Prefeitura em parceria com uma instituição privada, vêm realizando estudos e projetos baseados em plantas urbanas de grandes cidades, como Curitiba e Belo Horizonte, as quais apresentaram um crescimento urbano vertiginoso com um processo de planejamento urbano setorial e integrado.

### 4.3 SAÚDE

O município de Lages teve um decréscimo de 37,1% no número de leitos, entre os anos de 2005 a 2008, enquanto que no Estado de Santa Catarina, o decréscimo do número de leitos foi de 0,1% e no Brasil o aumento do número de leitos foi de 1,8% no mesmo período.

**Quadro 12** – Quantidade de estabelecimento de serviços de saúde no município de Lages (2008)

| Tipologia da Unidade                          | Lages |
|---|-------|
| Centro de regularização de serviços de saúde  | 0     |
| Centro de parto normal – isolado              | 0     |
| Centro de saúde / unidade básica              | 29    |
| Clínica especializada / ambulatório           | 39    |
| Consultório Isolado                           | 314   |
| Hospital Especializado                        | 1     |
| Hospital Geral                                | 2     |
| Hospital / Dia                                | 0     |
| Policlínica                                   | 1     |
| Posto de Saúde                                | 30    |
| Pronto Socorro especializado                  | 1     |
| Pronto Socorro geral                          | 1     |
| Unidade de apoio SADR isolado                 | 45    |
| Unidade de vigilância em saúde                | 1     |
| Unidade mista                                 | 2     |
| Unidade móvel nível – urgência /emergência    | 1     |
| Unidade móvel fluvial                         | 0     |
| Unidade móvel terrestre                       | 1     |
| Cooperativa                                   | 0     |
| Farmácia                                      | 0     |
| Secretaria de Saúde                           | 1     |
| Centro de Atenção Psicossocial                | 2     |
| Laboratório Central de Saúde Pública          | 0     |
| Centro de apoio a saúde de família            | 0     |
| Centro de atenção Hemoterapia ou Hematológica | 0     |
| Total   | 474   |

Fonte: Lages em Números (2010, p. 37)

Tais índices corroboram e influenciam diretamente na análise da qualidade de vida da população local (Natalidade, Mortalidade, Longevidade). No que tange aos indicadores de longevidade e mortalidade no município de Lages, até 1 ano de idade, os valores denotaram melhorias nas condições de saúde. A expectativa de vida aumentou 8 (oito) anos e a mortalidade infantil diminuiu 9 pontos percentuais entre os anos de 1991 e 2000.

**TABELA**

|             |       |
|-------------|-------|
| <b>2002</b> | 5.906 |
| <b>2003</b> | 5.890 |
| <b>2004</b> | 6.095 |
| <b>2005</b> | 6.157 |
| <b>2006</b> | 6.271 |
| <b>2007</b> | 5.753 |
| <b>2008</b> | 4.330 |

**Fonte:** Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2009)

A produção de grãos e sementes, não apresentou muitas variações, ficando em destaque o milho, feijão e soja, todas com grande participação em Índios. Estas produções estão nas mãos de famílias com baixo e médio poder aquisitivo, já que não necessitam de cuidados muitos especiais e o custo de manutenção é baixo. De contrapartida, recebem subsídios por parte da Prefeitura Municipal. Cabe ressaltar o crescimento da soja (triplicado em 18 anos) e do trigo, ambas culturas alavancadas pelo setor industrial alimentício.

**Quadro 32 – Produção Agrícola Municipal (Lavouras Temporárias) para o município de Lages (1990-2008) (Área Plantada – Hectares)**

|             | <b>Feijão</b> | <b>Mandioca</b> | <b>Milho</b> | <b>Soja</b> | <b>Trigo</b> |
|-------------|---------------|-----------------|--------------|-------------|--------------|
| <b>1990</b> | 4.000         | -               | 9.000        | 750         | 30           |
| <b>1991</b> | 4.000         | -               | 9.000        | 750         | -            |
| <b>1992</b> | 4.000         | -               | 9.000        | 750         | -            |
| <b>1993</b> | 4.040         | -               | 8.000        | 750         | -            |
| <b>1994</b> | 4.040         | -               | 9.000        | 750         | -            |
| <b>1995</b> | 4.000         | -               | 9.000        | 750         | -            |
| <b>1996</b> | 2.717         | 29              | 7.550        | 220         | -            |
| <b>1997</b> | 1.465         | 17              | 3.802        | 120         | -            |
| <b>1998</b> | 1.465         | 17              | 3.802        | 120         | -            |
| <b>1999</b> | 1.465         | 17              | 4.000        | 470         | -            |
| <b>2000</b> | 1.529         | 17              | 4.500        | 470         | -            |
| <b>2001</b> | 1.500         | 17              | 4.500        | 470         | -            |
| <b>2002</b> | 1.500         | -               | 4.500        | 700         | 65           |
| <b>2003</b> | 1.500         | 17              | 5.000        | 700         | 200          |
| <b>2004</b> | 1.500         | 17              | 5.000        | 700         | 700          |
| <b>2005</b> | 1.500         | 17              | 5.200        | 1.500       | 400          |
| <b>2006</b> | 1.500         | 17              | 5.200        | 2.200       | 700          |

|             |       |    |       |       |       |
|-------------|-------|----|-------|-------|-------|
| <b>2007</b> | 1.500 | 17 | 5.200 | 2.200 | 1.600 |
| <b>2008</b> | 1.500 | 17 | 5.500 | 2.250 | 900   |

**Fonte:** Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2009)

É importante informar a queda significativa da erva-mate. Tal fato deve-se a representatividade adquirida por empresas da Região Norte do Estado (Canoinhas e Três Barras) e a inserção do pêssego e uva (solo e clima), ocorrendo, em partes, uma migração dos produtores para este tipo de cultura, via de fato, mais lucrativa. Esta última cultura ganhou notação nacional pela alta qualidade na produção de vinhos e por sua dinâmica industrial. A maçã, conforme exposto por Emerique (2008), confere a São Joaquim e Fraiburgo, o título de maiores produtores nacionais. Destacam-se em Lages a Fruticultura Malke (Família Iochpe) e a Yakult (sucos de maçã) e em São Joaquim a Cooperativa Sanjo (japoneses – São Paulo).

**TABELA**

**Quadro 33** – Produção Agrícola Municipal (Lavouras Permanentes) para o município de Lages (1990-2008) (Área Plantada – Hectares)

|             | <b>Erva-Mate</b> | <b>Maçã</b> | <b>Pêssego</b> | <b>Uva</b> |
|-------------|------------------|-------------|----------------|------------|
| <b>1990</b> | -                | 209         | -              | -          |
| <b>1991</b> | 55               | 209         | -              | -          |
| <b>1992</b> | -                | 243         | -              | -          |
| <b>1993</b> | -                | 243         | -              | -          |
| <b>1994</b> | -                | 243         | -              | -          |
| <b>1995</b> | -                | 243         | -              | -          |
| <b>1996</b> | 12               | 425         | 11             | 5          |
| <b>1997</b> | 12               | 251         | -              | 5          |
| <b>1998</b> | 12               | 251         | -              | 5          |
| <b>1999</b> | 12               | 251         | -              | 5          |
| <b>2000</b> | 12               | 251         | -              | 5          |
| <b>2001</b> | 12               | 305         | -              | 5          |
| <b>2002</b> | 12               | 305         | -              | -          |
| <b>2003</b> | 12               | 305         | 13             | 5          |
| <b>2004</b> | 12               | 305         | 13             | 5          |
| <b>2005</b> | 12               | 305         | 13             | 5          |
| <b>2006</b> | 8                | 353         | 13             | 5          |
| <b>2007</b> | 8                | 353         | 13             | 5          |
| <b>2008</b> | 8                | 320         | 13             | 5          |

**Fonte:** Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2009)

**TABELA**

**Quadro 34** – Quantidade produzida na Silvicultura para o município de Lages (1990-2008) - (Área Plantada – metros cúbicos)

|             | <b>Lenha</b> | <b>Madeira em Tora</b> | <b>Madeira Papel e Celulose</b> |
|-------------|--------------|------------------------|---------------------------------|
| <b>1990</b> | -            | 340.000                | 90.000                          |
| <b>1991</b> | 90.000       | 1.170.000              | 760.000                         |
| <b>1992</b> | 80.000       | 1.080.000              | 700.000                         |
| <b>1993</b> | 100.000      | 1.320.000              | 870.000                         |
| <b>1994</b> | 130.000      | 1.600.000              | 1.050.000                       |
| <b>1995</b> | 857.726      | 1.600.000              | 1.000.000                       |
| <b>1996</b> | 2.000        | 402.000                | 319.000                         |
| <b>1997</b> | 96.300       | 185.000                | 145.000                         |
| <b>1998</b> | 89.292       | 158.380                | 123.380                         |
| <b>1999</b> | 93.000       | 167.500                | 130.000                         |
| <b>2000</b> | 91.000       | 170.460                | 125.900                         |
| <b>2001</b> | 78.900       | 95.250                 | 65.130                          |
| <b>2002</b> | 80.000       | 117.000                | 82.000                          |
| <b>2003</b> | 76.900       | 114.850                | 80.850                          |
| <b>2004</b> | 76.900       | 114.850                | 80.850                          |
| <b>2005</b> | 64.310       | 113.790                | 71.330                          |
| <b>2006</b> | 58.500       | 106.530                | 67.050                          |
| <b>2007</b> | 50.000       | 88.800                 | 60.300                          |
| <b>2008</b> | 32.600       | 85.200                 | 58.900                          |

**Fonte:** Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2009)

Percebe-se um decréscimo no uso da madeira (papel e celulose e em tora) e de lenha para o uso industrial, se comparados os anos 1990 e 2008. A categoria madeiras em tora obteve um pequeno aumento no começo da presente década, como resultado da recente instalação da Usina de Biomassa da Tractebel, encabeçada e idealizada pelo Grupo Battistella. A queda nos últimos anos deve-se à distribuição dos reflorestamentos de Pinus entre os municípios de Otacílio Costa, Correia Pinto e Campo Belo, em virtude, primordialmente, da instalação de empresas regionais e nacionais (Sudatti, Berneck, Florestal Gateados).

No distrito de Índios, boa parte dos reflorestamentos de Pinus pertencem a famílias locais (Costa, Marin, Vedana, Guzatti) em propriedades próprias e arrendadas, bem como a maior parte das árvores são de uso privado da nacional Klabin.

Os dados do quadro a seguir representam a produção na extração vegetal, com destaque na queda do Pinhão e Nó-de-Pinho.

**TABELA**

**Quadro 35** – Quantidade produzida na Extração Vegetal para o município de Lages (1990-2008)

|             | <b>Lenha</b> | <b>Madeira em Tora</b> | <b>Pinhão (toneladas)</b> | <b>Nó-de-Pinho</b> |
|-------------|--------------|------------------------|---------------------------|--------------------|
| <b>1990</b> | 100.000      | 110.000                | -                         | 2.500              |
| <b>1991</b> | 150.000      | 80.000                 | 1.200                     | 2.000              |
| <b>1992</b> | 145.000      | 70.000                 | 1.100                     | 1.500              |
| <b>1993</b> | 200.000      | 83.000                 | 1.130                     | 900                |
| <b>1994</b> | 260.000      | 90.000                 | 680                       | 300                |
| <b>1995</b> | 250.000      | 60.000                 | 990                       | -                  |
| <b>1996</b> | 52.000       | 1.000                  | 506                       | -                  |
| <b>1997</b> | 15.000       | 650                    | 231                       | -                  |
| <b>1998</b> | 14.600       | 600                    | 236                       | -                  |
| <b>1999</b> | 16.000       | 700                    | 240                       | -                  |
| <b>2000</b> | 15.500       | 690                    | 230                       | -                  |
| <b>2001</b> | 10.600       | 500                    | 150                       | -                  |
| <b>2002</b> | 7.000        | 300                    | 160                       | -                  |
| <b>2003</b> | 8.300        | 350                    | 155                       | -                  |
| <b>2004</b> | 8.300        | 350                    | 155                       | -                  |
| <b>2005</b> | 8.340        | 1.160                  | 152                       | -                  |
| <b>2006</b> | 8.300        | 1.100                  | 142                       | -                  |
| <b>2007</b> | 8.000        | 1.000                  | 140                       | -                  |
| <b>2008</b> | 6.000        | 600                    | 125                       | -                  |

**Fonte:** Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2009)

### 5.1.2 SETOR SECUNDÁRIO<sup>43</sup> E TERCIÁRIO

Poucas são as indústrias instaladas nas áreas rurais do município, caracterizadas principalmente pela agricultura, pecuária e silvicultura. Há o registro de uma indústria de beneficiamento e extração de rochas, com seus produtos direcionados posteriormente a empresas

<sup>43</sup> A micro-bacia de Índios, segundo dados do Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – projeto desenvolvido e aplicado pela equipe regional da EPAGRI teve 191 pedidos de propostas, totalizando o valor de R\$ 133.300,54, que finalizou com 392 pessoas beneficiadas. Estas propostas vão desde a construção de um sistema de saneamento básico até auxílios e subsídios para bovinocultura de leite.

cerâmicas (porcelanato e azulejos/pisos comuns) e de um frigorífico de frangos de corte (projeto a ser finalizado em meados de 2011), com uma fábrica de rações e quatro aviários de espera. O abatedouro ficará localizado no município de Correia Pinto. O empreendimento, de capital privado e com investimento na ordem de R\$ 2 milhões, irá gerar em torno de 40 a 45 empregos diretos. Ambos empreendimentos localizados no Distrito de Índios. Já no interior da Coxilha Rica, projeta-se a instalação de um grande frigorífico, investimento privado de origem estrangeira (Marrocos).

Segue abaixo, quadro do projeto Microbacias – Alto Rio dos Índios, com os principais investimentos e subsídios por parte do Governo Estadual a este distrito.

**Quadro 36 – Resumo das propostas**

| <b>Pagas e concluídas</b>                                 | <b>Valor apoiado</b> | <b>Propostas</b> | <b>Beneficiados</b> |
|---|----------------------|------------------|---------------------|
| Bovinocultura de leite – aquisição de ordenhadeira        | 3.740,00             | 2                | 10                  |
| Bovinocultura de leite – aquisição de animais de produção | 10.020,00            | 4                | 12                  |
| Bovinocultura de leite – melhoria de pastagem             | 789,00               | 1                | 1                   |
| Construção ou melhoria de instalações                     | 18.911,23            | 27               | 33                  |
| Construção ou reforma de banheiro                         | 13.810,77            | 13               | 13                  |
| Equipamentos e insumos para Apicultura                    | 2.296,80             | 6                | 6                   |
| Fomento agrícola – análise de solo                        | 1.612,00             | 3                | 3                   |
| Fomento agrícola – aquisição de sementes e mudas          | 694,40               | 1                | 1                   |
| Construção de fosse séptica                               | 19.108,98            | 44               | 44                  |

**TABELA**

|   |                   |            |            |
|---|-------------------|------------|------------|
| Melhoria da produção animal                 | 852,00            | 2          | 2          |
| Implantação de pastagem                     | 3.054,50          | 3          | 3          |
| Plantadeira de plantio direto               | 7.984,00          | 1          | 27         |
| Proteção de fonte                           | 4.083,88          | 41         | 41         |
| Pulverizador de tração mecânica             | 3.850,00          | 1          | 13         |
| Reforma de residência                       | 30.755,15         | 34         | 33         |
| Sistema de captação e armazenamento de água | 10.738,63         | 7          | 59         |
| Unidade demonstrativa – U.D                 | 999,20            | 1          | 1          |
| <b>Total</b>                                | <b>133.300,54</b> | <b>191</b> | <b>302</b> |

Fonte: Projeto Microbacias 2 (2008)

Estas peculiaridades acabam por refletir, conseqüentemente, na economia regional que, calcada por uma estrutura fundiária de grandes propriedades (Quadro 37), não apresentam-se diversificadas, industrialmente, em seu bojo.

**Quadro 37** – Distribuição das propriedades pelo seu tipo de tamanho

| Municípios      | Total   | Proprietários |      | Não-proprietários |      |
|-----------------|---------|---------------|------|-------------------|------|
|                 |         | Nº            | %    | Nº                | %    |
| Cerro Negro     | 1025    | 745           | 72,5 | 280               | 27,5 |
| S.J. do Cerrito | 2042    | 1492          | 73   | 550               | 27   |
| C. Belo do Sul  | 1195    | 884           | 74   | 311               | 26   |
| Anita Garibaldi | 1435    | 1089          | 76   | 346               | 24   |
| Correia Pinto   | 772     | 655           | 85   | 117               | 15   |
| Lages           | 3123    | 2717          | 87   | 406               | 13   |
| Otacílio Costa  | 678     | 602           | 89   | 76                | 11   |
| 27ª SDR         | 10.270  | 8.184         | 79,7 | 2086              | 20,3 |
| Santa Catarina  | 203.347 | 171.498       | 84,5 | 31.849            | 15,5 |

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (1995/96)

**TABELA**

## TABELA

Hoff e Simioni (2004, p. 28) lembram que,

ao contrário de outras regiões, o processo de industrialização do Planalto Serrano não se caracteriza por uma presença maciça de pequenas atividades comerciais e industriais, como as que haviam em outras colônias de imigração européia, mas sim por algumas empresas específicas e esparsas e de baixo grau de agregação de valor à matéria-prima processada (...) foi um exemplo de uma industrialização tardia, principalmente pelo modelo de desenvolvimento predominante na região no início do século XX.

As indústrias caracterizam-se pela

grande dimensão de capital e de vinculação a grande distância. Não aparece uma região industrial, nem centros industriais, mas indústrias isoladas e auto-suficientes, constituindo uma estrutura super imposta à economia anterior pastoril latifundiária, com seus pequenos proprietários e trabalhadores expropriados, e, portanto, com forte excedente de mão-de-obra (MAMIGONIAN, 1986, p. 105).

As empresas instaladas na região caracterizam-se, nas palavras de Hoff e Simioni (2004, p. 210), por “pequenas e médias empresas; baixa terceirização, especialização e inovação tecnológica; alta diversificação produtiva; troca de informação nula; pesquisa e desenvolvimento incipientes; alta concorrência; individualismo e falta de espírito competitivo”.

Munarim (1990) *apud* Santa Catarina (1986, p. 115), acrescenta à discussão ao relatar que as indústrias de papel e papelão apresentam,

pouca indução do processo industrial regional, pois são estabelecimentos de grande dimensão de capital e de vinculação à grande distância. Não aparece uma região industrial, nem centros industriais, mas indústrias isoladas e auto-

suficientes, constituindo uma estrutura superposta à economia anterior pastoril e latifundiária, com seus proprietários e trabalhadores expropriados e, portanto, com fortes excedentes de mão-de-obra.

Nesta perspectiva, ao abordar os novos investimentos regionais (Quadro 46), diferentemente da atual realidade, porém em consonância com os acontecimentos históricos,

a Região Serrana de Santa Catarina não consta entre aqueles espaços beneficiados diretamente, como receptores de investimentos. Não se tem notícias de qualquer obra pública na região que demandasse investimentos públicos, seja do governo, seja de empresas, situação esta até 1979, somente no II PND, onde há pequenos investimentos em moradias, na agrossilvicultura e no desespero pela implantação de um parque industrial (MUNARIM, 1990, p. 143).

O momento recente remete a outros caminhos. Ao setor primário, o Governo Federal, através do Programa Nacional de Desenvolvimento da Fruticultura (PROFRUTA), criado em 2000 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, destinou à Região Serrana aproximadamente R\$ 22 milhões para o biênio 2008/2010, a serem empregados no desenvolvimento de pesquisas laboratoriais (qualidade de espécies), na compra de materiais, equipamentos e defensivos agrícolas. Já o Governo Estadual, por meio do Prodec – Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense, concede incentivos, a título de financiamento, a empreendimentos interessados na implantação e expansão de suas unidades industriais, como por exemplo, a Ambev (Lages) – R\$ 128 milhões – repassados em projetos de elaboração e aquisição de tecnologias para ganho de competitividade, desenvolvimento sustentável do Meio Ambiente e renovação da infraestrutura interna, da mesma forma que o poder local, representado pela Prefeitura Municipal, através do projeto de Lei Nº 3626/2009, dispõe de incentivos econômicos e fiscais para empresas que se estabeleçam, ampliem sua capacidade produtiva ou elaborem projetos de desenvolvimento tecnológico e de inovação.

As análises conjunturais têm revelado como uma das possíveis saídas, a formação regional de um *cluster*. Goularti Filho

## TABELA

## MAPA INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS

(2002, p. 4) define como “uma forte presença de um mesmo setor industrial numa base territorial microrregional”.

Hoff (2002) e Hoff e Simioni (2004), caracteriza-o por uma concentração setorial e geográfica de pequenas e médias empresas do mesmo ramo produtivo, favorável no ganho de vantagens competitivas. Para Hoff (2002, p. 19), esse modelo de organização industrial “possibilitaria uma maior proximidade entre as unidades produtivas, grande troca de informações e, por consequência, a construção de um vínculo cooperativo forte entre as empresas, sem, no entanto, desestimular a competitividade”.

Apesar da forte presença de pequenas e médias empresas madeireiras na região, há o monopólio no setor produtivo (papel e celulose) através do controle da empresa Klabin, impedindo assim a formação de um *cluster*. Corrobora ao fato, nas palavras de Goularti Filho (2002), que a consolidação regional de um setor tem a ver com a formação econômica local, no caso em questão, latifundiária e conservadora, em contraposição as áreas de pequenas propriedades e de espírito inovador no Vale do Itajaí e Norte Catarinense. Hoff e Simioni (2004) citam como exemplos que obtiveram êxito, a região calçadista do Vale dos Sinos (RS) e a região moveleira de São Bento do Sul (SC), respectivamente, colonização italiana e germânica.

Para um completo exame da conjuntura regional, em relação às afirmações acima expostas, fez-se necessário à adaptação da metodologia de Haddad (1989), elaborada por Breitbach (2005), para definição do Quociente de Localização (QL)<sup>44</sup>. A escolha dos municípios baseou-se no estudo realizado pela Associação dos Municípios da Região Serrana – AMURES (2008) e divulgado recentemente pelo jornal Correio Lageano (2009, p. 24), no qual, os municípios de Lages (que responde por 59% do movimento econômico regional), Curitibaanos (aqui incluído pela influência regional), Otacílio Costa (10%), Correia Pinto (9%) e São Joaquim (6%), aparecem como os principais destinos dos investimentos intra e extra-regionais (Figura

---

<sup>44</sup> Quociente de Localização (QL):

QL = A/B, onde:

A = Emprego no setor *i* no município *j* / emprego em todos os setores do município *j*

B = Emprego no setor *i* no Estado / emprego em todos os setores do Estado

Se QL = 1 o setor *i* tem a mesma importância relativa no município e no Estado

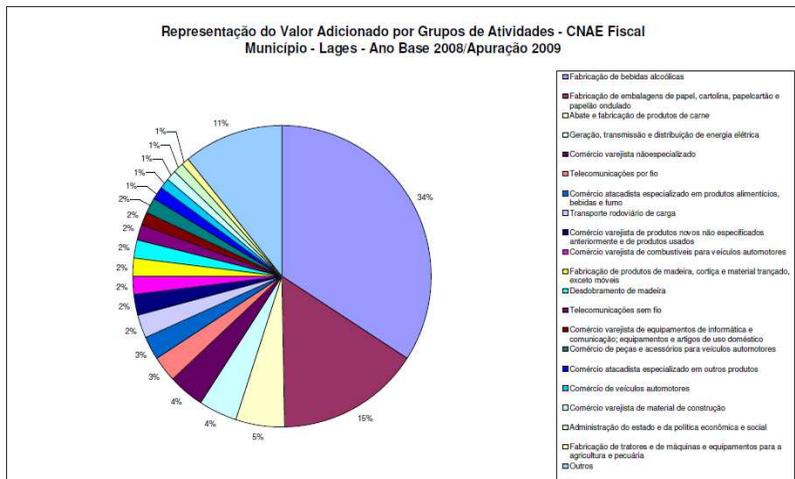
Se QL > 1 o setor *i* é relativamente mais importante no município do que no Estado

Se QL < 1 o setor *i* é relativamente mais importante no Estado do que no município

06 e 07 e Quadro 46) e responsáveis pelo movimento econômico (geração de ICMS, por exemplo).

## **MAPA INVESTIMENTOS NACIONAIS**

### Gráfico 08 – Município de Lages



QUADRO 38

Fonte: Amures (2009)

QUADRO 39

**Quadro 45** – Representatividade dos setores econômicos no município de Lages

|                                      |      |
|--------------------------------------|------|
| <b>Bebidas e alimentos</b>           | 78%  |
| <b>Madeira e papel</b>               | 12%  |
| <b>Confecções / eletrodomésticos</b> | 3%   |
| <b>Veículos e máquinas</b>           | 2%   |
| <b>Autopeças</b>                     | 1%   |
| <b>Material de construção</b>        | 1%   |
| <b>Transportes</b>                   | 0,6% |
| <b>Combustíveis</b>                  | 0,3% |
| <b>Outros</b>                        | 1,3% |

**Fonte:** Anuário Lages 2010/2011

O resultado de todo esse dinamismo acaba por refletir diretamente no comércio local. Está confirmada a construção de um novo Shopping Center no município, de influência regional, localizado as margens da BR-282, empreendimento da iniciativa privada.

Em virtude da qualidade de seus rios (caudalosos) e da forma de relevo na qual encontram-se inseridos (planáltico e com quedas), a Região Serrana é a grande menina dos olhos para a instalação de Usinas Hidrelétricas. Além da UH de Machadinho (Campos Novos), Barra Grande (Anita Garibaldi), ambas em operação, aguarda-se a liberação ambiental da Paiquerê (Lages e municípios gaúchos) e de inúmeras PCH's localizadas no interior da Coxilha Rica, gerando um retorno de royalties significativos para os municípios atingidos. Estudos confirmam que a Região Serrana é responsável por cerca de 70% da energia consumida pelos catarinenses.

\* O ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços é um tributo arrecadado pelo Estado. Parte dessa arrecadação (25%) é entregue aos Municípios proporcionalmente à participação de cada um no movimento geral de operações que constituem fatos geradores desse imposto, realizados em todo o Estado durante determinado exercício. O Gráfico 04 mostra quais atividades de maiores proporções no município de Lages.

No município pólo da região, Lages, que concentra a maior parte da população e dos investimentos econômicos, as atividades de destaque são: fabricação de bebidas alcoólicas (34%), fabricação de embalagens de papel, cartolina, papel cartão e papelão ondulado (15%), abate e fabricação de produtos de carne e geração, transmissão e distribuição de energia (4%). Houve uma inversão no segmento mais representativo, passando o setor madeireiro a ocupar a segunda colocação, sendo ultrapassado pela indústria de bebidas e alimentos. Destaca-se também, e com um crescimento considerável a médio e longo prazo, o setor metal-mecânico, principalmente após a notícia de instalação da multinacional alemã ZF no Distrito de Índios. A instalação da ZF (auto-peças) possibilitaria a criação do PISC (Parque de Inovação de Santa Catarina), do Parque Órion (incubadora tecnológica) e do Autódromo Regional (testes). A intenção na criação PISC, é de aproveitá-lo para pesquisas e inovações tecnológicas e de sistemas de automação para empresas diversas, originando assim uma espécie de pólo automotor de Santa Catarina (P&D). Ainda dentro da área de abrangência do Parque, pretende-se criar uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE), uma usina de energia de biomassa, uma estação aduaneira e um porto seco (no antigo Aeroporto Municipal). Os possíveis reflexos diretos provindos da ZF e do PISC se refletiriam, entre outros setores, na Educação, através da capacitação e formação de uma mão-de-obra extremamente qualificada. O investimento previsto é de aproximadamente R\$ 500 milhões, modificando positivamente toda a cadeia produtiva metal-mecânica de Lages. Nessa mesma onda está a indústria têxtil, ainda incipiente, porém com excelentes perspectivas.

No setor primário a produção de grãos, sobretudo soja, o cultivo de frutas (maçã, kiwi, mirtilo, uva) e de hortaliças (agricultura urbana), conferem bons resultados a economia local. Soma-se a silvicultura, representada por um grande número de empresas e de serrarias e a pecuária, com a presença de raças adaptadas ao tipo climático, de linhagem genética e raras.

#### QUADRO 40

**Quadro 41**– Distribuição das empresas por grupo de atividades econômicas (2005)

| Grandes Grupos   | Pessoal Ocupado Total | Pessoal Ocupado Assalariado | Empresas | % Relativo |
|--|-----------------------|-----------------------------|----------|------------|
| Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos | 11.528                | 7.521                       | 3.374    | 46,1%      |
| Indústrias de Transformação  | 9.154                 | 7.966                       | 933      | 12,8%      |
| Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados a empresas          | 2.556                 | 1.561                       | 818      | 11,2%      |
| Outros serviços coletivos, sociais e pessoais                              | 2.281                 | 1.788                       | 700      | 9,6%       |
| Transporte, armazenagem e comunicação                                      | 3.126                 | 2.355                       | 454      | 6,2%       |
| Alojamento e alimentação   | 1.540                 | 1.102                       | 419      | 5,7%       |
| Construção   | 1.453                 | 1.237                       | 168      | 2,3%       |
| Saúde e serviços sociais   | 1.126                 | 930                         | 142      | 1,9%       |
| Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal                 | 1.234                 | 1.021                       | 121      | 1,7%       |
| Educação   | 1.478                 | 1.371                       | 89       | 1,2%       |
| Intermediação  | 415                   | 362                         | 63       | 0,9%       |

**Quadro 43** – Balança comercial de Lages no período 2004-2008

| Ano                       | Exportações US\$ FOB | Importações US\$ FOB | Saldo       |
|---------------------------|----------------------|----------------------|-------------|
| 2004                      | 86.722.011           | 5.779.842            | 80.942.169  |
| 2005                      | 90.526.772           | 13.802.207           | 76.724.565  |
| 2006                      | 122.946.059          | 19.419.822           | 103.526.237 |
| 2007                      | 99.491.871           | 25.363.036           | 74.128.835  |
| 2008                      | 103.282.422          | 18.815.625           | 84.466.797  |
| <b>Evolução 2004/2008</b> | 19,1%                | 225,5%               | 4,4%        |

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)

**Quadro 44** – Recursos dos municípios com base no Valor Adicionado (VA)\*

| Município           | Valor Adicionado |
|---------------------|------------------|
| ANITA GARIBALDI     | 21.705.384,14    |
| BOCAINA DO SUL      | 39.652.851,59    |
| BOM JARDIM DA SERRA | 24.016.722,96    |
| BOM RETIRO          | 63.443.784,83    |
| CAMPO BELO DO SUL   | 58.425.346,61    |
| CAPÃO ALTO          | 34.414.962,65    |
| CERRO NEGRO         | 10.844.725,46    |
| CORREIA PINTO       | 233.400.632,13   |
| LAGES               | 1.882.881.042,69 |
| OTACÍLIO COSTA      | 281.018.971,06   |
| PAINEL              | 17.947.027,25    |
| PALMEIRA            | 34.664.781,45    |
| PONTE ALTA          | 33.855.691,04    |
| RIO RUFINO          | 8.808.178,10     |
| SAO JOAQUIM         | 210.519.937,23   |
| SÃO JOSE DO CERRITO | 29.589.206,59    |
| URUBICI             | 44.684.622,72    |
| URUPEMA             | 13.262.022,46    |

Fonte: Amures (2010)

|   |               |               |               |        |
|---|---------------|---------------|---------------|--------|
| Serrarias com desdobramento de madeiras     | 50.568.186,49 | 42.368.488,22 | 40.687.602,82 | -19,5% |
| Comércio Varejista (Postos de Combustíveis) | 28.679.127,58 | 27.856.310,37 | 35.814.394,97 | 24,9%  |
| Geração de energia elétrica                 | 26.001.291,00 | 24.492.235,36 | 24.917.051,26 | -4,2%  |
| Comércio Varejista (Revendas de veículos)   | 11.292.854,00 | 8.772.121,56  | 19.140.091,76 | 69,5%  |
| Comércio Varejista (Roupas e Vestuário)     | 12.753.292,56 | 14.856.084,95 | 15.905.768,21 | 24,7%  |
| Fabricação Esquadrias de Madeira            | 9.954.487,55  | 13.421.760,27 | 12.445.014,12 | 25,1%  |
| Cultivo de Maçã                             | 33.994.288,69 | 16.369.738,73 | 12.271.949,19 | -63,9% |
| Frigorífico – abate de bovinos              | 10.311.281,00 | 10.108.939,52 | 10.200.637,11 | -1,1%  |

Fonte: Lages em Núm3ros (2010, p. 73)

O Valor Adicionado Fiscal (VAF) do município cresceu 16% entre os anos de 2005 e 2007. Somente os 20 maiores VFA's representavam 76,9% de todos os valores; 50% do valor adicionado fiscal do município concentrava-se praticamente em três atividades: fabricação de cervejas e chopes; fabricação de embalagens de papel e fabricação de produtos de carne. Em 2007 o valor adicionado fiscal somente destas três atividades foi de quase R\$ 808 milhões de reais. Num segundo grupo de atividades destaca-se: comércio varejista e de mercadorias em geral, distribuição de energia e serviços de telefonia fixa comutada.

Conforme demonstra o Quadro 43, em 2008, a balança comercial de Lages apresentou um saldo positivo de US\$ 84.466.797. No período de 2004 a 2008, suas exportações apresentaram um crescimento de 19,1% e as importações 225,5%

|   |        |        |       |        |
|---|--------|--------|-------|--------|
| financeira  |        |        |       |        |
| Indústrias extrativas                               | 56     | 44     | 15    | 0,2%   |
| Administração pública, defesa e seguridade social   | 2.707  | 2.707  | 9     | 0,1%   |
| Produção e distribuição de eletricidade, gás e água | 322    | 320    | 6     | 0,1%   |
| Pesca   | -      | -      | 1     | 0,0%   |
| Total   | 38.976 | 30.285 | 7.312 | 100,0% |

Fonte: IBGE – Cadastro Geral de Empresas (2005)

O ramo *Indústria da Madeira e do Mobiliário* é o que apresenta os dados mais relevantes, de interesse para a análise, seguido pela *Indústria do Papel e do Papelão, Editorial e Gráfica*. Em Lages, àquele tradicional setor alcançou  $QL = 2,64$ ; Curitiba  $QL = 3,92$ ; Otacílio Costa  $QL = 2,92$ ; Correia Pinto  $QL = 2,21$  e São Joaquim  $QL = 1,71$ . Os resultados obtidos demonstram que tal setor é mais representativo nos municípios em questão do que no Estado, fato este conhecido historicamente.

A partir da metodologia proposta por Almeida e Ribeiro (1991, p. 10-1) e adaptada por Breitbach (2005) para caracterizar as regiões industriais do país conforme especialização/diversificação, classifica-se os núcleos regionais em cinco grupos, a saber: *centros fortemente monoindustriais* (um gênero detém 75% ou mais); *centros monoindustriais* (um único gênero detém entre 50 e 75% ou um só gênero detém entre 45 e 50%, desde que não haja outro com mais de 10%); *centros bipolares* (dois gêneros superiores a 10% e um deles ultrapassa 25%); *centros com tendência à diversificação* (três gêneros superiores a 10% cuja soma deve ser 60% ou mais); *centros diversificados* (três gêneros superiores a 10% cuja soma não ultrapassa 60%).

Partindo desta análise, qualifica-se Lages como *centro bipolar*, no qual as indústrias de madeira e mobiliário, alimentícia e de papel e papelão, são responsáveis por 38%, 22% e 15%



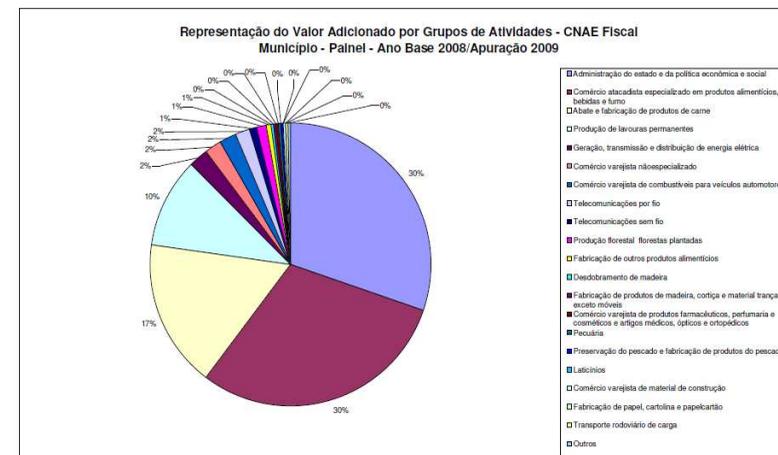


com índices *médios* e a grande parte dos outros municípios com índices *baixos*.

Na economia, quando se quer saber se uma determinada cidade ou região está ou não com tendência para o crescimento, um dos parâmetros utilizados é o nível de atividade verificado na construção civil. Segundo dados do Anuário Lages 2010/2011, a indústria de construção civil de Lages é um importante setor da economia local. Existem 42 empresas, que empregam 1.500 funcionários diretos, sendo que a cadeia produtiva emprega mais de 3.000 funcionários diretos e tem uma movimentação econômica mensal que supera R\$ 10.000.000,00. Em 2008, o crescimento do setor foi de 10%, com expectativa de 4,5% a 5,5% para o ano de 2009, valores que se refletem na quantidade de ART's expedidas pelo CREA, que em 1995 foi de 390 saltando para 816 em 2009. Em 2008 estavam previstas 300 novas construções, número que aumentou para 2.000 em 2010.

O cenário nos outros municípios não é diferente. Em Painei, tramita pelas instâncias municipais uma lei de incentivo a instalação de indústrias, que, sem a prévia aprovação, já surte efeito: 1(uma) indústria calçadista, 1(uma) de cavaco de madeira, 1(uma) de substrato e 1(uma) de câmara fria para armazenamento de maçã, se mostraram interessadas (CORREIO LAGEANO, 2009, p. 23), além das atividades voltadas a apicultura, vimeicultura e a piscicultura de clima frio, com a criação de trutas e a instalação da Estação Nacional de Truticultura, em parceria com a Epagri, atuando nos setores de pesquisas, criação, assistência técnica e subsídios aos produtores. O município, com uma população de 2.353 habitantes, com 59,8% da população em áreas rurais (IBGE, 2010), também se destaca, de acordo com Estudo do Cenário Regional elaborado pela AMURES (2009) (Gráfico 05), em atividades da administração do estado e da política econômica e social, comércio atacadista de produtos alimentícios, bebidas e fumo, abate e fabricação de produtos de carne, com 30,3%, 29,9% e 16,9%, respectivamente. O setor de base florestal é pouco explorado no município, com somente 1,5% na economia local.

**Gráfico 05 – Município de Painei**



**Fonte:** AMURES (2009)

Em Anita Garibaldi (8.627 habitantes), o destaque fica por conta dos royalties provindos da geração de energia. A instalação e o pleno funcionamento da Usina Hidrelétrica Barra Grande representa, no montante total das atividades econômicas municipais, aproximadamente 6% (AMURES, 2009). Outras atividades que merecem menção são a administração do estado e política econômica e social (18%), comércio varejista (12%), abate e fabricação de produtos de carne (9%) e de atividades voltadas ao setor primário, como a fruticultura (uvas, kiwi, pêssago), silvicultura e agricultura (produção de grãos – trigo e soja), bem como o cultivo de hortifrutigranjeiros orgânicos.

\_\_\_\_\_. História da dualidade brasileira. In: **Revista de Economia Política**, vol 1, nº 04, 1981. p. 5-34.

RIBAS JÚNIOR. **Retratos de Santa Catarina** 6 ed. – Florianópolis : Editora Retratos, 2005. 212p.

ROCHA, Isa de Oliveira. **O dinamismo industrial e exportador de Santa Catarina**. São Paulo, 2004. 437p. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2004.

SANTA CATARINA. **Relatório Econômico**. Disponível em [www.sc.gov.br](http://www.sc.gov.br). Acesso em 25 de Janeiro de 2008.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método**. São Paulo: Antipode, 1977.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **Urbanização Brasileira**. 5ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2005. 176p.

SANTOS, S.C. **Índios e Brancos no Sul do Brasil: A dramática experiência dos Xokleng**. Ed. Edene. 321p. 1973.

SILVA, Elizabeth Farias. **O fracasso da oposição no poder – Lages: 1972-1982**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994. 134p.

SILVA, Marcos Aurélio da. Transição capitalista, industrialização e desenvolvimento urbano e regional: notas sobre o Sul do Brasil. In: **Anais do X Simpósio Brasileiro de Geografia Urbana**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007. 21p.

SILVEIRA, Cláudio R. **História da Indústria da Madeira: serra catarinense – 1940-2005**. Lages: Ed. do autor, 2005. 452p.

SILVEIRA, Márcio Rogério. A importância geoeconômica das estradas de ferro no Brasil. Presidente Prudente, 2003. 454f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Pós-Graduação em Geografia. 2003.

TABELA

## TABELA

PELUSO JÚNIOR, V. A. **O Relevo do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: NG/DEGC, 1952.

\_\_\_\_\_. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991a. 400p.

\_\_\_\_\_. **Aspectos Geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC, Editora da UFSC, 1991b. 288p.

PEREIRA, José Carlos. **Formação industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Editora Hucitec/Secretaria de Estado da Cultura, 1984.

PEREIRA, Raquel M. F. Amaral. Gênese e evolução da formação social catarinense. In: **Geografia da Região Sul: sociedade e natureza** (Coord. Armen Mamigonian), 2000.

\_\_\_\_\_. VIEIRA, M. G. E. de D. **Geografia e marxismo: o caso da formação sócio-espacial do Brasil Meridional (notas)**. In: *Anais do XI Encontro de geógrafos da América Latina*. Bogotá: 2007.

\_\_\_\_\_. **Latifúndio Pastoril e Pequena Produção Mercantil: o Caso do Brasil Subtropical**. Revista Geografia Econômica - Anais de Geografia Econômica e Social. n. 3. Departamento de Geociências. Florianópolis: UFSC, jul. 2009.

RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, 2006, CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, 2007, CD-ROM.

RANGEL, Ignácio. Feudalismo e Propriedade Fundiária. In: **D'INCAO, Maria Ângela (org.). História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, Editora UNESP, Editora Brasiliense, 1989. p. 209-226.

\_\_\_\_\_. Dualidade básica da economia brasileira (1957). In: **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 285-353.

MATTOS, René; JUVENAL, Thais. O setor florestal no Brasil e a importância do reflorestamento. In: **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, nº 16, setembro 2002. p. 3-30.

MATTOS, René; VALENÇA, Antonio. A reestruturação do setor de papel e celulose. In: **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, nº 10, set. 1999. p. 253-268.

MONTEIRO, John M. A dimensão histórica do latifúndio. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). **História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, Editora UNESP, Editora Brasiliense, 1989. p. 153-161.

MONTEIRO *et. al.* O Brasil Meridional. In: IBGE. **Panorama regional do Brasil**. Rio de Janeiro, 1967.

MORAES, Arlete. **Processo de industrialização no município de Salete-SC: a Família Rohden**. Florianópolis, 2003. 195f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2003.

MULLER, Geraldo. O Rural e o Industrial na transição agrária brasileira. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). **História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, Editora UNESP, Editora Brasiliense, 1989. p. 179-195.

MUNARIM, Antonio. **A práxis dos movimentos sociais na região de Lages**. 1990. 307f. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

OLIVEIRA, S. F. **Alvorecer das Serras Serranas - História e Genealogia**. Edições EST. Porto Alegre. 1996. 330p.

PAZ, Marcelo Fossa, *et al.* O renascimento do kiwi em Santa Catarina. In: **XVI Simpósio Nacional de Bioprocessos**. Curitiba, 2007. 6p.

PEIXER, Zilma Isabel. **A cidade e os seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages**. Lages: Editora UNIPLAC, 2002. 296p.

TABELA

## TABELA

LOPES, Carlos R. **Análise da Indústria de Papel e Celulose no Brasil**. Dissertação de Mestrado, COPPEAD, 1998. p. 1-16.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo**. Petrópolis: Vozes, CEBRAP, 1981. 125p.

LORENZONI, Simone P. *et al.* **A indústria de papel e celulose no planalto leste catarinense**. Florianópolis: UDESC, Relatório final de pesquisa (PROBIC/CNPq), 1998.

LOSSO, Flavia Baratieri. **A produção de vinhos finos de altitude na região vitivinícola de São Joaquim (SC): uma alternativa para o Turismo?**. Itajaí, 2010. 206p. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Itajaí, 2010.

MAMIGONIAN, Armen. Vida Regional em Santa Catarina. In: **Revista Orientação**, São Paulo: Universidade de São Paulo, nº 02, 1964.

\_\_\_\_\_. Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, nº 03, ano XXVII, julho/setembro 1965. p. 389-481.

\_\_\_\_\_. A geografia e “A formação social como teoria e como método”. In: Souza, Maria Adélia A. de (org.). **O Mundo do Cidadão – Um Cidadão do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1966.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a geografia urbana brasileira. In: SANTOS, M. (org.), **Novos rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

\_\_\_\_\_. GAPLAN. Indústria. **Atlas de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.

\_\_\_\_\_. **Indústria de Santa Catarina**. Florianópolis, 1999. 27p.

MARTENDAL, José Ari. **Processos produtivos e trabalho**. Rio de Janeiro: FGV, 1980 (Dissertação de Mestrado).

HOFF, Débora Nayar (org.). **Modelos de organização industrial:** clusters e distritos industriais. Lages: Editora UNIPLAC, 2002. 144p.

HOFF, Débora Nayar; SIMIONI, Flávio José. **O setor de base florestal na serra catarinense.** Lages: Editora Uniplac, 2004. 268p.

IBGE. **Censo Agropecuário 1995/96.** Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE/SIDRA. **Mapa Região Serrana Santa Catarina.** Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/lisopcmapa.asp?z=teo=4>>. Acesso em 18 Jun 2008.

ICEPA. **Avaliação do valor bruto da produção agropecuária nas microrregiões geográficas de Santa Catarina: 2000-2001.** INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. Florianópolis, 2002. 32p.

INSTITUTO CEPA. **Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural de Santa Catarina.** Florianópolis: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura, 2002. 49p.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **O Coronelismo:** uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1987.

JESUS, Samir Ribeiro de. **Formação do trabalhador catarinense: o caso do caboclo do planalto serrano,** 1991. 176f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas. 1991.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEÃO, Francisco Carlos. **Estrutura produtiva e organizacional do setor de papel e celulose no Estado de Santa Catarina.** 2001. 124f. Dissertação (Mestrado), Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

TABELA

## TABELA

EMERIQUE, Lucas Possedente. Florianópolis, 2008. 146f. **O desenvolvimento do setor madeireiro no Sul do Brasil**. Florianópolis, 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2008.

EPAGRI. **Projeto Microbacias 2 - Alto Rio dos Índios**. Florianópolis: Epagri, 2008.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Globo, 1997.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1970. 121p.

FERT NETO, João. **O Clientelismo nas Relações de Trabalho Capitalistas**. 1993. Dissertação, UFRGS, Porto Alegre, 1993.

FLORIANI, Guilherme dos Santos. **História Florestal e sócio-lógica do uso do solo na região dos Campos de Lages no século XX**. Lages, 2007. 233p. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado de Santa Catarina, 2007.

GAPLAN. **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis: Secretaria de Planejamento, Governo do Estado de Santa Catarina, 2008.

GEISER, Gustavo Caminoto. **O pólo madeireiro e suas implicações no desenvolvimento da região dos Campos de Lages/SC**. Florianópolis, 2006. 105p. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

GOULART, Yedda de C. Bräscher. **Vidal Ramos Junior: um lageano, uma paixão**. Florianópolis: Insular, 2004. 232p.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Desenvolvimento Regional em Santa Catarina: uma interpretação alternativa**. Florianópolis, 2002. 12p. [mimeo]

HADDAD, P. R. **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989. 694p.

CORREIO LAGEANO, Jornal. **CL Empreendedor**. Jornal Correio Lageano, Lages, 15 dez. 2006. Caderno Especial, 55 p.

CORREIO LAGEANO. Produtores investem na pãra-rocha. **Correio Lageano**, Lages, 19 set. 2008, p. 17-8.

CORREIO LAGEANO. Caderno Especial: indústria de bebidas supera a de papel. **Correio Lageano**, Lages, 25 jan. 2009. 25p.

CORRÊA, Domingos Sávio. **O movimento de fusões e aquisições de empresas e o processo de privatização e desnacionalização na década de 1990 - o caso brasileiro**. Dissertação de Mestrado: Universidade de São Paulo, 2005.

COSTA, Licurgo. **O continente das lagens: sua história e influencia no sertão da terra firme**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. 4v.

\_\_\_\_\_. **ACIL e seu compromisso com o desenvolvimento da Serra Catarinense**. Lages: Editora e Gráfica Pérola, 2001. 349p.

CUNHA, Idaulo José. **O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil**. Florianópolis: Paralelo 27, 1992. 296p.

DADOS SETORIAIS MUNICIPAIS. **Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina**. Disponível em [www.spg.sc.gov.br](http://www.spg.sc.gov.br). Acesso em 27 de Julho de 2010.

DERENGOSKI, Paulo Ramos. **Guerra do Contestado**. Florianópolis: Insular, 2000.

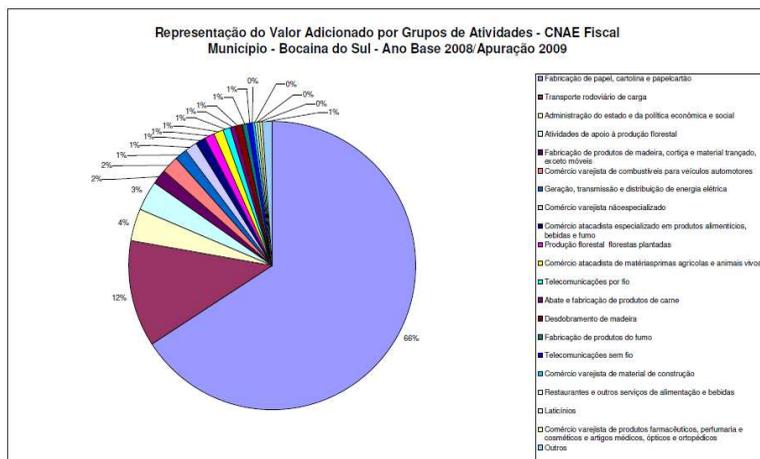
DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Brasil: um novo empresariado? Balanço de tendências recentes. In: DINIZ, Eli (org.). **Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90**. Florianópolis: UFSC, 1993. 153p.

EHLKE, Cyro. **A conquista do planalto catarinense: bandeirantes e tropeiros do Sertão de Curitiba**. Florianópolis: Laudes, 1973.

TABELA

Já no município de Bocaina do Sul, a Piscicultura<sup>48</sup> (Vale das Trutas – Família Bunn) responde pelo crescimento, em comparação com o biênio 2005-2006, de 110% (CORREIO LAGEANO, 2009, p. 17). A fabricação de papel, cartolina, papel-cartão e produção florestal atingem o valor de 66% (AMURES, 2009), ocupando basicamente toda atividade econômica local. No setor primário, além da silvicultura, destaca-se a produção de grãos, batata e o cultivo de vime, da mesma forma a fruticultura (maçã). Cabe também mencionar a recente instalação da Ecoplasth Indústria e Comércio de Recicláveis, empresa fabricante de telhas a partir de materiais recicláveis.

**Gráfico 09 – Bocaina do Sul**



Fonte: Amures (2009)

<sup>48</sup> A Truta foi introduzida na Serra Catarinense em meados da década de 70, através da iniciativa do casal Terezinha e Dirceu Carneiro (ex-prefeito de Lages). Atualmente, os catarinenses, estão entre os principais produtores nacionais (São Paulo e Minas Gerais). Ao todo são 42 piscicultores no estado que, juntos, produzem 200 toneladas/ano, cerca de 10% da produção brasileira.

BASTOS, José Messias. **O comércio de múltiplas filiais no Sul do Brasil**. São Paulo, 2002. 186f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 2002.

BASTOS, Maycon Neykiel. **Evolução histórico-comercial de Lages/SC e as múltiplas vizinhanças: o caso das lojas de eletrodomésticos**. 2006. 69f. TCC (Monografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BEBIDAS ALCÓOLICAS e alimentos superam madeira na economia da região. **Revista Expressiva**, ano 7, nº 82, fev. 2009.

BONFATTI, Benito. **Cidade de Lages/SC: transformações e segregações espaciais**. 2007. 94f. TCC (Monografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

BRDE. **Programa de Suprimento Florestal para a cadeia produtiva da Madeira**. Florianópolis: BRDE, 2004. 35p.

BREITBACH, Áurea C. Entre especialização e diversificação industrial: por um desenvolvimento regional durável. In: **Perspectiva Econômica on-line**, 1(2): 1-30, Jul/Dez 2005.

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina. **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina**: [estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)]. Florianópolis: CEAG/SC, 1980. 214p.

CHOLLEY, A. **Observações sobre alguns pontos de vista geográficos**. Boletim geográfico. Rio de Janeiro: CNG, mar./abr. 1964.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 1986. 93p.

\_\_\_\_\_. **Trajatórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 304p.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIL. **Lages em Números: uma coletânea dos principais indicadores nos últimos anos.** Lages: ACIL, 2010. 94p.

AGOSTINI, Estelamaris. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Centro de Filosofia e Ciências Humanas. **Da araucária ao pinus: uma análise geográfica do Planalto de Lages.** Florianópolis, 2001. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

ALMEIDA, R. S.; RIBEIRO, Mac. Análise da organização espacial da indústria brasileira através de uma tipologia de centros industriais. In: **Atlas Nacional do Brasil.** Cadernos de Geociências (especial), Diretoria de Geociências, Rio de Janeiro: IBGE, 1991. p. 69-81.

ALVES, Márcio Moreira. **A força do povo: democracia participativa em Lages.** São Paulo: Brasiliense, 1980. 151p.

ANDRADE, Edinara Terezinha de. **A Força do Povo: do clientelismo didático ao clientelismo de massas.** Blumenau: Letra Viva, 1996.

AMAP. **Dados preliminares sobre a safra de maçã 2006/2007.** Disponível em <[www.amap-sc.com.br](http://www.amap-sc.com.br)>. Acesso em 15 ago 2007.

AMURES. **Representação do Valor Adicionado por Grupo de Atividades/CNAE.** Lages: Amures, ano base 2007, 2009.

ANUÁRIO 2010-2011. **Lages em Desenvolvimento.** Lages: Correio Lageano, 2010. 112p.

ARRUDA, Indalécio. **Revivendo o Passado.** Rio de Janeiro. 1960. 101p.

AURAS, Marli. **O Poder oligárquico catarinense: da Guerra dos “Fanáticos” do Contestado à “Opção Pelos Pequenos”.** 238fls. Tese (Doutorado) Departamento de Filosofia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. São Paulo. 1997

Favorecida por um clima favorável, a Fruticultura<sup>49</sup> pode ser considerada como um dos setores que apresentam o maior crescimento em comparação a outros ramos. A produção de maçã em Santa Catarina corresponde por 59,4% da produção nacional, com destaque aos municípios de Fraiburgo e São Joaquim. Este, responsável por aproximadamente 17% da produção estadual, o equivalente a 1.150 produtores com uma produção de 264 mil toneladas (AMAP, 2008), dados que se somam a presença de 29 estabelecimentos de pêssegos e 27 de uva (apesar do pouco tempo de produção, menos de uma década, a vitivinicultura encontra-se presente com os seguintes estabelecimentos: Sanjo, Quinta da Neve<sup>50</sup>, Quinta Santa Maria, Vinícola Pericó, Villa Francioni, Dal Pizzol, Vinícola Suzin) (LOSSO, 2010). Concomitantemente ao cultivo de maçã, a produção de pêra (variedade rocha<sup>51</sup>) começa a ganhar vulto: em uma área de 80 hectares são esperados de 35 a 40 toneladas/hectares, com safra prevista de 500 toneladas/ano (CORREIO LAGEANO, 2008, p. 17-8). Desde meados de 2008, a atividade sofre com uma crise pontual (valor pago a produção de pequenos produtores) e conjuntural (dívida junto ao Ministério da Agricultura).

Além do destaque no setor primário, o comércio atacadista de produtos alimentícios, bebidas e fumo (34%), produção de lavouras

---

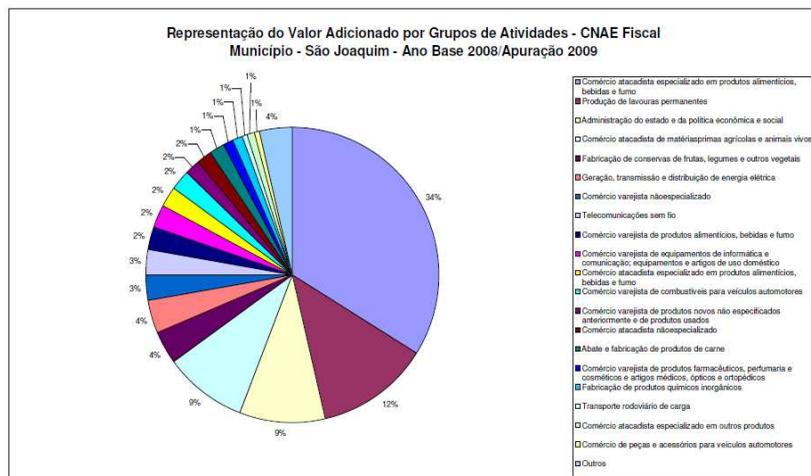
<sup>49</sup> A atividade toma corpo com o PROFIT (Programa de Fruticultura de Clima Temperado), implantado pelo Governo Estadual no início da década de 70, em parceria com a então Acaresc (atual Epagri). Munarim (1990, p. 116; 143), relata que na “década de 70, período de expansão econômica, que certas atividades foram incorporadas a economia local. A cultura de hortifrutigranjeiros, o alho em Curitiba, a batata-semente em São Joaquim, Bom Retiro e Campo Belo do Sul, a maçã em São Joaquim, olerícolas em Uribici. As atividades produtivas – papel/papelão, indústria agro-alimentar e hortifrutigranjeiros – tem em comum uma marca ligada ao seu tempo, isto é, surgem num plano imediato, a partir da intervenção do Estado na economia, via incentivos fiscais e creditícios, numa estratégia global de crescimento econômico, através da concentração de renda. Em meias palavras, houve uma substituição de importação da fruticultura temperada.

<sup>50</sup> Sociedade anônima composta pelos sócios Nelson Essemburg, Francisco Assis de Brito, Robson Abdalla, Acari Amorin e o português Anselmo Mendes (produtor e enólogo). Com a saída de Francisco Brito, Adolar Hermann, dono da importadora de vinhos Decanter – Blumenau, assume o posto. Em 1999, adquirem 80 hectares na localidade de Lomba Seca (São Joaquim).

<sup>51</sup> Empreendedor português da cidade de Lisboa, Fernando Castro, foi o precursor da cultura e fundador da Vista Alegre Agro Comercial. Os pomares se distribuem nas localidades de Pericó, São João do Pelotas e Chapada Bonita, totalizando 180 hectares, sendo: 80 (cultivo de pêra-rocha), 80 (ameixa) e 20 (maçã). Foram investidos, até o presente momento, R\$ 15 milhões em infra-estruturas produtivas e no *pack-house*. A entrada na produção de novos pomares tornará o município de São Joaquim no maior produtor nacional de pêra-rocha (CORREIO LAGEANO, 2008).

permanentes (12%), administração do estado e política econômica e social e comércio atacadista de matéria-prima agrícola e animais vivos (9%), fazem parte do conjunto da economia.

**Gráfico 10 – Município de São Joaquim**



**Fonte:** Amures (2009)

Em Bom Retiro, a agricultura/fruticultura (lavouras permanentes – 36%) e silvicultura (desdobramento de madeira e fabricação de papel-cartão – 6%) conferem importância. A primeira é representada pela batata-semente, maçã e morango orgânico (produção de 36 mil toneladas em 2008), enquanto a segunda no plantio de Pinus. Outras atividades que se destacam são administração do estado e política econômica e social (9%), pecuária (7%) e o comércio atacadista de produtos alimentícios, bebidas e carne (5%). Além do cultivo da maçã (foi o município apresentou o maior dinamismo, representado pelo número de contratações - empresa Pomesul, origem germânica), vinícolas de São Joaquim (Villa Francioni e Quinta Santa Maria) mantém c

ultivos e plantações de tipos especiais de uvas, favorecidas pela altitude e o clima.

Tal é o cenário de diversificação produtiva do município, que em recente estudo publicado em um importante meio de comunicação e com circulação nacional, Lages foi considerada a 12ª cidade brasileira com melhor potencial de crescimento da indústria.

Dentro de toda esta análise, cabe uma comparação do atual estágio de desenvolvimento do município para com outros pólos regionais do Estado, como Blumenau e Joinville, por exemplo. A primeira, de imigração germânica, desenvolveu-se com base nas indústrias alimentícias, metal-mecânicas e têxteis, enquanto a segunda, de origem teuto-germânica, com indústrias metal-mecânicas, plásticas e de material transformação.

A análise de todos esses dados permite chegar a algumas conclusões: 1) a possível consolidação de um pólo metal-mecânico e alimentício regional, principalmente com a confirmação da instalação da ZF, a qual influenciará diretamente na atração de atividades complementares, como a criação do PISC e do Parque Órion (incubadora tecnológica); 2) probabilidades de altas taxas de crescimento a médio e longo prazo, fruto desta diversificação produtiva e da possibilidade de instalação dessas empresas; 3) polarização das atividades econômico-industriais em outros municípios, como São Joaquim, dividindo com Lages a função de cidades-pólo e 4) grande parte destes investimentos são de origem de capitais provenientes da pequena produção mercantil.

Assim, para Corrêa (1986, p. 55), “a organização espacial, ou seja, o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra, é um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução)”, sendo “resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo (...) refletindo o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção em questão (Ibid, p. 60; 67)”.







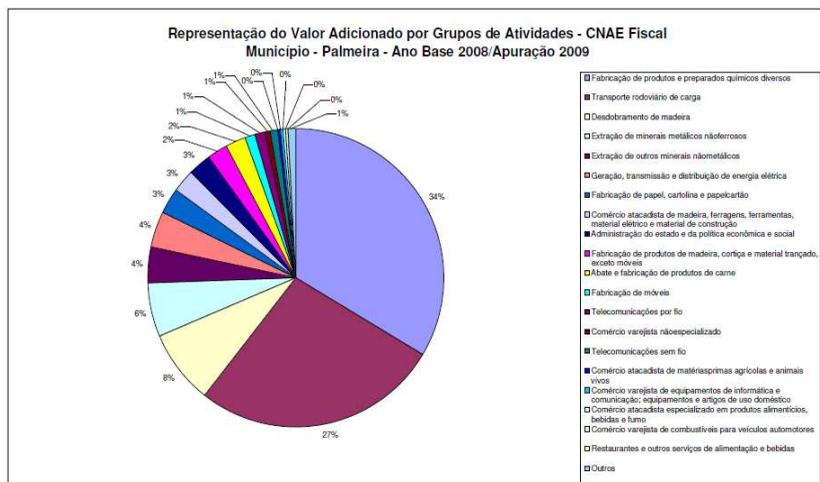




Em Palmeira, diferente dos outros municípios da Região Serrana, a atividade que predomina é o setor de fabricação de produtos e preparados químicos diversos, com 34%; transporte rodoviário de carga, pela proximidade a Otacílio Costa, ocupa 27%, seguido do desdobramento de madeira com 8% e extração de minerais não-metálicos, com 6%. Os números da indústria química se devem a presença da Avanex, indústria de capital – Grupo Parizotto, que atua no beneficiamento de sulfato de alumínio.

Próximo a Lages, em Capão Alto, novamente a atividade de produção florestal e de florestas plantadas assumem a ponta, com 27%. Administração do estado e política econômica e social vem logo em seguida, com 24%, seguidos do desdobramento de madeira (12%), abate e fabricação de produtos de carne (10%) e comércio atacadista de matérias-primas agrícolas e animais vivos (8%). Na agricultura menção a produção de grãos e frutas.

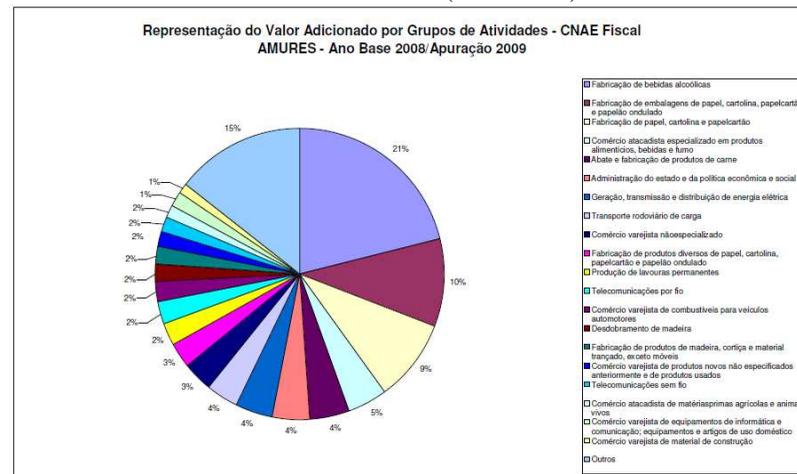
**Gráfico 17 – Município de Palmeira**



Fonte: Amures (2009)

Em Rio Rufino destaque para a administração do estado e política econômica e social com 25%, comércio atacadista de matéria-prima agrícola e animais vivos (23%), fabricação de produtos de fumo (12%), laticínios e comércio varejista, ambos com 7%. É importante

**Gráfico 22 – Porcentagem das principais atividades na Região Serrana de Santa Catarina (AMURES)**



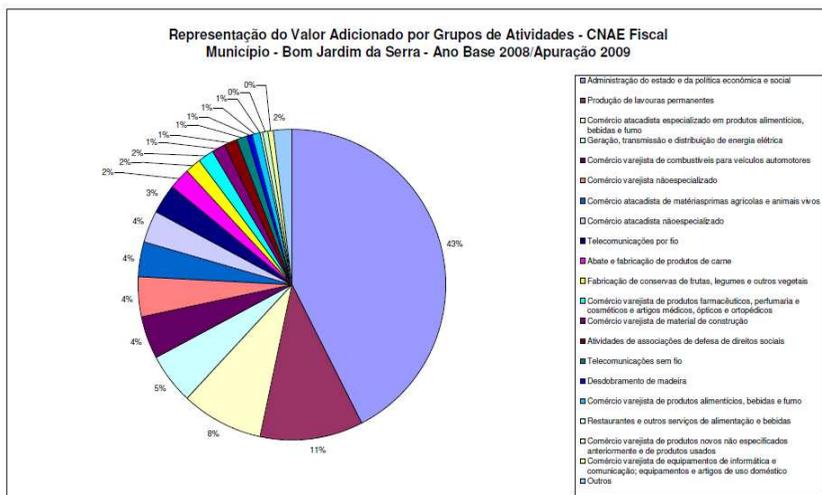
Fonte: Amures (2009)

A área pastoril catarinense sofreu mudanças fundiárias e econômicas significativas com a entrada de elementos da **pequena produção mercantil**. A partir da independência do Brasil, em 1822, dá-se mais ênfase à colonização das províncias mais meridionais, nas quais o governo brasileiro passa a incentivar a instalação de pequenos proprietários livres. O incentivo é dado para que sejam ocupadas as terras de mata com o auxílio das respectivas famílias dos colonos, sem interesse no trabalho escravo e nem na criação de gado (WAIBEL, 1979).

De acordo com Peluso Júnior (1991b, p. 55), “a segunda fase da colonização do planalto lhe trouxe o desenvolvimento agrícola, limitado ainda às zonas cujas comunicações permitem o comércio. As populações originadas das fazendas pastoris vivem lado a lado das que provêm das colônias”. Essa população de colônias se estabelece em lugares onde os caminhos de tropa entram e saíam da selva (WAIBEL, 1979).

É justamente nessas áreas que verifica-se: campos de reflorestamentos nas extensas glebas das fazendas de gado, iniciadas nos anos 60 (visando substituir a escassez da madeira de Araucária, devastada pelo desmatamento para suprir a recém-instalada indústria de papel e celulose) (ROCHA, 2004); lavouras em Curitibaanos (alho-japoneses) e Campos Novos (milho, soja), a

**Gráfico 21 – Município de Bom Jardim da Serra**

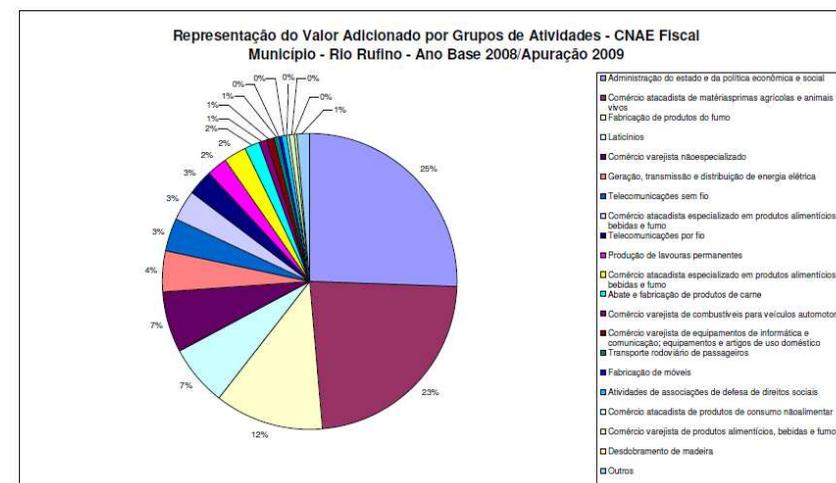


Fonte: Amures (2009)

É fácil perceber que a Região Serrana encontra-se em franco crescimento, revertendo àquela imagem e concepção de atrasada e estagnacionista. Mas, todas as condições relatadas neste capítulo (baixo custo da mão-de-obra), do quadro natural (clima mais frio e relevo relativamente aplainado) e latifundiário (grandes extensões de terras), têm contribuído igualmente para a instalação de novos empreendimentos.

lembrar da cadeia produtiva do Vime, com espécies de qualidade e consideradas com a melhor produtividade do país. A prefeitura municipal tem desempenhado um importante papel no apoio a pequenos produtores para a manutenção da produção, a exemplo da Escola Técnica do Vime, onde famílias se especializam em técnicas e meios de agregarem valor com o produto.

**Gráfico 18 – Município de Rio Rufino**



Fonte: Amures (2009)

Em Urupema, vizinho a Rio Rufino, o vime encontra condições climáticas e edáficas favoráveis. Administração do estado e política econômica e social (24%), comércio atacadista de produtos alimentícios, de bebidas e fumo (18%), produtos de lavouras permanentes (13%), abate e fabricação de produtos de carne (8%) e fabricação de conservas de frutas e legumes e comércio atacadista de matéria-prima agrícola e animais vivos com 6%. Juntamente com Urubici, se destacam na produção orgânica de folhosas.



**LEI Nº 3017, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2003**  
(REVOGADA PELA LC Nº 3105, DE 20/10/2004)

**ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2330 DE 03.09.1997  
QUE DISPÕE SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DE  
INCENTIVOS ECONÔMICOS E ISENÇÕES FISCAIS.**

Faço saber a todos os habitantes do Município de Lages, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

**LEI:**

Art. 1º - O parágrafo 2º do artigo 3º, da Lei n.º 2330/97, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º...

§ 2.º - Redução da alíquota do ISQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, em até 60 % (sessenta por cento), para empresas prestadoras de serviços que provoquem um incremento na receita municipal específica, em pelo menos 1% (um por cento)".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Lages, 19 de novembro de 2003.

**João Raimundo Colombo**  
*Prefeito*

SIMIONI, Flávio José; SANTOS, Anadalvo Juazeiro. Aspectos da política florestal de Santa Catarina. In: **Brasil Florestal, nº 79, abril de 2004**. Brasília: IBAMA, 2004. p. 25-32.

SILVA, Carla Roseni. **Paralelo de desenvolvimento microrregional:** microrregiões de Campos de Lages, de Joinville e de Tubarão. 132p. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócioeconômico. Florianópolis, 2007.

THOMÉ, Nilson. **Ciclo da Madeira:** história da devastação da Floresta de Araucária e do desenvolvimento da Indústria da Madeira em Caçador e na região do Contestado no século XX. Caçador: Editora Universal, 1995.

VEIGA, José Eli da. **Variações espaciais de empreendedorismo no Brasil Rural**. São Paulo, 2002.

VIEIRA, Maria Graciana E. D. **Formação social brasileira e geográfica: reflexões sobre um debate interrompido**. Florianópolis, 1992. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a formação sócio-espacial do Planalto Catarinense. In: **Geografia da Região Sul:** sociedade e natureza (Coord. Armen Mamigonian), 2000.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 328p.

## ANEXOS

**LEI Nº 2861, 18 DE JUNHO DE 2002**  
(REVOGADA PELA LC Nº 3105, DE 20/10/2004)

**ACRESCENTA PARÁGRAFOS NO ARTIGO 14 DA**  
**LEI Nº 2330/97 DE 03.09.1997.**

Faço saber a todos os habitantes do Município de Lages, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

**LEI:**

Art. 1º - Ficam acrescidos os parágrafos 1º e 2º ao artigo 14 da Lei nº 2330 de 03.09.1997, conforme segue:

“Art. 14...

§ 1º - Não se enquadram no caput deste artigo, as empresas que antes dos 05 (cinco) anos do início das suas atividades, tenham executado mais de 60% do seu projeto de instalação e construção, com geração de emprego.

§ 2º - Configurada a hipótese do parágrafo anterior, as empresas beneficiadas, para fins de obtenção de recursos financeiros, destinados as suas atividades, sem prejuízo das condições estabelecidas na doação, ficam autorizadas a oferecer o imóvel em garantia real hipotecária”.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Lages, 18 de junho de 2002.

**João Raimundo Colombo**  
*Prefeito*

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação.  
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Lages, 29 de outubro de 1998.

**Decio da Fonseca Ribeiro**  
*Prefeito*

**ANEXO A**

## ÍNDICE

### LIVRO III

#### LEGISLAÇÃO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS E ISENÇÕES FISCAIS

|                           |  |     |
|---------------------------|--|-----|
| LEI Nº 2330, 03.09.1997   | DISPÕE SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DE INCENTIVOS ECONÔMICOS E ISENÇÕES FISCAIS PARA EMPRESA INDUSTRAIS, COMERCIAIS E PRESTADORAS DE SERVIÇOS QUE SE ESTABELECEM OU, SE ESTABELECIDAS, QUE AMPLIAREM SUA CAPACIDADE PRODUTIVA OU TRANSFERIREM SUAS INSTALAÇÕES PARA O MUNICÍPIO DE LAGES.<br>1 – REVOGA – Lei nº 1595/1990, Lei nº 1609/1990 e Lei nº 1801/1992 ..... | 133 |
| LEI Nº 3105, 20/10/2004   | ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2330, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997.<br>1 - REVOGA: Lei nº 2384/1997, Lei nº 2861/2002 e Lei nº 3017/2003. ....  | 144 |
| LC Nº 171, 11.09.2002     | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR O PROGRAMA DE INCENTIVOS AOS MICROS E PEQUENOS NEGÓCIOS E REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 98/1998 .....  | 148 |
| LC Nº 288, 26.10.2006     | ALTERA DISPOSITIVO DA LC Nº 171, DE 11 DE SETEMBRO DE 2002, QUE TRATA DO PROGRAMA DE INCENTIVOS AS MICRO E PEQUENOS NEGÓCIOS<br>1 – ALTERA: Alínea “I” do Artigo 11 da Lc nº 171/2002, que Trata do Item de Exclução de Isenções Fiscais. ....   | 151 |
| LEI Nº 2384, 23.12.1997   | (REVOGADA PELA LC Nº 3105/2004);<br>ALTERA O INCISO III E O § 1º DO ARTIGO 20 DA LEI Nº 2330, DE 03 DE SETEMBRO DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DE INCENTIVOS ECONÔMICOS E ISENÇÕES FISCAIS .....  | 152 |
| L E I Nº 2453, 29.10.1998 | (REVOGADA PELA LC Nº 3105/2004)<br>ACRESCENTA PARÁGRAFOS NOS ARTIGOS 3º E 9º DA LEI Nº 2330, DE 03 DE SETEMBRO DE 1997 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS .....  | 153 |
| LEI Nº 2861, 18.06.2002   | (REVOGADA PELA LC Nº 3105/2004)<br>ACRESCENTA PARÁGRAFOS NO ARTIGO 14 DA LEI Nº 2330, DE 03 DE SETEMBRO DE 1997. ....  | 155 |
| LEI Nº 3017, 19.11.2003   | (REVOGADA PELA LC Nº 3105/2004)<br>ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2330, DE 03 DE SETEMBRO DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DE INCENTIVOS ECONÔMICOS E ISENÇÕES FISCAIS .....   | 156 |

#### L E I Nº 2453, DE 29 DE OUTUBRO DE 1998 (REVOGADA PELA LC Nº 3105, DE 20/10/2004)

#### ACRESCENTA PARÁGRAFOS NOS ARTIGOS 3º E 9º DA LEI Nº 2330 DE 03.09.97 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Decio da Fonseca Ribeiro, Prefeito do Município de Lages, comunico a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

#### LEI :

Art. 1º - Inserir os parágrafos 4º, 5º, 6º, 7º e 8º. ao Art. 3º da Lei nº 2330/1997:

“Art. 3º...

§ 4º - O período de isenção previsto no inciso II desta lei poderá ser acrescido de 01 (hum) ano, para cada acréscimo de capital investido equivalente a 40.000 (quarenta mil) UFIRs (Unidades Fiscais de Referência) vigentes na época em que ocorrer o investimento, contados a partir do valor estabelecido no Parágrafo 1º do Art. 9º desta Lei, até o limite de 8 (oito) anos.

§ 5º - A Prefeitura do Município poderá devolver a título de incentivo econômico, até 1,5% (hum vírgula cinco por cento) ao ano, do Valor Adicionado gerado pela empresa industrial durante sua atividade produtiva, para empresas industriais cujo investimento novo provoque um incremento ao valor adicionado do Município de no mínimo 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento).

§ 6º - Os valores a serem devolvidos para a empresa serão calculados anualmente, tomando como base o valor adicionado declarado no exercício anterior.

§ 7º - Os valores a serem devolvidos serão parcelados em até 12 (doze) vezes, e devolvidos a partir do segundo ano de atividade da empresa.

§ 8º - Os valores definidos anualmente serão repassados diretamente à empresa beneficiada através de retenção de parcela do retorno do ICMs”.

Art. 2º - Inserir o parágrafo 3º no Art. 9º da Lei 2330 de 03.09.97, conforme segue:

“Art. 9º...

§ 3º - O limite de benefício a que se refere o inciso III do “caput”, deste artigo, poderá ser acrescido em até 100% (cem por cento) quando se tratar de empresas industriais que provoquem um incremento de no mínimo 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) no valor adicionado do município”.

**LEI Nº 2384, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997**  
(REVOGADA PELA LC Nº 3105, DE 20/10/2004)

**ALTERA O INCISO III E O § 1º DO ARTIGO 20 DA LEI Nº 2330 DE 03.09.97, QUE DISPÕE SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DE INCENTIVOS E ISENÇÕES FISCAIS.**

Decio da Fonseca Ribeiro, Prefeito do Município de Lages, comunico a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

**LEI:**

Art. 1º - O inciso III e o § 1º do Art. 20 da Lei nº 2330 de 03.09.97, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20 -...

I ...

II ...

III Um representante do Sindicato dos Contabilistas de Lages;

IV ...

V ...

VI ...

§ 1º - O representante do Sindicato dos Contabilistas de Lages, será sempre o seu presidente e, na sua falta o seu substituto legal;

... ..

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Lages, 23 de dezembro de 1997.

**Decio da Fonseca Ribeiro**  
Prefeito

**LIVRO III**

**LEGISLAÇÃO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS E ISENÇÕES FISCAIS**

**LEI Nº 2330, DE 03 DE SETEMBRO DE 1997**

**DISPÕE SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DE INCENTIVOS ECONÔMICOS E ISENÇÕES FISCAIS PARA EMPRESAS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E PRESTADORAS DE SERVIÇOS QUE SE ESTABELECEM OU, SE ESTABELECIDAS, QUE AMPLIAREM SUA CAPACIDADE PRODUTIVA OU TRANSFERIREM SUAS INSTALAÇÕES PARA O MUNICÍPIO DE LAGES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Decio da Fonseca Ribeiro, Prefeito do Município de Lages, comunico a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

**LEI:**

**I - DOS BENEFICIÁRIOS**

Art. 1º - A Prefeitura do Município de Lages poderá conceder incentivos econômicos e Isenções Fiscais de impostos e taxas municipais para as empresas industriais, comerciais ou prestadoras de serviços que se estabelecerem no município de Lages.

Art. 2º - Os benefícios referidos no artigo anterior, podem ser extensivos às empresas industriais, comerciais ou prestadoras de serviços já existentes no Município, que aumentem sua capacidade produtiva. **(Artigo 2º, com redação dada pelo artigo 1º da Lei nº 3105, de 20 de outubro de 2004)**

§ 1º - Entende-se por empresa industrial, para fins desta lei, aquela ligada as atividades de transformação de bens. **(Parágrafo 1º, com redação dada pelo artigo 1º da Lei nº 3105, de 20 de outubro de 2004)**

§ 2º - Quando se tratar de empresas prestadoras de serviços ligadas ao setor turístico as Isenções Fiscais de impostos e taxas municipais poderão ser concedidas, a hotéis, pousadas, centro de convenções centros de lazer, campings, exceto motéis.

## II – DOS BENEFÍCIOS ECONÔMICOS E FISCAIS

Art. 3º - As Isenções Fiscais de impostos e taxas municipais a que se refere o artigo 1º, constituem em:

- I Isenções Fiscais de impostos e taxas municipais para as empresas industriais:
  - a Até 05 (cinco) anos para qualquer empresa industrial que se instalar no Município;
  - b Até 05 (cinco) anos para empresa já instalada no Município que aumentar sua capacidade produtiva;
  - c Até 07 (sete) anos para empresa industrial não poluente:
    - 1) sem similar que se instalar no Município;
    - 2) que se estabelecer em zona rural própria, com infra-estrutura;
    - 3) que se instalar em incubadoras ou condomínios.

### II Isenções Fiscais de impostos e taxas municipais para as empresas prestadoras de serviços:

- a Até 03 (três) anos para qualquer empresa prestadora de serviços que se instalar no Município;
- b Até 03 (três) anos para empresa prestadora de serviços que aumentar sua capacidade produtiva;

### III Isenções Fiscais de impostos e taxas municipais para as empresas comerciais:

- a Até 02 (dois) anos para qualquer empresa comercial que se instalar no Município, que gere pelo menos 20 (vinte) empregos diretos;
- b Até 03 (três) anos para qualquer empresa comercial que se instalar no Município, que gere pelo menos 40 (quarenta) empregos diretos;
- c Até 03 (três) anos para qualquer empresa comercial que se instalar em condomínios empresariais, que tenham pelo menos 15 (quinze) lojas e gere, no mínimo, 30 (trinta) empregos diretos;
- d Até 05 (cinco) anos para qualquer empresa comercial que se instalar em condomínios empresariais, que tenham pelo menos 30 (trinta) lojas e gere, no mínimo, 60 (sessenta) empregos diretos;

§ 1º - O período a que se refere o inciso I deste artigo, pode ser acrescido de 1 (um) ano para cada acréscimo no valor investido equivalente a 3.032 UFML (três mil e trinta e duas Unidades Fiscais do Município de Lages), vigentes na época em que ocorrer o investimento, contado a partir do valor fixado no inciso III, do parágrafo 1º do artigo 9º desta Lei, até o limite máximo de 15 (quinze) anos. (Artigo 3º e seus dispositivos, com redação dada pelo artigo 2º da Lei nº 3105, de 20 de outubro de 2004)

134

## LEI COMPLEMENTAR Nº 268, DE 26 DE OUTUBRO DE 2006

### ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 171 DE 11.09.2002 QUE TRATA DO PROGRAMA DE INCENTIVOS AOS MICROS E PEQUENOS NEGÓCIOS.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Lages, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sancionado a seguinte,

#### LEI:

Art. 1º - A alínea "f" do Artigo 11 da Lei Complementar nº 171 de 11 de setembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 -...

...

f) Casas Noturnas;

....."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Lages, 26 de outubro de 2006.

**RENATO NUNES DE OLIVEIRA**

*Prefeito*

151

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para obtenção de credenciamento pela Coordenação do Programa, que, uma vez homologada, encaminhará o requerimento a Secretaria de Finanças do Município para inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes.

Parágrafo único - Caberá a Secretaria de Finanças do Município a fiscalização do fiel cumprimento das obrigações tributárias, principal a acessória, envolvidas na presente Lei.

Art. 11 - Ficam excluídas do regime previsto nesta Lei as empresas ou pessoas que realizem operações ou serviços relativos a:

- a) importação de produtos estrangeiros;
- b) Compra, venda, loteamento, incorporação, locação, administração de imóveis e construção civil;
- c) Armazenamento de depósito de bens de terceiros.
- d) Câmbio, seguro e distribuição de títulos e valores mobiliários;
- e) Publicidade e propaganda;
- f) Casas Noturnas; **(Alínea "f", com redação dada pelo artigo 1º da Lei Complementar nº 268, de 26 de outubro de 2006)**
- g) Médicos, engenheiros, advogados, dentistas, veterinários, economistas, despachantes e outros serviços assemelhados.

Art. 12 - Caberá a Secretaria de Desenvolvimento Econômico:

- I Coordenar o Programa de Incentivo aos Micros e Pequenos Negócios, estabelecer políticas, acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização de ações e diretrizes gerais, para o Programa;
- II Ordenar trabalhos, seleção e acompanhamento dos Micros e Pequenos Negócios que participem do Programa;
- III Criar regimento de operacionalização.

Art. 13 - O Programa de Incentivo aos Micros e Pequenos Negócios funcionará em âmbito municipal, com sede na Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Art. 14 - As despesas decorrentes da implantação desta lei correrão por conta do Orçamento do Município de Lages.

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar 098 de 02 de julho de 1998.

Lages, 11 de setembro de 2002.

João Raimundo Colombo  
Prefeito

150

~~§ 2º - Redução da alíquota do ISQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, em até 60% (sessenta por cento), para empresas prestadoras de serviços que provoquem um incremento na receita municipal específica, em pelo menos 1% (um por cento). (Parágrafo 2º, revogado pelo artigo 10º da Lei nº 3105, de 20 de outubro de 2004)~~

~~§ 3º - O benefício previsto nas alíneas "c" e "d" do inciso III deste artigo é retroativo a 01 de janeiro de 1995, inclusive no que se refere ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre as obras de construção civil. (Parágrafo 3º, revogado pelo artigo 10 da Lei nº 3105, de 20 de outubro de 2004)~~

~~§ 4º - O período de isenção previsto no inciso II desta lei poderá ser acrescido de 01 (um) ano, para cada acréscimo de capital investido equivalente a 40.000 (quarenta mil) UFIRs (Unidades Fiscais de Referência) vigentes na época em que ocorrer o investimento, contados a partir do valor estabelecido no Parág. 1º do Art. 9º desta Lei, até o limite de 8 (oito) anos... (Parágrafo 4º, revogado pelo artigo 10 da Lei nº 3105, de 20 de outubro de 2004)~~

~~§ 5º - A Prefeitura do Município poderá devolver a título de incentivo econômico, até 1,5% (um virgula cinco por cento) ao ano, do Valor Adicionado gerado pela empresa industrial durante sua atividade produtiva, para empresas industriais cujo investimento novo provoque um incremento ao valor adicionado do Município de no mínimo 0,25% (zero virgula vinte e cinco por cento). (Parágrafo 5º, revogado pelo artigo 10 da Lei nº 3105, de 20 de outubro de 2004)~~

~~§ 6º - Os valores a serem devolvidos para a empresa serão calculados anualmente, tomando como base o valor adicionado declarado no exercício anterior. (Parágrafo 6º, revogado pelo artigo 10 da Lei nº 3105, de 20 de outubro de 2004)~~

~~§ 7º - Os valores a serem devolvidos serão parcelados em até 12 (doze) vezes, e devolvidos a partir do segundo ano de atividade da empresa. (Parágrafo 7º, revogado pelo artigo 10 da Lei nº 3105, de 20 de outubro de 2004)~~

~~§ 8º - Os valores definidos anualmente serão repassados diretamente à empresa beneficiada através de retenção de parcela do retorno do ICMS. (Parágrafo 8º, revogado pelo artigo 10 da Lei nº 3105, de 20 de outubro de 2004)~~

Art. 4º - Os Incentivos Econômicos, acrescidos às Isenções Fiscais a que se refere o artigo 1º, constituem isolada ou cumulativamente em:

I - Doação de áreas de terras a:

(Inciso I, com redação dada pelo artigo 3º pela Lei nº 3105, de 20 de outubro de 2004)

a) Empresas industriais, em Áreas Industriais.

(Alínea "a", acrescentada pelo artigo 3º da Lei nº 3105, de 20 de outubro de 2004)

135

b) *Empresas Comerciais e Prestadoras de Serviços, no território do Município, obedecendo o zoneamento de uso previsto no Plano Diretor do Município.*

**(Alínea "b", acrescentada pelo artigo 3º da Lei nº 3105, de 20 de outubro de 2004)**

- II Execução em todo ou em parte dos serviços de infraestrutura básica, quando necessário a implantação, de acordo com parecer da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE;
- III Apoio técnico na elaboração de projetos e na obtenção de financiamentos junto a órgãos financeiros;
- IV *Permuta de terrenos com empresa cuja atividade não seja permitida na zona de uso em que esteja instalada ou, ainda que instalada em zona de uso permitido, com empresa industrial que deseje transferir sua atividade para Áreas Industriais ou para Pólos Industriais de Desenvolvimento de Bairros. (Inciso IV, com redação dada pelo artigo 3º da Lei nº 3105, de 20 de outubro de 2004)*

### III - DO PEDIDO DOS BENEFÍCIOS

Art. 5º - A solicitação dos benefícios previstos nesta lei, pela empresa interessada, deve ser instruída, através de requerimento ao poder executivo com o respectivo projeto.

§ 1º - O projeto de que trata este artigo deve conter:

- I Requerimento assinado pelo interessado ou seu preposto;
- II Comprovante de inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes - CMC, Inscrição Estadual e Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda - CGCMF;
- III Certidão Negativa da Fazenda Municipal, Estadual e Federal, e do INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social, além das certidões negativas de protesto da comarca de origem e local e certidões negativas de protestos e distribuição judicial da empresa e dos sócios diretos em seus domicílios e local, nos últimos cinco anos;
- IV Engenharia do projeto, inclusive de segurança, destino de resíduos, tratamento paisagístico, tipo de edificação e o cronograma da implantação;
- V Inversões financeiras no projeto;
- VI Previsão de receitas e despesas mensais;
- VII Avaliação Social.

§ 2º - Para efeito de avaliação das solicitações enquadráveis nesta lei, são consideradas prioritariamente os projetos em função de:

- I Número de novos empregos;

136

§ 2º - Os imóveis destinados aos condomínios empresariais de que trata o inciso IV do Art. 1º, ficam isentos do IPTU, enquanto utilizados para esse fim.

§ 3º - Excluem-se da isenção constante no caput, o Imposto Predial e Territorial Urbano.

Art. 4º - Os Micros e Pequenos Negócios para obter os benefícios desta lei, deverão estar devidamente credenciados pela Coordenação do Programa.

§ 1º - Os Micros e Pequenos Negócios serão cadastrados nos seguintes órgãos:

- I Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município;
- II Secretaria de Finanças do Município;
- III Secretaria de Planejamento do Município;
- IV Corpo de Bombeiros (FUNREBOM);
- V Vigilância Sanitária

Art. 5º - Para obtenção de receita bruta apurar-se-á a receita proporcional ao período compreendido entre o mês de sua inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes - CMC, até o dia 31 de dezembro do mesmo exercício.

Parágrafo único - Considera-se, para cálculo do limite de Receita Bruta, o valor da Unidade Fiscal do Município de Lages - UFML, vigente no mês de janeiro do ano da inscrição.

Art. 6º - Para apuração de limite anual, devem ser computados o total das receitas da empresa, operacionais e não operacionais, sem qualquer dedução.

Parágrafo único - No caso de impossibilidade ou inconsistência dos dados para apuração de receitas, tomar-se-á como base, alternativamente, o somatório das despesas, acrescido de 30% (trinta por cento), a título de margem de lucro.

Art. 7º - No caso do Micro e Pequeno Negócio, ultrapassar o limite proporcional de receita bruta prevista no artigo 3º, perderá os benefícios fiscais a partir do ano seguinte.

Parágrafo único - A perda dos benefícios fiscais, em razão de haver ultrapassado os limites estabelecidos, deve ser comunicada à Secretaria de Finanças do Município, no máximo, até 31 de Janeiro do exercício seguinte ao que se verificar o fato.

Art. 8º - A perda dos benefícios previstos nesta lei, poderá ocorrer a qualquer momento, caso constatado o não preenchimento dos requisitos básicos de enquadramento neste regime, ou pela falta de cumprimento das condições previstas no regulamento, bem como pela constatação de qualquer tipo de fraude, visando forjar condições para o enquadramento.

Art. 9º - Os Micros e Pequenos Negócios prestadores de serviços, enquadrados no regime desta Lei, ficam dispensados da escrituração dos livros exigíveis pelo fisco municipal, mas ficarão sujeitas à emissão de Nota Fiscal de Serviços.

Art. 10 - A inscrição municipal dos Micros e Pequenos Negócios processar-se-á mediante requerimento encaminhado através do Protocolo da Prefeitura e dirigido à

149

**LEI COMPLEMENTAR Nº 171, DE 11 SETEMBRO DE 2002**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR O PROGRAMA DE INCENTIVOS AOS MICROS E PEQUENOS NEGÓCIOS E REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 98/1998.**

Faço saber a todos os habitantes do Município de Lages, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

**LEI:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a criar o Programa de Incentivo aos Micro e Pequenos Negócios nos limites do Município de Lages, e que terá por objetivo:

- I Fomentar, apoiar e acompanhar a geração de Micro e Pequenos Negócios.
- II Alugar, comprar ou construir, imóveis destinados aos condomínios e incubadoras de Micro e Pequenos Negócios.
- III Criar recursos orçamentários para Programas de Incentivos aos Micros e Pequenos Negócios.
- IV Adquirir equipamentos maquinários e utensílios, efetuar reforma e manutenção temporária em condomínios empresariais mesmo quando conveniados.
- V Promover treinamento profissional e gerencial.
- VI Formalizar convênios com Institutos Públicos e Privados para treinamento profissional e gerencial.

Art. 2º - O Programa de incentivos aos Micros e Pequenos Negócios, será administrado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Art. 3º - Ficam isentos de impostos e taxas municipais pelo prazo de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, comprovada a real necessidade dessa prorrogação, junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, os Micros e Pequenos Negócios, assim considerados, as pessoas físicas ou jurídicas que possuam atividades econômicas no Município, cuja receita bruta anual não ultrapasse os seguintes valores:

- I 78 Unidades Fiscais do Município de Lages - UFML/ ano, para atividades de prestação de serviço;
- II 600 Unidades Fiscais do Município de Lages - UFML/ano, para demais atividades.

§ 1º - Quando se tratar de atividade mista, para efeitos de enquadramento, a receita bruta anual a ser considerada será o somatório das duas hipóteses previstas, ou seja, 678 (seiscentas e setenta e oito) UFML - Unidade Fiscal do Município de Lages.

- II Utilização de matéria prima local;
- III Empreendimentos pioneiros;
- IV Recursos naturais locais;
- V Produção de bens para exportação;
- VI Utilização de novas tecnologias;
- VII Agroindústria;
- VIII Utilização de arquitetura adequada aos costumes e tradições locais.

§ 3º - O projeto de que trata o parágrafo 1º deste artigo, deve ser encaminhado à SMA - Secretaria de Meio Ambiente para parecer técnico quanto ao impacto ambiental, e ao GAPLAN - Gabinete de Planejamento, para parecer técnico quanto a viabilidade da implantação de acordo com o plano diretor.

§ 4º - Cabe à CMDE, apreciar estes critérios, decidir sobre os incentivos, dar parecer e submeter a decisão à PROGEM, que remeterá ao Poder Executivo com parecer jurídico.

§ 5º - Cabe ao chefe do poder executivo acolher ou não a decisão, reexaminar os casos apreciados pela CMDE, e por fim decidir e dar parecer definitivo.

**IV - DAS RESTRIÇÕES**

Art. 6º - Uma vez aprovado o plano de incentivos, a empresa tem o prazo estabelecido no cronograma para implantação do projeto, devidamente analisado e determinado pela CMDE, para entrar em funcionamento.

§ 1º - O prazo referido no "caput" deste artigo pode ser prorrogado por no máximo uma vez, quando, por motivo de força maior, solicitado através de requerimento contendo a exposição dos motivos e documentos que comprovam tal fato, antes da expiração do prazo para funcionamento.

§ 2º - A CMDE procederá a análise e dará parecer sobre a viabilidade da solicitação para posterior despacho do Executivo Municipal;

§ 3º - Expirado o prazo previsto no "caput" deste artigo, sem que a empresa tenha entrado em funcionamento, ou solicitado a prorrogação do prazo, perderá os benefícios adquiridos, e ressarcirá a municipalidade pelos benefícios econômicos e as Isenções Fiscais obtidas devidamente corrigidas.

Art. 7º - A empresa beneficiada somente poderá se instalar, com a autorização do Executivo Municipal, obedecidos Estudos técnicos do GAPLAN - Gabinete de Planejamento, das diretrizes do Plano Diretor e da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 8º - Os benefícios, relativos ao artigo 3º e aos incisos I e II do artigo 4º desta lei, concedidos às empresas já existentes no Município que ampliarem suas instalações incidirão somente sobre as ampliações verificadas em consonância

com o projeto devidamente analisado, com aprovação da CMDE.

Art. 9º - Os benefícios previstos no artigo 3º e nos incisos I, II e III do artigo 4º não podem atingir a importância superior a:

- I 60,00% (sessenta por cento), do total imobilizado no caso de micro empresas;
- II 40,00% (quarenta por cento) do total imobilizado no caso de empresas de pequeno porte;
- III 20,00% (vinte por cento) do total imobilizado no caso das demais empresas.

§ 1º - Considera-se para fins desta lei:

*I Microempresa, aquela em cujos investimentos não ultrapassem a 170 (cento e setenta) UFML - Unidades Fiscais do Município de Lages, e no caso de ampliação, não obtiveram faturamento anual superior a 410 (quatrocentos e dez) UFML, nos três últimos anos anteriores àquele em que se realizará investimento. (Inciso I, com redação dada pelo artigo 4º da Lei nº 3105, de 20 de outubro de 2004)*

*II Empresa de Pequeno Porte, aquela cujos investimentos vão de 170 (cento e setenta) UFML a 500 (quinhentos) UFML, e no caso de ampliação, obtiveram faturamento anual entre 410 (quatrocentos e dez) UFML e 590 (quinhentos e noventa) UFML, nos três últimos anos anteriores àquele em que se realizará investimento. (Inciso II, redação dada pelo artigo 4º da Lei nº 3105, de 20 de outubro de 2004)*

*III E outras empresas aquelas cujos investimentos forem superiores a 500 (quinhentos) UFML, e no caso de ampliação obtiveram faturamento anual superior a 590 (quinhentos e noventa) UFML, três últimos anos anteriores àquele em que se realizará investimento). (Inciso III, redação dada pelo artigo 4º pela Lei nº 3105, de 20 de outubro de 2004)*

§ 2º - Para fins de apuração dos benefícios previstos nesta Lei, deverão ser apresentadas juntamente com o projeto de implantação, os documentos fiscais que comprovem a imobilização: (Parágrafo 2º, revogado pelo artigo 10 da Lei nº 3105, de 20 de outubro de 2004)

§ 3º - O limite de benefício a que se refere o inciso III do "caput", deste artigo, poderá ser acrescido em até 100% (cem por cento) quando se tratar de empresas industriais que provoquem um incremento de no mínimo 0,25% (zero virgula vinte e cinco por cento) no valor adicionado do município"; (Parágrafo 3º, revogado pelo artigo 10 da Lei nº 3105, de 20 de outubro de 2004)

Art. 10 - O Município poderá adotar procedimentos simplificados, com o objetivo de viabilizar e agilizar o enquadramento e implantação das empresas.

138

seguinte redação:

"Art. 28 - Fica, o Executivo Municipal, autorizado a adquirir terrenos para a criação de novas Áreas Industriais realizar e viabilizar os incentivos econômicos previstos no incisos I, alíneas "a" e "b" e IV do artigo 4º desta lei".

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Leis n/s 2384/97, 2453/98, 2861/2002 e 3017/2003.

Lages, 20 de outubro de 2004.

**João Raimundo Colombo**  
Prefeito

147

trocentos e dez) UFML, nos três últimos anos anteriores àquele em que se realizará investimento;

II Empresa de Pequeno Porte, aquela cujos investimentos vão de 170 (cento e setenta) UFML a 500 (quinhentos) UFML, e no caso de ampliação, obtiveram faturamento anual entre 410 (quatrocentos e dez) UFML e 590 (quinhentos e noventa) UFML, nos três últimos anos anteriores àquele em que se realizará investimento;

III E outras empresas aquelas cujos investimentos forem superiores a 500 (quinhentos) UFML, e no caso de ampliação obtiveram faturamento anual superior a 590 (quinhentos e noventa) UFML, três últimos anos anteriores àquele em que se realizará investimento".

Art. 5º - O artigo 13 da Lei nº 2330 de 03.09.97, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13 - Os terrenos doados, nos termos desta lei, deverão ser destinados exclusivamente aos fins especificados no projeto e no decreto que concede o benefício".

Art. 6º - Ficam acrescidos os parágrafos 1º e 2º ao artigo 14 da Lei 2330 de 03.09.97, conforme segue:

"Art. 14...

§ 1º - Não se enquadram no caput deste artigo, as empresas que antes de completarem 05 (cinco) anos de atividades, tenham executado mais de 60% do seu projeto de instalação e construção, com geração de emprego.

§ 2º - Configurada a hipótese do parágrafo anterior, as empresas beneficiadas, para fins de obtenção de recursos financeiros, destinados as suas atividades, sem prejuízo das condições estabelecidas na doação, ficam autorizadas a oferecer o imóvel em garantia real hipotecária".

Art. 7º - O inciso III e o § 1º do Art. 20 da Lei nº 2330 de 03.09.97, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20 -...

I ...

II ...

III Um representante do Sindicato dos Contabilistas de Lages;

IV ...

V ...

VI ...

§ 1º - O representante do Sindicato dos Contabilistas de Lages, será sempre o seu presidente e, na sua falta o seu substituto legal;

Art. 8º - O artigo 28 da Lei nº 2330 de 03.09.97, passa a vigorar com a

Art. 11 - As empresas poluentes somente poderão se estabelecer em áreas industriais próprias destinadas pela CMDE e devidamente aprovado pelo executivo municipal.

Art. 12 - A concessão total ou parcial e a manutenção dos incentivos e Isenções Fiscais relativas a esta lei, ficam condicionadas ao cumprimento por parte das empresas beneficiadas, dos compromissos assumidos e aceitos, constantes do despacho de concessão, e do parecer da CMDE.

§ 1º - As isenções previstas nesta Lei, ficam condicionadas à renovação anual, mediante requerimento do interessado a SDIR - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional, cuja a decisão será encaminhada à Secretaria Municipal de Finanças para expedição do alvará de funcionamento.

§ 2º - Em caso de venda, transferência, transformação, cisão, fusão ou incorporação de empresa beneficiada por esta lei, o sucessor gozará dos benefícios pelo período que faltar para completar o tempo inicialmente previsto.

Art. 13 - Os terrenos doados, nos termos desta lei, deverão ser destinados exclusivamente aos fins especificados no projeto e no decreto que concede o benefício. **(Artigo 13, com redação dada pelo artigo 5º da Lei nº 3105, de 20 de outubro de 2004)**

Art. 14 - Os imóveis recebidos em benefício desta lei, não podem servir de garantia para a obtenção de recursos financeiros, antes de se completarem 05 (cinco) anos do início das atividades.

§ 1º - Não se enquadram no caput deste artigo, as empresas que antes de completarem 05 (cinco) anos de atividades, tenham executado mais de 60% do seu projeto de instalação e construção, com geração de emprego. **(Parágrafo 1º, acrescentado pelo Art. 6º da Lei nº 3105, de 20 de outubro de 2004)**

§ 2º - Configurada a hipótese do parágrafo anterior, as empresas beneficiadas, para fins de obtenção de recursos financeiros, destinados as suas atividades, sem prejuízo das condições estabelecidas na doação, ficam autorizadas a oferecer o imóvel em garantia real hipotecária. **(Parágrafo, acrescentado pelo Art. 6º da Lei nº 3105, de 20 de outubro de 2004)**

Art. 15 - Às empresas beneficiadas com os incentivos Econômicos e Isenções Fiscais desta Lei é vetado:

- I Usufruir dos benefícios de Isenções Fiscais previstas nesta Lei, sem dar início as atividades econômicas a que se destinou o incentivo;
- II Transferir, subdividir e alienar terrenos oriundos em concessão nos termos desta lei antes de decorridos 05 (cinco) anos do início das atividades;
- III Dar utilização diversa da prevista no projeto antes de decorridos 05 (cin-

co) anos de atividades, salvo quando comunicado ao Executivo Municipal através de requerimento, que analisará a conveniência ou não da necessidade de pedido.

Art. 16 - Não podem se enquadrar no regime desta lei:

- I Profissionais autônomos de qualquer atividade;
- II Permissionário ou concessionário de serviço público;
- III Diversões públicas;
- IV Agenciamento e representação de qualquer natureza;
- V Instituições financeiras;
- VI Empresas com atividades temporárias, transitórias ou obras certas, com sede em outro município.

Art. 17 - Construções em madeiras, mesmo em caráter provisório não poderão ser mantidas por mais de 06 (seis) meses, findos os quais, deverão ser demolidos pelos responsáveis, ou mesmo pela Municipalidade, que neste caso, o fará, independente de interpeleção judicial.

Parágrafo único. Excluem-se deste artigo os prédios destinados ao funcionamento de serrarias e atividades afins que exijam edificação em madeira.

#### V - INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 18 - O descumprimento das obrigações assumidas pelas empresas beneficiadas acarretará a qualquer tempo, o cancelamento dos incentivos concedidos.

Parágrafo único. Como descumprimento das obrigações será entendido qualquer infração as normas previstas nesta Lei ou no despacho que conceder o benefício.

Art. 19 - Reverter-se-ão ao Patrimônio Público Municipal, livres de qualquer ônus ou indenização, os terrenos concedidos à título de incentivos econômicos, quando:

- I Não utilizados para as finalidades previstas no projeto e no decreto que concede o benefício, nos termos do Art.13, desta lei.
- II Decorrido o prazo concedido pela CMDE para que a empresa inicie suas atividades e a mesma não tenha iniciado;
- III Paralisação das obras, excetuadas as que por motivo de força maior, devidamente comprovados e reconhecidos pela CMDE, por mais de:
  - a 03 (três) meses para microempresas;
  - b 06 (seis) meses para as demais empresas;
- IV Ocorrer a extinção, falência ou concordata, antes de encerrar o prazo do benefício concedido e sua instalação no Município;
- V Não cumprimento das normas técnicas de implantação estabelecidas

140

- a Até 02 (dois) anos para qualquer empresa comercial que se instalar no Município, que gere pelo menos 20 (vinte) empregos diretos;
- b Até 03 (três) anos para qualquer empresa comercial que se instalar no Município, que gere pelo menos 40 (quarenta) empregos diretos;
- c Até 03 (três) anos para qualquer empresa comercial que se instalar em condomínios empresariais, que tenham pelo menos 15 (quinze) lojas e gere, no mínimo, 30 (trinta) empregos diretos;
- d Até 05 (cinco) anos para qualquer empresa comercial que se instalar em condomínios empresariais, que tenham pelo menos 30 (trinta) lojas e gere, no mínimo, 60 (sessenta) empregos diretos;

§ 1º - O período a que se refere o inciso I deste artigo, pode ser acrescido de 1 (um) ano para cada acréscimo no valor investido equivalente a 3.032 UFML (três mil e trinta e duas Unidades Fiscais do Município de Lages), vigentes na época em que ocorrer o investimento, contado a partir do valor fixado no inciso III, do parágrafo 1º do artigo 9º desta Lei, até o limite máximo de 15 (quinze) anos".

Art. 3º - O artigo 4º e seu incisos I e IV da Lei n.º 2330 de 03.09.97, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - Os Incentivos Econômicos, acrescidos às Isenções Fiscais a que se refere o artigo 1º, constituem, isolada ou cumulativamente, em:

- I Doação de áreas de terras a:
  - a) Empresas industriais, em Áreas Industriais;
  - b) Empresas Comerciais e Prestadoras de Serviços, no território do Município, obedecido o zoneamento de uso previsto no Plano Diretor do Município.
- II ...
- III ...
- IV Permuta de terrenos com empresa cuja atividade não seja permitida na zona de uso em que esteja instalada ou, ainda que instalada em zona de uso permitido, com empresa industrial que deseje transferir sua atividade para Áreas Industriais ou para Pólos Industriais de Desenvolvimento de Bairros".

Art. 4º - Altera o parágrafo 1º do Art. 9º da Lei 2330 de 03.09.97, conforme segue :

"Art. 9º...

§ 1º - Considera-se para fins desta lei:

- I Microempresa, aquela em cujos investimentos não ultrapassem a 170 (cento e setenta) UFML - Unidades Fiscais do Município de Lages, e no caso de ampliação, não obtiveram faturamento anual superior a 410 (qua-

145

**LEI Nº 3105, DE 20 DE OUTUBRO DE 2004**

**ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2330, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997.**

Faço saber a todos os habitantes do Município de Lages, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

**LEI:**

Art. 1º - O artigo 2º da Lei nº 2330 de 03.09.97, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - Os benefícios referidos no artigo anterior, podem ser extensivos às empresas industriais, comerciais ou prestadoras de serviços já existentes no Município, que aumentem sua capacidade produtiva.

§ 1º - Entende-se por empresa industrial, para fins desta lei, aquela ligada as atividades de transformação de bens.

§ 2º - ..."

Art. 2º - O artigo 3º da Lei nº 2330 de 03.09.97, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - As Isenções Fiscais de impostos e taxas municipais a que se refere o artigo 1º, constituem em:

- I Isenções Fiscais de impostos e taxas municipais para as empresas industriais:
  - a Até 05 (cinco) anos para qualquer empresa industrial que se instalar no Município;
  - b Até 05 (cinco) anos para empresa já instalada no Município que aumentar sua capacidade produtiva;
  - c Até 07 (sete) anos para empresa industrial não poluente:
    - 1) sem similar que se instalar no Município;
    - 2) que se estabelecer em zona rural própria, com infra-estrutura;
    - 3) que se instalar em incubadoras ou condomínios;
- II Isenções Fiscais de impostos e taxas municipais para as empresas prestadoras de serviços:
  - a Até 03 (três) anos para qualquer empresa prestadora de serviços que se instalar no Município;
  - b Até 03 (três) anos para empresa prestadora de serviços que aumentar sua capacidade produtiva;
- III isenções Fiscais de impostos e taxas municipais para as empresas comerciais:

144

em Lei;

VI Áreas de terras não utilizadas para os fins específicos, e não edificadas, durante o prazo do benefício, forem superiores a 40% (quarenta por cento) do total do terreno, a Prefeitura do Município pode exigir a reversão parcial do mesmo.

§ 1º - A empresa tem 03 (três) meses, da extinção ou sentença para retirar as benfeitorias existentes, fora do prazo estabelecido, passarão a pertencer ao Patrimônio Público Municipal;

§ 2º - A reversão poderá constar:

- a da devolução do imóvel ao Patrimônio Público;
- b do pagamento dos tributos não recolhidos no período em que gozou do benefício, que será lançado de ofício, sem prejuízo dos acréscimos legais.

**VI - DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Art. 20 - Fica criada a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE, composta pelos seguintes membros:

- I O Secretário de Desenvolvimento Econômico e Integração Regional - SDEIR;
- II Um representante da Associação dos Economistas da Região Serrana.
- III Um representante do Sindicato dos Contabilistas de Lages. **(Inciso III, com redação dada pelo artigo 7º da Lei nº 3105, de 20 de outubro de 2004)**
- IV Um representante da Associação Comercial e Industrial de Lages;
- V Um representante da Câmara de Diretores Lojistas - CDL;
- VI Um representante da Associação dos Micro e Pequenos Empresários de Lages.

§ 1º - O representante do Sindicato dos Contabilistas de Lages será sempre o seu presidente e, na sua falta o seu substituto legal. **(Parágrafo 1º, com redação dada pelo artigo 7º da Lei nº 3105, de 20 de outubro de 2004)**

§ 2º - O representante da Associação Comercial e Industrial de Lages será sempre o seu Presidente e, na sua falta o seu substituto legal.

§ 3º - O representante da Câmara de Diretores Lojistas será sempre o seu presidente e, na sua falta o seu substituto legal.

§ 4º - O representante da Associação dos Micro e Pequenos Empresários de Lages, será sempre o seu Presidente e, na sua falta o seu substituto legal.

§ 5º - O representante da Associação dos Economistas, será sempre o seu presidente e na sua falta o seu substituto legal.

§ 6º - Presidência da CMDE, será exercida pelo Secretário de Desenvolvimento e Integração Regional;

141

§ 7º - O mandato do membro da CMDE, será de caráter permanente, coincidindo sempre com o mandato do cargo que ocupa;

Art. 22 - A CMDE, é um órgão consultivo do Município, criado para orientar, através de pareceres, a aplicação de incentivos econômicos e fiscais, previstos nesta Lei.

Parágrafo único - Cabe também a CMDE, julgar em primeira instância, processos administrativos referentes a esta Lei.

Art. 23 - A CMDE, se reunirá ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente quando convocada, ficando sua organização e rotina de reuniões reguladas por regimento interno próprio.

§ 1º - Os membros da CMDE, não perceberão qualquer remuneração ou vantagens, sob qualquer forma, sendo seus serviços considerados relevantes ao Município.

§ 2º - Cessada a condição de Vereador, de Secretário do Município e de Presidente de Entidade Patronal ou de classe, extinguirá automaticamente o mandato do membro da comissão, devendo o cargo ser ocupado pelo seu substituto.

Art. 24 - A CMDE, poderá consultar técnicos para opinar, analisar elaborar laudos e dar pareceres, sobre projetos que por sua complexidade, exigem estudos detalhados e profundos, necessários para dar pareceres pela Comissão, e pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 25 - Em casos especiais, a CMDE, poderá, considerando o volume de investimentos, de geração de novos empregos, e os reflexos sobre a economia local e regional, dilatar os benefícios desta lei, nos termos do pará.1º do artigo 3º desta lei.

Art. 26 - O chefe do Poder Executivo, poderá ceder um funcionário, à CMDE, para auxiliar na execução de seus serviços.

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27 - Decorrido 5 (cinco) anos de funcionamento ininterrupto da indústria e cumpridas sua função social e as obrigações estabelecidas nesta lei, a área ficará livre e desembaraçada, para a devida lavratura das escrituras, podendo ser transferida ou vendida independentemente de prévia autorização de Executivo.

Art. 28 – Fica, o Executivo Municipal, autorizado a adquirir terrenos para a criação de novas Áreas Industriais, realizar e viabilizar os incentivos econômicos previstos no inciso I, alíneas "a" e "b" e IV do artigo 4º desta lei. **(Artigo 28, com redação dada pelo artigo 8º da Lei nº 3105, de 20 de outubro de 2004)**

Art. 29 - As despesas decorrentes da implantação e execução da presente lei, correrão por conta do orçamento da Prefeitura do Município de Lages.

142

Art. 30 - O Executivo Municipal baixará decreto regulamentando a presente Lei, em 30 (trinta) dias da publicação.

Art. 31 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, principalmente as leis n/s 1595 de 06 de dezembro de 1990, 1801 de 26 de agosto de 1992 e 1609 de 26 de dezembro de 1990.

Lages, 03 de setembro de 1997.

**Decio da Fonseca Ribeiro**  
Prefeito

143